



**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Economia
Mestrado em Economia – CME/PPGE**

MARIA CAROLINA COSTA MADEIRA

**TRABALHO INFANTIL E POLÍTICA PÚBLICA: UMA
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL (PETI) NO MUNICÍPIO DE JOÃO
PESSOA**

JOÃO PESSOA – PB

2009

MARIA CAROLINA COSTA MADEIRA

**TRABALHO INFANTIL E POLÍTICA PÚBLICA: UMA
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL (PETI) NO MUNICÍPIO DE JOÃO
PESSOA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

Co-orientador: Professor Dr. José Luis da Silva Netto Júnior

Área de Concentração: Economia do Trabalho

JOÃO PESSOA – PB

2009

M181t Madeira, Maria Carolina Costa.

Trabalho infantil e política pública: uma avaliação do
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no
município de João Pessoa / Maria Carolina Costa
Madeira.- João Pessoa, 2009.

133f.

Orientador: Ivan Targino Moreira

Co-orientador: José Luis da Silva Netto Júnior

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCSA

1. Trabalho infantil. 2. Trabalho infantil – Políticas
Públicas – João Pessoa. 3. PETI – avaliação.

MARIA CAROLINA COSTA MADEIRA

**TRABALHO INFANTIL E POLÍTICA PÚBLICA: UMA
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL (PETI) NO MUNICÍPIO DE JOÃO
PESSOA**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Economia do Programa de
Pós-Graduação em Economia da
Universidade Federal da Paraíba
(UFPB), em cumprimento às exigências
para obtenção do título de Mestre em
Economia.

Aprovada em ____/____/ 2009

Banca Examinadora

Professor Dr. Ivan Targino Moreira
Orientador (UFPB)

Professora Dr^a. Liedje Bettizaide Oliveira de Siqueira
Examinador (UFPB)

Professor Dr. Luiz Honorato da Silva Júnior
Examinador (UFPE-CAA)

Dedico este trabalho à minha avó Rosária e ao
meu avô Gilberto (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor orientador Ivan Targino pela dedicação durante todas as etapas de desenvolvimento desta pesquisa e ao professor José Luís pelas idéias que colaboraram para indicar os caminhos deste trabalho.

Agradeço a todos os colegas da turma de Mestrado de Economia 2007.1 pelo companheirismo durante os momentos de dificuldade, e pelo aprendizado adquirido durante toda a caminhada.

Agradeço à minha família, meus pais, meus irmãos, Gilberto, Camila e Letícia, minhas tias Zélia, Zelma e Maria das Graças, pelo carinho e pelo apoio.

Agradecimento especial à equipe da pesquisa de campo, Josineide Fernandes e Eric Gil Dantas, que colaboraram diretamente para a aplicação dos questionários.

Agradecimentos às funcionárias do Programa de Pós-graduação de Economia e aos técnicos do PETI e do Núcleo de Apoio à Frequência Escolar (NAFE), da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

RESUMO

O presente trabalho objetiva realizar uma avaliação das ações desenvolvidas no PETI no município de João Pessoa. Como base de dados, foram utilizadas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os programas do governo federal, SisPETI e CadÚnico, e as informações coletadas pela pesquisa direta a uma amostra de beneficiários do PETI.

Por meio de um modelo probit, a partir da PNAD 2004, procurou-se identificar as características determinantes para a oferta de trabalho de crianças e adolescentes na Paraíba, e verificar se a participação das famílias no PETI e nos outros programas sociais de transferência de renda contribui para diminuir a probabilidade da criança trabalhar. Observou-se que na Paraíba tanto a participação do PETI como em outros programas de transferência de renda contribuem para a redução da possibilidade de trabalho infantil.

Da amostra entrevistada, constatou-se que o Programa atende uma população de baixa renda, formada, em sua maioria, por famílias monoparentais, chefiadas por mulheres. Das crianças atendidas, observou-se que há uma percentagem considerável que informaram não ter trabalhado (55%). Deste total, 60% recebem benefício do Bolsa família. O foco do Programa no município de João Pessoa encontra-se, portanto, mais voltado à prevenção ao trabalho infantil do que à retirada de crianças em atividades produtivas, realizada por meio de intervenções diretas.

Apesar da contribuição do PETI, em curto prazo, em melhorar o nível de renda da família, e em aumentar as horas voltadas para o estudo e para o lazer das crianças, seriam necessárias ações para melhorar a situação escolar de boa parte dos beneficiários do Programa.

Palavras-chave: Trabalho infantil. Políticas sociais. João Pessoa

ABSTRACT

This paper aims to undertake an assessment of the actions developed in the PETI in the city of João Pessoa. As the database, we used the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), the federal government programs, and SisPETI decentralized fashion, and information collected by the direct study of a sample of beneficiaries of PETI.

Using a probit model from the PNAD 2004, sought to identify the characteristics for determining the labor supply of children and adolescents in Paraíba, and whether the participation of families in the PETI and other social programs, income transfer contributes to decrease the likelihood of child work. It was observed that in Paraíba participation in the PETI and other programs of income transfers help reduce the possibility of child labor.

Of the sample interviewed, it was found that the program serves a population of low income, formed mostly by single-parent families, headed by women. Children served, it was observed that there is a significant proportion who reported never having worked (55%). Of this total, 60% receive the benefit of the Bolsa Familia. The focus of the program in the city of Joao Pessoa is therefore more focused on the prevention of child labor than the withdrawal of children in productive activities.

Despite the contribution of the Committee, in the short term to improve the family income, and increasing the hours turned to the study and recreation of children, would take actions to improve the educational situation of many of the children of PETI.

Keywords: Child labor. Social policies. João Pessoa

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Distribuição amostral dos entrevistados por zonas urbanas e por núcleos de atendimento -----	43
Tabela 2 –	Evolução do número de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI e dos recursos federais (1996 – 2008) -----	59
Tabela 3 –	Transferência de recursos federais para o PETI por atividade (2004 – 2008) -----	60
Tabela 4 –	Número de beneficiários e valor das transferências federais para o PETI segundo as regiões – 2008 -----	63
Tabela 5 –	Número de beneficiários e valor das transferências federais para o PETI segundo os estados que mais receberam esses recursos – 2008 -----	65
Tabela 6 –	População entre 7 e 16 anos e de beneficiários do PETI na Paraíba e em João Pessoa – 2007 -----	63
Tabela 7 –	Evolução do número de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI e da transferência de recursos federais para o estado da Paraíba (2004 – 2008) -----	63
Tabela 8 –	Transferência de recursos federais do PETI para o estado da Paraíba por atividade (2004 – 2008) -----	66
Tabela 9 –	Evolução do número de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI e da transferência de recursos federais para João Pessoa (2004 – 2008) -----	67
Tabela 10 –	Transferência de recursos federais ¹ (R\$) do PETI para João Pessoa segundo a atividade (2004-2008) -----	67
Tabela 11 –	Distribuição de crianças e adolescentes do PETI/JP segundo os núcleos de atendimento – 2008 -----	68
Tabela 12 –	População total e entre 7 a 15 anos de idade residente em João Pessoa distribuída por zonas urbanas – 2000 -----	70
Tabela 13 –	Classes de rendimento nominal mensal por salário mínimo do responsável pelo domicílio no município de João Pessoa e por zonas urbanas – 2000 -----	71
Tabela 14 –	Brasil: Número e percentagem de crianças de 5 a 16 anos trabalhando segundo regiões – 2004 -----	75
Tabela 15 –	Número de crianças e adolescentes de 5 a 16 anos trabalhando, por gênero e por situação do domicílio, em cada estado do Nordeste – 2004 -----	76
Tabela 16 –	Paraíba: Distribuição percentual de crianças e adolescentes trabalhadores por gênero segundo a idade - 2004 -----	77
Tabela 17 –	Paraíba: Frequência à escola de crianças por condição de trabalho– 2004 -----	78
Tabela 18 –	Paraíba: Ramos de atividades em que as crianças entre 5 a 16 anos e os respectivos pais estão inseridos – 2004 -----	78
Tabela 19 –	Paraíba: Distribuição percentual dos pais das crianças trabalhadoras segundo posição na ocupação – 2004 -----	79
Tabela 20 –	Paraíba: Número de anos de escolaridade do responsável das crianças de 5 a 16 anos trabalhando ou não trabalhando – 2004 -----	79
Tabela 21 –	Paraíba: Distribuição dos domicílios com crianças que trabalham e não trabalham por nível de renda mensal familiar, segundo o número de moradores – 2004 -----	80
Tabela 22 –	Estimação probit das variáveis indicadoras de trabalho infantil para o Brasil – 2004 -----	85
Tabela 23 –	Efeito marginal das variáveis indicadoras de trabalho infantil para o Brasil – 2004 -----	86
Tabela 24 –	Estimação probit das variáveis indicadoras de trabalho infantil para a região Nordeste – 2004 -----	87
Tabela 25 –	Efeito marginal das variáveis indicadoras de trabalho infantil para o Nordeste – 2004 -----	88
Tabela 26 –	Estimação probit das variáveis indicadoras de trabalho infantil para o estado da Paraíba – 2004 -----	89
Tabela 27 –	Efeito marginal das variáveis indicadoras de trabalho infantil para a Paraíba – 2004 -----	90
Tabela 28 –	João Pessoa: Distribuição das crianças e adolescentes por local de trabalho – 2009 - -----	96
Tabela 29 –	João Pessoa: Atividades eram realizadas com quem – 2009 -----	96
Tabela 30 –	João Pessoa: Distribuição dos horários e do número de horas voltadas para o -----	

	trabalho – 2009 -----	97
Tabela 31 –	João Pessoa: Distribuição dos beneficiários por cor/raça – 2009 -----	98
Tabela 32 –	João Pessoa: Distribuição dos beneficiários por ano de entrada no PETI -----	99
Tabela 33 –	João Pessoa: Série cursada pela criança ao ingressar no PETI no ano de ingresso - 2009-----	101
Tabela 34 –	João Pessoa: Série cursada em 2008 pela criança – 2009 -----	101
Tabela 35 –	João Pessoa: Defasagem idade/série inicial e idade/série final e repetência escolar, segundo a idade das crianças – 2009 -----	102
Tabela 36 –	João Pessoa: Causas de reprovação – 2009 -----	103
Tabela 37 –	João Pessoa: Frequência semanal das crianças aos núcleos de atendimento – 2009	103
Tabela 38 –	João Pessoa: Carga horária das atividades realizadas pelas crianças nos núcleos – 2009 -----	104
Tabela 39 –	João Pessoa: Opinião dos beneficiários quanto à contribuição do PETI para a melhoria de vida – 2009 -----	105
Tabela 40 –	João Pessoa: Distribuição dos domicílios por situação segundo o tipo de residência – 2008 -----	106
Tabela 41 –	João Pessoa: Distribuição dos domicílios por esgotamento sanitário – 2008 -----	107
Tabela 42 –	João Pessoa: Distribuição dos domicílios por serviço de iluminação – 2008 -----	107
Tabela 43 –	João Pessoa: Distribuição dos responsáveis por estado civil – 2008 -----	109
Tabela 44 –	João Pessoa: Distribuição dos responsáveis por cor/raça – 2008 -----	109
Tabela 45 –	João Pessoa: Distribuição dos responsáveis segundo o estado de nascimento -----	110

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 –	Critérios de elegibilidade, benefícios e condicionalidades do PBF e do PETI ----	62
Gráfico 1 –	Distribuição dos beneficiários do PETI de João Pessoa por zonas urbanas - 2008 - -----	69
Gráfico 2 –	Nordeste: Distribuição por estados da região nordeste do nível de ocupação das crianças entre 5 a 16 anos de idade – 2004 -----	76
Gráfico 3 –	Paraíba - Distribuição dos beneficiários dos programas sociais – 2004 -----	80
Gráfico 4 –	João Pessoa: Distribuição por tipo de trabalho realizado pelas crianças – 2009 --	93
Gráfico 5 –	João Pessoa: Distribuição das atividades realizadas pelas crianças – 2008-----	94
Gráfico 6 –	João Pessoa: Participação dos beneficiários do PETI em outros programas sociais – 2009 -----	95
Gráfico 7 –	João Pessoa: Frequência à escola das crianças e adolescentes antes de ingressar ao PETI – 2009 -----	97
Gráfico 8 –	João Pessoa: Distribuição das crianças e adolescentes por idade – 2009 -----	98
Gráfico 9 –	João Pessoa: Distribuição das crianças e adolescentes pela idade ao ingressar no PETI – 2008 -----	99
Gráfico 10 –	João Pessoa: Tipo de escola que frequenta – 2008 -----	100
Gráfico 11 –	João Pessoa: Atividades socioeducativas realizadas pelas crianças nos núcleos do PETI – 2009 -----	105
Gráfico 12 –	João Pessoa: Sexo ou gênero do responsável – 2008 -----	108
Gráfico 13 –	João Pessoa: Parentesco do beneficiário com o responsável legal – 2008 -----	108
Gráfico 14 –	João Pessoa: Distribuição dos responsáveis por nível de instrução -----	110
Gráfico 15 –	João Pessoa: Distribuição dos responsáveis por situação no trabalho -----	111
Gráfico 16 –	João Pessoa: Ocupação dos responsáveis -----	111
Gráfico 17 –	Faixas de rendimento nominal mensal do responsável -----	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEC - Ações Socioeducativas e de Convivência

BPC – LOAS – Benefício de Prestação Continuada - Lei Orgânica da Assistência Social

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CGU - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

CLM – Centro Livre Meninada

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CRC – Centro de Referência à Cidadania

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

NAFE - Núcleo de Atendimento à Frequência Escolar

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PAI - Programa de Ações Integradas

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGRM - Programa de Garantia de Renda Mínima

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SEDES - Secretaria do Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa

SEDH - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba

SisPETI - Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações Ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	13
II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 O trabalho e o desenvolvimento da criança e do adolescente	17
2.2 O processo de reestruturação no mundo do trabalho	21
2.2 O papel do Estado na regulação do mercado de trabalho	27
2. 3.1 Abordagens sobre o papel socioeconômico do Estado	28
III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
IV - O TRABALHO INFANTIL E O PETI	46
4.1 O trabalho infantil no mundo e no Brasil: aspectos históricos e políticos	46
4.2 A formação dos programas de transferência de renda	50
4.3 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	53
4.3.1 Características gerais	53
4.3.2 Histórico	54
4.3.3 Estrutura e operacionalização do PETI	56
4.4 O PETI na Paraíba e em João Pessoa	64
4.4.1 O PETI em João Pessoa	66
V - EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE O TRABALHO INFANTIL NO ESTADO DA PARAÍBA.....	73
5.1 O trabalho de crianças e adolescentes e a participação em programas de transferência de renda na Paraíba	75
5.2 Elaboração do modelo econométrico aplicado	81
5.3 Análise de resultados	83
5.3.1 Regressão para o Brasil	83
5.3.2 Regressão para o Nordeste	86
5.3.3 Regressão para a Paraíba	88
VI - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS DO PETI EM JOÃO PESSOA	92
6.1 Atividades de trabalho	92
6.2 Características de gênero e de cor/raça	97
6.3 Local de nascimento e faixa etária	98
6.4 Situação escolar e do serviço socioeducativo (ASEC)	100
6.5 Descrição dos domicílios onde residem os beneficiários do PETI	106
6.6 Características dos pais ou responsável	108
VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	
APÊNDICES	
ANEXOS	

I – INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas têm sido implementadas no Brasil políticas empenhadas em reduzir a pobreza e a desigualdade de renda e em melhorar os indicadores econômicos e sociais. Surgiram, neste contexto, programas de transferência de renda vinculados à permanência escolar e à retirada do trabalho de crianças e adolescentes, como o Bolsa-escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

O PETI tornou-se uma importante política de combate ao trabalho de crianças e adolescentes e de contribuição à redução da pobreza, por combinar o aspecto compensatório – a transferência de renda para as famílias como forma de substituir o rendimento obtido com o trabalho de seus filhos –, com o incentivo à educação e à focalização dos gastos.

De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (2009), de 3.710 beneficiários, em 1996, ano de sua criação, o Programa passou, em 2008, a atender 800 mil crianças e adolescentes, entre sete e 15 anos de idade. Está presente em 3.361 municípios distribuídos por todos os estados brasileiros.

Do total das crianças e adolescentes cadastrados no PETI, 55% encontra-se nos estados do Nordeste, região com maior incidência de trabalho infantil e com os piores indicadores sócio-econômicos. Dentre os estados brasileiros que mais receberam recursos federais para as atividades do Programa, em 2008, a Paraíba encontra-se no 6º (sexto) lugar.

Em função da importância do PETI, em termos de cobertura e de dispêndio público, observou-se o surgimento de pesquisas voltadas à análise do impacto de suas ações em âmbito nacional. No entanto, verifica-se a falta de estudos específicos dos resultados alcançados em nível local ou municipal.

Conforme a coordenação do PETI de João Pessoa, não foi constatada nenhuma pesquisa em economia acerca do Programa desde a sua criação, no ano de 2000. O que justifica a realização da pesquisa é, portanto, buscar colaborar com o preenchimento desta lacuna, através da avaliação desta política social neste município.

Outro fator que motivou a realização da dissertação foi a familiaridade da pesquisadora com o tema. Durante os anos de 2004 a 2006, participou de atividades do

Projeto Catavento¹ – Programa de Duração Determinada para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil. No período, fez parte da equipe de assessoria de comunicação, responsável pelo acompanhamento e divulgação das atividades do Projeto junto à mídia jornalística e outros grupos, o que proporcionou a presença em encontros de formação sobre o tema trabalho infantil, no escritório brasileiro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Brasília - DF, e a participação nas reuniões de planejamento e de execução das ações do Catavento.

O objetivo geral da pesquisa é avaliar as atividades realizadas pelo PETI no município de João Pessoa, ao promover a saída do trabalho e o acompanhamento sócio-escolar das crianças e adolescentes atendidos.

Além deste objetivo geral, o estudo tem como objetivos específicos:

- Identificar as características determinantes para a oferta de trabalho de crianças e adolescentes na Paraíba, e verificar se a participação das famílias no PETI e nos outros programas sociais de transferência de renda contribui para diminuir a probabilidade da criança trabalhar;
- Analisar a estrutura do PETI no município para verificar se os procedimentos e as atividades realizadas estão de acordo com as diretrizes gerais do Programa;
- Realizar o perfil dos beneficiados pelo Programa, no intuito de conhecer características individuais e familiares e dos setores de trabalho nos quais estavam inseridos, para, dessa maneira, indicar a ocorrência ou não de erros de focalização desta política social;
- Verificar a eficiência do Programa em preencher o tempo disponível dos beneficiários em atividades sócio-educativas.

Para tanto, a dissertação está estruturada em mais seis capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo desenvolveu a fundamentação teórica, buscando apreender três eixos analíticos considerados centrais para o presente estudo: as causas e consequências do trabalho infantil para a vida das crianças e adolescentes; a influência das transformações ocorridas no mercado de trabalho sobre a inserção produtiva das crianças e adolescentes; e o papel do Estado na regulação da presença de crianças e adolescentes em atividades de trabalho.

O terceiro capítulo trata da metodologia da pesquisa, onde se apresentam as técnicas de coleta e de análise dos dados. Para a realização do estudo foram utilizadas

¹ Programa realizado pela OIT em parceria com o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador (Fepeti-PB) e Ong Pequeno Davi, voltado à retirada de crianças em situação de trabalho em quatro municípios paraibanos: João Pessoa, Santa Rita, Guarabira e Patos.

como bases de dados o Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações Ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (SisPETI), o sistema de Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal; a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004; e a pesquisa direta, construída por meio da elaboração e aplicação de questionário a uma amostra dos beneficiários do Programa durante visitas aos núcleos de atendimento das atividades socioeducativas (usualmente chamada de jornada ampliada).

No quarto capítulo, há a preocupação em conceituar o fenômeno trabalho infantil e levantar fatos relevantes sobre a sua incidência histórica e sobre as principais formas de combate no mundo e no Brasil. Logo em seguida, faz-se a descrição do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, abordando a sua gênese, as características de seu funcionamento, em nível nacional e local, e as mudanças ocorridas em sua estrutura ao longo dos anos.

As principais características do trabalho de crianças e adolescentes na Paraíba estão discutidas no capítulo quinto. Busca-se também determinar como a participação no PETI e nos outros programas sociais e as características individuais e familiares contribuem para a ocorrência de trabalho infantil no Brasil, no Nordeste, e na Paraíba.

No sexto capítulo, foi construído um perfil socioeconômico dos beneficiários do PETI em João Pessoa utilizando-se as informações levantadas pela pesquisa de campo e no sistema CadÚnico. Por meio deste perfil, será possível verificar a ocorrência ou não de erros de focalização desta política social, ou melhor, saber se o público-alvo do PETI está sendo devidamente inserido, e analisar o sucesso do Programa em preencher o tempo disponível dos beneficiários em atividades sócio-educativas, colaborando, dessa maneira, para a melhoria do desempenho escolar. No último capítulo, estão desenvolvidas as considerações finais deste trabalho.

II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na busca da compreensão do objeto estudado, torna-se imprescindível elencar as abordagens teóricas que envolvem o fenômeno do trabalho infantil, incluindo tanto as causas de sua ocorrência, como também da permanência; suas conseqüências econômicas e sociais; e o papel do Estado para o seu combate ou controle.

É consenso na literatura que a inserção de crianças e de adolescentes em atividades laborais é causada por uma combinação de fatores sócio-econômicos. A primeira linha de estudos considera a pobreza como um dos principais fatores para a ocorrência do trabalho infantil. A insuficiência de renda da família aliado às características acerca da ocupação e do nível de escolaridade dos pais ou responsáveis, à estrutura ou tamanho da família e à localização domiciliar influenciam diretamente sobre a escolha dos filhos entre permanecer na escola ou trabalhar. Adicionalmente, fatores como a ineficiência do sistema educacional brasileiro e o conjunto de valores sociais e culturais da sociedade são considerados importantes para a ocorrência do fenômeno.

A segunda linha de estudos analisa que muitas situações de risco da ocorrência de trabalho entre crianças e adolescentes estão relacionadas às transformações no universo do trabalho, especialmente no que diz respeito ao desemprego do tipo estrutural, e à precarização das ocupações, ocorridas por meio da informalidade e instabilidade.

Por último, uma terceira linha de estudos centra suas análises sobre o papel do Estado na gestão de padrões de relações de trabalho e na construção/implementação de políticas públicas voltadas para a regulação/eliminação do trabalho infantil.

A confluência desses três fatores leva a uma série de conseqüências de médio e longo alcance, ora o reforço do ciclo inter-geracional de pobreza, ora sérios danos à saúde física e mental de gerações de jovens, e à incidência ou intensificação da desigualdade de renda do país.

2.1 A ocorrência do trabalho infantil e o desenvolvimento da criança e do adolescente

As estatísticas globais e nacionais disponíveis, nos últimos anos, apresentam várias formas de ocupação realizadas por crianças e adolescentes, o que engloba desde as mais penosas e insalubres, como o corte de cana-de-açúcar, a colheita do abacaxi e o trabalho em carvoarias e pedreiras, até as atividades consideradas invisíveis, como o trabalho doméstico, a exploração sexual, o narcotráfico ou narcoplantio ou a participação dos filhos, menores de idade, em atividades econômicas familiares. Em sua maioria, são ocupações que impedem a criança ou adolescente de estudar, ou de participar regularmente de atividades escolares e voltadas ao lazer.

Rocha (2003) e Schwartzman (2007) afirmam que no Brasil, nos últimos anos, o trabalho infantil é relativamente freqüente em áreas rurais, onde crianças geralmente participam da atividade agrícola familiar, e no meio urbano, onde se ocupam dos afazeres no âmbito doméstico ou se inserem em atividades informais. É predominante, proporcionalmente, na região Nordeste e ocorre mais no gênero masculino e entre pessoas de cor preta ou parda, e em índios e descendentes. E mesmo que a incidência de trabalho comece a partir dos cinco a sete anos de idade, a maior concentração encontra-se na faixa entre os 14 e 17 anos.

A escolha do indivíduo entre trabalhar ou continuar estudando inicia-se dentro do ambiente familiar. Está condicionada à situação de pobreza e ao tamanho da família, às condições de trabalho dos pais ou responsáveis e seu grau de escolaridade, entre outras variáveis. Sabe-se que muitos pais colocam seus filhos para trabalhar como forma de complementar a renda, porque seus ganhos são poucos, ou então, para que não falem recursos em caso de desemprego ou doença do responsável.

Em razão destas evidências, originou-se uma extensa bibliografia sobre o tema, a qual se direcionou em duas vertentes complementares de análise: na formulação de modelos teóricos de decisão familiar para explicar a alocação de tempo dos filhos entre a escola, o lazer e o trabalho; e na realização de pesquisas empíricas, na maioria, utilizando microdados, no intuito de descrever as características do trabalho realizado pelas crianças e adolescentes e verificar a correlação entre a ocorrência do trabalho e as características domiciliares e familiares.

Os modelos de decisão familiar são bastante influenciados pela Teoria do Capital Humano, de Theodor Schultz (1973) e Gary Becker (1975). A educação é considerada um investimento, que gera custos presentes e benefícios futuros (BASU,

1998; KASSOUF, 2001). A família deve realizar uma troca entre renunciar ao consumo presente (neste momento a criança não trabalha e os pais têm custos com a escola) e, se beneficiar no futuro, em decorrência dos ganhos dos filhos obtidos pelo nível de instrução mais elevado. Qualquer fato que modifique os custos ou benefícios com a educação ou as restrições orçamentárias da família poderá afetar o tempo disponível voltado para a educação e a quantidade de horas gastas com trabalho.

Para Cacciamali e Tatei (2008), os modelos que têm como base a oferta de trabalho infantil, consideram que a distribuição do tempo da criança entre escola, atividades domésticas e trabalho, ocorre de acordo com o tamanho e a estrutura da família, a produtividade da criança e dos pais, e o grau de substituição no trabalho entre eles. Com isso, o modelo teórico enuncia o seguinte:

Quando os salários dos adultos permitem a obtenção de um nível mínimo tolerável de consumo familiar, nível esse definido pela própria família, ela decide não utilizar a mão-de-obra de suas crianças. Por outro lado, quando esses salários não alcançam o nível de renda desejado e/ou necessário, as crianças passam a trabalhar para complementar a renda familiar, pois seu trabalho pode substituir aquele dos adultos. Essas duas combinações — salários altos e nenhum trabalho infantil; salários baixos e trabalho infantil — são equilíbrios estáveis. A oferta de trabalho adulto e infantil, que se situa entre os dois níveis de salários — alto e baixo —, é instável. Dependendo das características da demanda de trabalho, é possível que apenas seja factível o equilíbrio perverso — baixo salário e trabalho infantil. (CACCIAMALI e TATEI, 2008:272)

O trabalho realizado na infância, gera benefícios imediatos na forma de renda (mesmo que seja pequeno), no entanto, poderá causar prejuízos ao desenvolvimento das potencialidades da criança, por afetar sua saúde física e psicológica, por tomar o tempo e os recursos que poderiam ser melhores dedicados à acumulação de conhecimentos através da educação formal (FERNANDES e SOUSA, 2003).

O grau de escolaridade dos pais, além da renda familiar, é um importante determinante dos anos de estudos de seus filhos, neste sentido, “a educação é um elemento fundamental na transmissão inter-geracional da característica quanto ao nível de rendimento, consistindo em um elemento explicativo chave da perpetuação da pobreza” (LAM, 1992 apud ROCHA, 2003:64).

Kassouf (2002) analisou o efeito da entrada precoce no mundo laboral sobre os rendimentos dos indivíduos na fase adulta da vida, utilizando a PNAD de 1999, e verificou que quanto maior a idade de ingresso do indivíduo no processo produtivo, maior será a sua escolaridade tanto para homens quanto para mulheres.

Tais constatações estão de acordo ao que Emerson e Sousa (2003 apud Kassouf, 2005) chamam de “armadilha da pobreza”: pais que trabalharam quando crianças enxergam com mais naturalidade o trabalho infantil e são mais propensos a colocar os filhos para trabalhar. Os valores sociais e culturais funcionam, portanto, na criação de consensos sobre o trabalho realizado precocemente, visto positivamente, já que o mesmo teria um papel disciplinador: afastaria as crianças do ócio e das ruas, realizando o “adestramento” para o mundo do trabalho (ALBERTO e ARAÚJO, 2003).

Os dados da PNAD de 2002, relativos às crianças entre 10 e 16 anos de idade, mostram que o status ocupacional do chefe da família, combinado ao seu nível de educação e o gênero, pode alterar o uso do trabalho dos membros da família, o que inclui os filhos (CACCIAMALI e TATEI, 2008). Os autores verificaram que as famílias chefiadas por trabalhadores por conta própria apresentaram probabilidade superiores de trabalho infantil do que as famílias chefiadas por assalariados com carteira de trabalho. Além disso, observaram que a elevação da educação dos pais refletiu-se em reduções bastante acentuadas da probabilidade de incidência do trabalho infantil.

Os problemas internos presentes na maioria das escolas públicas do país, conforme Schwartzman (2007), colaboram diretamente para a taxa de repetência e evasão escolar, impulsionando as crianças e adolescentes para atividades de trabalho e os afastando do universo escolar. Para o referido autor, (2007:136) “a deficiência escolar, principalmente nas idades mais avançadas e na zona rural, parece estar muito mais associada às limitações do sistema educacional do que à necessidade de trabalhar por parte da criança ou do adolescente”.

Por conseguinte, dentre as principais consequências do trabalho, está o efeito negativo na educação da criança e do adolescente. Schwartzman (2007) informa que o baixo rendimento escolar está representado em dois indicadores escolares: frequência às aulas e defasagem idade e série. Ao utilizar dados da PNAD de 2001, o autor observou que aos 12 anos de idade, a diferença na frequência à escola entre os que trabalham e os que não trabalham é pequena, dois a três pontos percentuais. Nas idades seguintes, a diferença tende a aumentar chegando a 10 pontos percentuais a partir dos 14 anos. Aos 17 anos, idade em que é permitido o trabalho, 32% dos adolescentes ocupados já estão fora da escola.

Quanto à defasagem idade e série, verifica-se que aos 15 anos, idade em que se inicia o ensino médio, aqueles que trabalham estão, em média, 2,2 anos atrasados, ou

melhor, encontram-se ainda nas séries do ensino fundamental (SCHWARTZMAN, 2007).

Outras pesquisas empíricas chegaram a conclusões semelhantes quanto às conseqüências do trabalho sobre a escolaridade de crianças e adolescentes (BEHRMAN e WOLFE, 1984; ILAHI, ORAKEM E SEDLACEK, 2001; KASSOUF, 1997, 2005; ROCHA, 2003; WORLD BANK, 2001). Este déficit educacional contribuirá negativamente para o nível salarial ao se tornarem adultas. A falta de educação formal torna-se, portanto, um instrumento para a desigualdade de renda entre os trabalhadores e para a formação do ciclo inter-geracional de pobreza.

Outra séria conseqüência do trabalho durante a infância e adolescência são os danos causados à saúde e as seqüelas físicas geradas por acidentes de trabalho. Conforme Forastieri (1997), os locais de trabalho, o equipamento e utensílios não foram projetados para as crianças, por isso, o seu manuseio pode ocasionar problemas ergonômicos e de fadiga. Além disso, as crianças são menos tolerantes ao calor, aos produtos químicos, à poluição sonora, etc.

A Constituição brasileira proíbe o trabalho perigoso e noturno aos menores de 18 anos, como também são proibidos o trabalho em minas, estivagem, ou qualquer atividade subterrânea para menores de 21 anos. Entretanto, o que as pesquisas verificam que é elevadíssimo o percentual de crianças ocupadas em atividades consideradas perigosas. Kassouf (2004), a partir de dados da PNAD 2001, verificou que no grupo etário entre cinco a 17 anos, 44% das crianças trabalhadoras das áreas urbanas estavam ocupadas em atividades perigosas, enquanto nas áreas rurais chegava a 31%.

As atividades são perigosas porque expõem os trabalhadores a determinadas máquinas e ferramentas que podem gerar cortes e amputações de membros, o que é o caso do processo de desfileramento do sisal e das atividades na construção civil. Também são consideradas perigosas as que levam à exposição a produtos químicos – agrotóxicos e herbicidas – que ocasionam irritações nos olhos e na pele, ou a longa exposição às intempéries, como acontece nas atividades de preparação do solo, o plantio, a colheita e o trato de animais, etc. Ocupações que apresentam riscos e danos emocionais ou que geram a exclusão social, como o trabalho informal urbano (ambulantes e coletores de lixo), narcotráfico e exploração sexual, também são considerados perigosos (BANCO MUNDIAL, 2001).

Para a OIT (2000) o trabalho infantil caracterizado como perigoso gera uma série de conseqüências:

[...] gera consequências difíceis de serem transpostas pelas crianças e pelos adolescentes no futuro, interferindo em seu desenvolvimento físico, pois os mesmos ficam expostos a riscos de lesões e doenças irreversíveis. Também gera problemas para o desenvolvimento mental, em razão da submissão aos maus tratos e à exploração, provenientes desse trabalho. Interfere, também, no desenvolvimento social, devido às restrições educacionais e de renda, bem como ao acúmulo de responsabilidades.

Diante do exposto, vê-se que o levantamento das causas, e possíveis consequências da atividade realizada precocemente colaboraram para a compreensão de uma realidade que, até algumas décadas atrás, estava encoberto e possuía limitada mensurabilidade. Contudo, faz-se necessário apresentar outros aspectos relevantes para ampliar o entendimento do fenômeno do trabalho infantil - como as transformações no mundo do trabalho ocorridas nas últimas décadas, e as mudanças do papel do Estado na regulação das relações de trabalho.

O desenvolvimento de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e a exigência por profissionais com nível elevado de educação, colaboraram para o aumento do desemprego estrutural, e do surgimento de atividades informais e precárias. As famílias que se encontram nos estratos sociais menos favorecidos na distribuição de renda da sociedade tornam-se mais vulneráveis às consequências dessas transformações. São induzidas a recorrerem a estratégias alternativas de sobrevivência. Dessa maneira, o trabalho infantil responde a incentivos e oportunidades que surgem com as imperfeições no mercado de trabalho.

2.2 O processo de reestruturação no mundo do trabalho

Desenvolveram-se, no decorrer das décadas do século XX, dois sistemas gerais e distintos entre si de funcionamento do mercado de trabalho:

O primeiro modelo caracteriza-se pela institucionalização das relações e das condições de trabalho nos vários setores da economia. A atuação do Estado é direta através da formulação do ordenamento jurídico-trabalhista e no direcionamento das políticas públicas para o trabalho e o emprego vinculados às políticas macroeconômicas.

Por trás das políticas de expansão das relações formais e assalariadas de trabalho e da alocação de recursos dentro da economia pelo Estado (através dos gastos públicos para impedir a queda do consumo e para manter o nível da atividade econômica), encontra-se a influência da teoria keynesiana. O pensamento keynesiano orientou as

políticas econômicas capitalistas, de acordo com as particularidades de cada país, como as dos Estados Unidos, as da Europa e também da América Latina, incluindo o Brasil, no período que vai do pós-guerra até as décadas de 1970 e 80.

A atuação direta do Estado obteve destaque a partir do período de depressão norte-americana e de quase-colapso do capitalismo na década de 1930, após a queda da bolsa de Nova York, um ano antes. Conforme o pensamento de Keynes (1982), as crises econômicas são resultados da insuficiência da demanda efetiva, que levavam à queda do investimento, à geração do desemprego involuntário, à diminuição da renda do trabalho e à recessão. Para frear o ciclo da crise seria necessário o papel do Estado para alocar recursos dentro da economia, através dos gastos públicos, impedindo a queda do consumo e mantendo o nível da atividade econômica. Com isso, o Estado teria o papel de planejador da economia. Keynes, portanto, preconizou a intervenção do Estado através de políticas de pleno-emprego e na formação do *welfare state*.

Sob a influência do keynesianismo, as formas de intervenção do Estado variavam muito entre os países capitalistas avançados, mas de forma geral, se centravam no esforço de controlar os ciclos econômicos com uma combinação de políticas fiscais e monetárias (COSTA, 2006). Estas políticas eram dirigidas para o investimento público, para garantir o crescimento da produção e do consumo de massa, como também do emprego relativamente pleno e da seguridade social.

A hegemonia do pensamento de Keynes perdurou até os anos setenta, quando houve a queda da taxa de retorno dos investimentos levando ao crescimento lento das economias centrais até chegar a uma recessão. Quando a teoria keynesiana perdeu força, houve a retomada das idéias relacionadas ao livre mercado e à diminuição da atuação do Estado, de acordo com os pressupostos da teoria neoclássica.

Uma das maiores críticas aos modelos de origem keynesiana deveu-se à rigidez dos investimentos (de larga escala e de longo prazo) e dos contratos de trabalho, como também dos compromissos do Estado com os programas de assistência social. A presença do Estado passou a ser considerada como um entrave ao desenvolvimento da economia (HARVEY, 1993; CASTELLS, 1999).

O segundo modelo é marcado pela reavaliação da presença do Estado, com o surgimento de uma série de transformações tecnológicas, que culminaram na flexibilização das relações de trabalho e pelo aumento das taxas de desemprego no último quarto do século XX.

A profunda crise financeira das principais economias obrigou o início de um conturbado período de reestruturação econômica e de reajuste social e político, como já abordamos anteriormente. Dentro do conjunto estava a flexibilização dos processos e dos mercados de trabalho, a desregulamentação de direitos trabalhistas e sociais e a redução dos gastos públicos (POCHMANN, 2001). O centro das mudanças na forma de regulação estatal foram os Estados Unidos, e os países da Europa ocidental, como a Inglaterra, Alemanha e Dinamarca, durante a década de 1980. Na década seguinte, os países em desenvolvimento, como os da América Latina, realizaram as suas reformas para equilibrar as contas públicas e reduzir o tamanho do Estado.

Conforme a tradição teórica neoclássica, o sistema capitalista seria eficiente na geração e na absorção da produção. Os mercados atuam em equilíbrio e com pleno emprego, sendo as crises apenas conjunturais e de origem externa. Não existe referência a qualquer estrutura institucional no processo de determinação salarial.

O salário é determinado endogenamente, ou melhor, resulta da condição de equilíbrio entre a oferta e a demanda. As firmas demandam trabalho enquanto o salário real for maior que a produtividade marginal do trabalho; e os trabalhadores oferecem trabalho enquanto a utilidade derivada do salário real for mais que a desutilidade do trabalho. O salário real é a variável de ajuste entre a oferta e a demanda de trabalho. Por isso, o salário deveria ser flexível e de acordo com a demanda de produção. O desemprego existente é o friccional, não há desemprego involuntário. A ocorrência de excedente de mão-de-obra era possível, mas durável apenas no curto e no médio prazo, pois no longo prazo as economistas funcionariam no pleno emprego, após o ajuste no interior do mercado de trabalho.

Ainda no processo de redução do Estado, Chang (2004) afirma haver uma diferença na agenda proposta para as economias centrais e para as economias dos países periféricos. É como se o conjunto de reformas fosse um “remédio amargo” que os países de primeiro mundo não tomaram na dosagem que propõem aos demais países.

As causas do desemprego passaram a ser atribuídas aos sindicatos e ao próprio Estado, os quais impediam a redução dos salários, e aos trabalhadores, que em razão de recusa ou de incapacidade individual (baixo nível de escolaridade ou de experiência), não aceitam a remuneração ofertada.

Segundo Pochmann (2001), o desemprego nas economias desenvolvidas foi associado ao combate à inflação, pois se considerou a hipótese de que a manutenção do quase pleno-emprego provocava elevação dos custos das empresas. Seguidamente,

ganhou força a interpretação que condicionava a manutenção do desemprego à existência de diversos mecanismos de proteção e de garantia do trabalhador, como o seguro-desemprego, o qual desmotivaria o indivíduo a ocupar uma vaga com rendimento inferior ao benefício recebido.

O desenvolvimento tecnológico mais intenso, através da automação, da racionalização e reestruturação do controle do trabalho, o uso de novas formas organizacionais (como o sistema *just in time* de gerenciamento de estoques), as fusões entre as empresas e a internacionalização da produção, tornaram-se as principais estratégias de atuação do regime de acumulação flexível² (HARVEY, 1993). Tudo isto implicou em altos níveis de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades dos profissionais, poucos ganhos nos salários reais e o retrocesso do poder sindical. Segue a avaliação de Costa (2006: 72) sobre as transformações ocorridas:

Com a internacionalização da produção e o desenvolvimento tecnológico mais intenso, reduziu-se, nos países centrais, o volume de empregos, gerando crise social e aumento na demanda pelos seguros sociais mantidos pelo Estado. [...] Devido à nova base tecnológica de produção, as relações sociais no mundo do trabalho se redefiniram. A flexibilização do emprego, o processo de terceirização da produção e o desemprego estrutural nos países centrais quebrou o poder político dos sindicatos, que, aliado ao fenômeno da globalização, redefiniu a direção política dos governos e as propostas de regulação estatal sobre os níveis de desigualdades sociais.

Conforme Harvey (1993), o enfraquecimento dos sindicatos e o aumento do excedente da mão-de-obra desempregada colaboraram para a disseminação de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, como o trabalho em período parcial, temporário ou subcontratado. O crescimento de formas de subcontratação abriu a possibilidade de se formarem pequenos negócios e modelos precários de trabalho domiciliar, familiar ou de apadrinhamento, todos, apêndices do sistema produtivo. Geralmente são formados por trabalhadores de baixa escolaridade ou por grupos desprivilegiados, como imigrantes, mulheres, crianças, jovens e negros, atrás de uma oportunidade e/ou de uma estratégia de sobrevivência.

Segundo a OIT (1996), formaram-se nos países em desenvolvimento redes entre pequenos produtores e empresas de grande porte, produzindo para fins de exportação aos mercados afluentes, em transações geralmente intermediadas por negociantes

² A acumulação flexível caracteriza-se pelo confronto direto com a rigidez do fordismo, e envolveu o surgimento de novos setores de produção, da formação de novos mercados de consumo, e, sobretudo, na intensificação da inovação comercial, tecnológica e comercial.

atacadistas e por grandes lojas de departamento estabelecidas nesses mercados. O que justifica essa lógica de produção é a flexibilidade e a lucratividade para as indústrias.

A adoção de medidas voltadas para a diminuição dos custos de contratação de mão-de-obra e de flexibilização das normas trabalhistas, conforme Pochmann (2001) foram ineficazes e colaboraram para a permanência do desemprego e para o aumento da desigualdade de rendimentos. “A elevação da taxa de desemprego mundial terminou por ocorrer de maneira mais concentrada nas nações não-desenvolvidas do que nos países desenvolvidos” (POCHMANN, 2001: 85).

Procurou-se, também, omitir a responsabilidade das políticas macroeconômicas pela geração do excedente de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, a formação e o treinamento profissional se transformaram em umas das poucas ações do Estado para conter o desemprego e a precarização das relações trabalhistas.

As conseqüências de todas as mudanças no mundo do trabalho foram o aumento da insegurança no trabalho, da concorrência entre os indivíduos em idade ativa e a elevação das exigências para contratação de empregados. Desse modo, o fenômeno do desemprego passou a ser cada vez mais identificado a aspectos individuais, como a falta de qualificação e o baixo nível educacional (FORRESTER, 1997).

As tendências da estrutura de ocupação existentes na fase atual do capitalismo competitivo e globalizado são: 1) Diminuição da participação relativa das ocupações no setor industrial; 2) Expansão do setor de serviços.

Houve, nas últimas três décadas no Brasil, diminuição do emprego formal nos setores industriais³, como o de transformação, e na construção civil. A geração insuficiente de postos de trabalho para o contingente de trabalhadores disponíveis no setor industrial proporcionou não apenas taxas de desemprego crescentes, como também o aumento de trabalhadores por conta própria e sem carteira de trabalho, e o inchaço no setor de serviços.

O crescimento de “formas precárias” de ocupação apresenta fatores não-positivos do ponto de vista dos trabalhadores e da própria dinâmica da massa de rendimentos e do mercado de consumo. Segundo Coutinho, Baltar e Camargo (1999),

³ O Brasil, em especial, não chegou a registrar o mesmo grau de importância do emprego industrial na composição total dos postos de trabalho, em comparação a nações como a Alemanha ou Inglaterra, devido ao seu processo tardio de industrialização. Somente a partir dos anos noventa, após as mudanças em sua dinâmica industrial (antes sustentada na produção voltada ao mercado interno, para, mais recentemente, inserir-se no mercado externo), a economia nacional passou a sofrer com a perda absoluta e relativa de postos de trabalho neste setor.

ocorreram a perda de proteção social de garantias trabalhistas, a instabilidade do nível de atividade devido às flutuações da atividade econômica e das condições gerais da economia, além da saturação de muitos segmentos “informais”, o que acentua a queda do rendimento médio e o estreitamento das oportunidades de absorção.

A reestruturação do setor industrial combinada à concentração da população nos grandes e médios centros urbanos e ao baixo crescimento econômico nas últimas décadas do século XX, colaboraram para o aprofundamento de uma série de problemas sociais existentes no país: desemprego, aumento da violência urbana, deterioração dos serviços públicos, incidência de pobreza⁴ e desigualdade de renda.

O quadro de pobreza e de desigualdade de renda existente no Brasil apresenta-se de forma heterogênea dentro do seu território (ROCHA, 2006). Em geral, está concentrado nas periferias das grandes e médias cidades, nas áreas rurais e no semi-árido dos estados nordestinos. Como também afeta grupos populacionais de características específicas: crianças e adolescentes, pessoas negras e índias, desempregados e sub-empregados (MARIÓ e WOOLCOCK, 2007).

Dessa maneira, o trabalho infantil apresenta-se nos domicílios empobrecidos, com pais incapazes de gerar renda, seja pela falta de emprego, seja pela inserção em atividades informais e precarizadas. Na procura por alternativas de sobrevivência, colocam os seus filhos para trabalhar. Sobre o comportamento destas famílias, Castells (1999: 181) explica:

A crise das economias de subsistência, aliada ao empobrecimento de amplos segmentos da população, força as famílias e seus filhos a todos os tipos de estratégia de sobrevivência: não há tempo para se dedicar à escola, há necessidade premente do maior número de filhos possível para ajudar na casa. [...] Os estudos têm demonstrado a influência de famílias numerosas sobre a mão-de-obra infantil: quanto maior o número de filhos, tanto maior a probabilidade de haver uma triagem dentro da própria família para decidir quem vai para a escola e quem fica nas ruas.

As atividades realizadas por estas crianças são bastante diversificadas, mal remuneradas e sob péssimas condições. Há, entre os diversos países, um enorme contingente de crianças envolvidas em atividades que geram algum tipo de renda, em dinheiro ou em alimentos, como o trabalho doméstico, o comércio informal urbano (o caso de engraxates e vendedores ambulantes), ou as atividades vinculadas à “economia

⁴ O conceito de pobreza utilizado refere-se a situações de insuficiência de renda, em que os indivíduos não conseguem manter satisfazer as suas necessidades básicas de vida. (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2001);

do crime”, como o tráfico de drogas, exploração-sexual comercial, pequenos furtos e mendicância organizada (CASTELLS, 1999).

O crescimento da mão-de-obra infanto-juvenil mal remunerada também é resultado da internacionalização das atividades econômicas, como o turismo e a produção industrial têxtil e de calçados. Estes empreendimentos conseguem ganhos substanciais ao empregarem crianças e adolescentes, direta ou indiretamente, no processo produtivo. De acordo com Castells (1999:182) os ganhos são “obtidos a partir das diferenças entre o custo da mão-de-obra infantil nos países em desenvolvimento e o preço dos bens e serviços cobrados nos mercados mais abastados”.

Diante deste quadro, mesmo com a existência de um conjunto normativo que proíbe a exploração de crianças e adolescentes, a erradicação do trabalho infantil torna-se uma meta difícil de alcançar, na medida em que a pobreza e a exclusão são fortemente acentuadas pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho e nas políticas econômicas.

2.3 O papel do Estado na regulação do mercado de trabalho

Durante o século XX, a discussão sobre o papel que o Estado deveria desempenhar na economia, tornou-se um ponto central dentro da organização da sociedade capitalista, gerando diferentes construções teóricas. Costa (2006:54) afirma que a polêmica centrou-se entre o planejamento estatal e a eficiência do livre mercado: “De um lado, as idéias keynesianas defendendo a atuação do Estado na coordenação do sistema de mercado, e de outro, as idéias de Hayek, na defesa do livre mercado e a denúncia dos riscos do planejamento da atividade econômica pelo Estado”.

Przeworsky (1995) afirma que há uma tensão permanente entre mercado e o Estado, e tal tensão é exacerbada em um sistema democrático. Há dois mecanismos em que os recursos são alocados e distribuídos aos indivíduos. No mercado, os recursos produtivos são utilizados por seus proprietários e depois distribuídos através do consumo. O Estado, em uma democracia, além de taxar e de transferir, também pode regular sobre a alocação e distribuição dos recursos existentes. Como expressa Przeworsky:

[...] distribuições de consumo geradas pelo mercado devem ser sistematicamente diferentes daquelas coletivamente preferidas pelos cidadãos, uma vez que a democracia oferece uma oportunidade de reparação, por meio do Estado, àqueles que são pobres, oprimidos ou

miseráveis em consequência da propriedade privada dos recursos produtivos (PRZEWORSKY, 1995: 8).

O surgimento do Estado moderno, de acordo com Costa (2006), baseou-se na teoria contratualista, de Hobbes, Locke e Rousseau, em que o Estado controla os interesses privados por meio de normas coercitivas, evitando a guerra civil e mantendo a união entre os cidadãos. O poder do Estado também deve ser limitado através de normas constitucionais que garantam a sua legitimidade. Nesse sentido, a teoria contratualista entende que o Estado, como esfera pública, deve buscar o bem comum; a sociedade civil, como esfera privada, busca os interesses particulares.

Devemos levar em consideração que o processo de regulação realizada pelo Estado não obedece a uma lógica única e transparente, nem este é árbitro neutro entre os distintos grupos sociais, sendo necessário observar os diferentes interesses em jogo em cada conjuntura histórica. Ao arbitrar sobre as relações de trabalho pode-se confrontar com interesses tanto do grande capital como de instituições sociais e políticas.

2.3.1 Abordagens sobre o papel socioeconômico do Estado

Przeworsky (1995) explica que há três posições teóricas básicas sobre o papel do Estado em relação a aspectos socioeconômicos: (1) os Estados respondem às preferências dos cidadãos - os governos são perfeitos agentes do público; (2) os Estados procuram realizar seus próprios objetivos; (3) os Estados agem conforme o interesse dos grupos que possuem a riqueza produtiva.

A primeira posição relaciona-se com as teorias econômicas da democracia. Este conjunto teórico advoga que as políticas governamentais são feitas de acordo com o interesse dos cidadãos. Os indivíduos, agentes racionais, procuram apoiar as propostas que mais se aproximam do seu bem-estar. Os candidatos políticos, maximizadores de apoio, tendem a ofertar políticas preferidas pelos cidadãos, e, uma vez no cargo, implantam tais políticas.

Nos modelos utilizados, uma das premissas é a homogeneidade dos cidadãos – todos possuem a mesma renda e riqueza, todos votam ao mesmo tempo e escolhem a partir de uma única dimensão o nível da atividade governamental⁵ -, sabendo que este grau de atividade deve ser eficiente para cada um e para todos. Logo, as decisões são

⁵ Para Przeworsky (1995) a transformação de democracia direta em um sistema representativo não muda nada os resultados desse modelo.

tomadas pela maioria, e o processo eleitoral gera um único resultado. Os candidatos competem entre si, e para vencer as eleições, convergem para a preferência coletiva.

Mesmo no caso do modelo do eleitor mediano, em que os indivíduos se diferenciam em rendas e preferências, as decisões continuam a ser feitas conforme a regra da maioria. As pessoas ao decidirem sobre o valor (ou valores) de uma determinada atividade governamental – alíquotas de impostos, por exemplo, em qual a percentagem cairá sobre a renda individual e o benefício recebido será o mesmo a todos os cidadãos -, a proposta vencedora é aquela feita pelo eleitor de renda mediana⁶.

A segunda visão sobre a atuação do Estado é que, ao contrário, da teoria econômica da democracia, segundo a qual os políticos se preocupam em buscar apoio popular, os governantes tentarão sempre escapar de controles externos e internos e, perseguirão os seus próprios objetivos, sendo capazes de implementar políticas voltadas a seus interesses, mesmo com a presença de limites institucionais, políticos e econômicos.

O Estado é autônomo quando os governantes possuem objetivos próprios e a capacidade institucional de tomar decisões e de executá-las. Os Estados são, de maneira variada e em diversos graus, autônomos em relação aos seus eleitores, às classes ou aos grupos sociais. Mesmo em regimes democráticos, os políticos eleitos ou burocratas nomeados não serão agentes perfeitos do público que representam, buscando agir de acordo com interesses distintos que dos cidadãos.

Os estudos sobre a autonomia do Estado procuram levantar as origens desta autonomia do Estado, como também analisar os efeitos desta para as políticas públicas e para o bem-estar social.

A autonomia é possível quando há condições de que nenhum grupo social consiga ou queira estabelecer o seu controle sobre o Estado (teoria da autonomia relativa), ou quando o Estado exercita o monopólio da força sobre um território (teoria centrada no Estado).

A teoria da autonomia relativa, muito influenciada pelo pensamento marxista, afirma que a autonomia do Estado é mais exceção do que regra. O Estado será um

⁶ Isto ocorre porque o equilíbrio majoritário é a escala de alíquotas preferida por este eleitor: uma escala que impusesse a elevação da taxa abaixo da renda do eleitor mediano não obteria seu apoio e, portanto, o apoio da maioria (o seu voto e do mais pobre), enquanto que uma escala que não taxasse qualquer eleitor mais rico que o mediano acumularia uma receita menor, sendo rejeitado por todos os eleitores com renda menor ou igual à mediana. Como os partidos competem para vencer as eleições, eles tenderão para a preferência do eleitor mediano (PRZEWORSKY, 1995).

instrumento de uma determinada classe (a capitalista, na maioria das vezes) quando esta é economicamente dominante, se ela consegue se organizar politicamente e se esse poder não seja ameaçado ou contestado por nenhuma outra classe. A autonomia do Estado resultará, portanto, do equilíbrio de classes: “Se uma burguesia forte não encontra oponentes sérios, o Estado é instrumental. Caso contrário, o Estado é autônomo, e a forma que essa autonomia assume depende da força relativa das classes” (PRZEWORSKY, 1995:100)

A abordagem centrada no Estado⁷ assume que os Estados criam, organizam e regulam a sociedade. Este controle é feito através do monopólio da violência sobre determinado território. Para Lane (1979), ao monopolizar a violência sobre um território, os governos estabelecem direitos de propriedade e tornam possível o desenvolvimento da sociedade.

A autonomia dos Estados pode ser praticada de diversas maneiras, trazendo consequências distintas para as políticas públicas e o bem-estar social. A teoria geral de tipos puros de Estados explica como a autonomia estatal afeta os resultados das políticas, baseia-se nos estudos de historiadores econômicos, como Lane (1979) e North (1981).

Os Estados são divididos em três tipos: republicano, principado e burocrático. Diferem-se em três características básicas: 1) sobre o direito ou não de propriedade do resíduo fiscal (a diferença entre os benefícios e os custos das atividades estatais); 2) se possuem a competência para realizar a tomada de decisão sobre a variedade e quantidade de atividades governamentais; 3) sobre a organização da produção de bens e serviços (eles são produzidos pelos próprios aparatos estatais, com governantes auferindo lucros da produção, ou são realizados por contrato com terceiros, e assim, realizados com custo para o Estado).

O tipo republicano não tem direito sobre o resíduo fiscal. Os próprios cidadãos, ou seus agentes perfeitos, escolhem sobre a variedade e a quantidade de atividades governamentais, e a produção desses serviços implica custos para o Estado.

⁷ Esta teoria é criticada porque a força pode não ser suficiente para governar uma economia capitalista, onde as decisões de alocação do capital e do trabalho são tomadas descentralizadamente, e são vistas como prerrogativas privadas. Além disso, o poder do Estado advém de outras fontes distintas do monopólio da força. Este também é derivado da necessidade do governo em desempenhar atividades de infra-estrutura, proteção, etc., e do reconhecimento pelas pessoas da autoridade do Estado (poder normativo).

O principado fica com o resíduo fiscal, ele possui o poder de decisão sobre os serviços a serem prestados e arcam com os custos dessas atividades.

No tipo burocrático, os cidadãos possuem a propriedade sobre o resíduo fiscal, mas as decisões sobre as atividades a serem realizadas é dos governantes, que não são supervisionados externamente. Os serviços são feitos com o aparato do Estado, cujos membros auferem lucros sobre tal produção.

Quais seria, então, o grau da cobrança de tributos às pessoas e o nível de atividade oferecida pelo Estado? Em outras palavras, como se pode verificar se a quantidade de serviços fornecida pelos governos é eficiente e se o pagamento dos tributos é justo ou excessivo para a realização desses serviços?

Na república, os cidadãos pagam apenas o custo da produção de serviços, sem necessidade de arcar com qualquer renda (monopólica) para o Estado. No principado, o Estado tem direito sobre o resíduo fiscal, ele tentará maximizar suas receitas líquidas o que significa cobrar o máximo possível de tributos (pode realizar a pilhagem, pois tem autoridade para isso ou não é constrangido nesse sentido) ofertando menos que o nível eficiente de serviços.

Na burocracia, os governantes extraem com os tributos o custo dos bens e serviços, e escolhem, via de regra, um nível ineficiente de tais atividades. Como os burocratas tomam as decisões sobre os serviços a serem prestados e se beneficiam de tais atividades, eles realizam-nas independentemente de serem úteis para seus cidadãos.

O que ocorre com a autonomia em Estados democráticos é que os agentes governamentais têm o direito de tomar decisões, mas não possuem o direito de propriedade sobre o resíduo fiscal. Os burocratas tenderão, portanto, a combinar os benefícios públicos com as compensações privadas – teoria da escolha pública.

Primeiramente, como podem obter algumas compensações desempenhando bem suas funções públicas, o benefício público aumenta, por algum período, com as compensações privadas dos burocratas (salários, gratificações, adicionais, poder, número de funcionários, etc.). A partir do momento em que as compensações aumentam, elas tratam por tomar mais espaço do que os benefícios públicos. Caso as decisões dos burocratas não sejam supervisionadas, eles escolherão um nível que excede sobre os benefícios sociais. O resultado são burocratas produzindo ineficientemente ou muito custosamente, ou com um viés dirigido a um fator – como o número de funcionários (ALESSI, 1969; NISKANEN, 1971 apud PRZEWORSKY, 1995).

A terceira posição teórica sobre o papel do Estado defende que todos os governos respeitam e protegem os interesses dos grupos proprietários da riqueza produtiva da sociedade. O povo pode ter direitos políticos, e os governos podem ter interesses e concepções próprias, mas a capacidade de qualquer governo para atingir seus objetivos é circunscrita pelo poder do capital (PRZEWORKSKY, 1995).

Conforme as teorias marxistas do Estado, realizadas por Offe e Habermas, diante do surgimento de oligopólios e monopólios, a ocorrência da taxa decrescente de lucros, da escala crescente dos investimentos, das recorrentes crises de demanda, do processo de “desmercantilização”⁸, das dificuldades de legitimação e dos conflitos com a classe trabalhadora, a sobrevivência do capitalismo só foi possível, nas últimas décadas, em razão do papel do Estado. Logo, todas as políticas realizadas pelos governos visam promover a acumulação e a legitimação do capitalismo.

Para Poulantzas, outro pesquisador dessa corrente, o Estado é o “fator de ordenação” não apenas para garantir a ordem política (a paz e o bem-estar coletivos), como também para preservar as condições de produção. Como os capitalistas individuais competem entre si, são incapazes de superar sozinhos essa competição, e como não é de seu interesse fazer concessões à classe trabalhadora, o Estado é chamado para arbitrar a fim de garantir a reprodução do capitalismo.

Ainda de acordo com o autor, a maneira como as classes se organizam politicamente é um efeito das ações do Estado. Com isso, os governos impedem que a classe trabalhadora se organize como força revolucionária. Para esse fim, “o Estado força a burguesia a pagar o custo econômico de seu interesse político de preservar o capitalismo” (PRZEWORKSKY, 1995:107).

O capitalismo contemporâneo é uma forma de “capitalismo de Estado”: as atividades realizadas por este têm efeito estabilizador sobre o sistema como um todo. Para manter o capitalismo, os Estados desempenham uma série de funções: “garantia dos direitos de propriedade, a liberalização econômica, a intervenção para o consenso social e o gerenciamento das relações externas” (MURRAY, 1971 apud PRZEWORKSKY, 1995, p. 91).

De acordo com Habermas (1975), quando necessário, o Estado assume a responsabilidade de gerenciar a economia e de compensar os que são adversamente afetados por essa economia.

⁸ A desmercantilização é o processo em que a força de trabalho e os recursos materiais tendem a ser retirados do mercado ou substituídos por outros mecanismos não-mercantis, ver Offe(1975).

Quais os motivos para que os Estados atuem no interesse do capitalismo ou dos capitalistas? Para Miliband (1969) apud Przeworsky (1995) isso ocorre porque os grupos econômicos formam uma elite dominante, e esta é a mesma elite política que controla as instituições estatais. Esta teoria é conhecida como a “teoria da elite do poder”, defende que as pessoas ocupantes das principais posições de mando do governo vieram, em sua maioria, do mundo dos negócios e da propriedade ou das classes médias profissionais.

Outra teoria que explica porque os governantes perseguem as metas estabelecidas pelo capitalismo, é a teoria da dependência estrutural, que argumenta que a propriedade privada dos recursos produtivos impõe restrições tão fortes que nenhum governo, independentemente de seus objetivos, pode implementar políticas adversas aos interesses dos capitalistas.

A hipótese da teoria é que as decisões de investimento terão consequências públicas e futuras, especialmente aos assalariados, com relação à produção, ao emprego e ao consumo. Como as decisões de investir são privadas, todos os grupos sociais são afetados por estas, inclusive o próprio Estado.

A realização de qualquer objetivo, que necessite de recursos materiais, deixa os governos em uma situação de dependência estrutural. Como explica Block (1977 apud Przeworsky, 1995:118):

Em uma economia capitalista, o nível de atividade econômica é amplamente determinado pelas decisões de investimento privado dos capitalistas. Isso significa que os capitalistas em seu papel coletivo de investidores têm o poder de veto sobre as políticas estatais, na medida em que o fato de não investirem nos níveis adequados pode criar grandes problemas políticos para os dirigentes estatais.

A tese central desta teoria é que os governos não podem simultaneamente reduzir lucros e elevar o investimento: se as firmas investem em função dos retornos esperados, políticas que transferem renda dos proprietários de capital reduzem a taxa de lucro e, portanto, a de investimento.

Os governos podem, e, na realidade, escolhem entre crescimento e distribuição de renda, mas na medida em que o bem-estar material de suas bases eleitorais depende do crescimento econômico, assim como de sua participação na renda global, e na medida em que a distribuição só pode ser alcançada às custas do crescimento, todos os governos acabam buscando políticas com efeitos redistributivos limitados (PRZEWORKSKY, 1995, p. 121).

Devido nas sociedades capitalistas o Estado extrair seus recursos de uma economia cujas decisões são feitas por agentes privados, ele deve se preocupar com a acumulação, pois a partir desta obtém seus recursos. Por conseguinte, também se preocupará com a legitimação do capitalismo. Para isso, procura apoio popular, que será expresso eleitoralmente. Em sua gestão, o Estado organiza-se institucionalmente, de forma que o impede de tomar iniciativas que transformem a estrutura econômica vigente.

Przeworsky (1995:98) sumariza a relação entre a atuação do Estado e os interesses capitalistas:

O sistema político pode apenas fazer ofertas aos corpos externos e autônomos responsáveis pelas decisões privadas: ou tais ofertas não são aceitas, tornando vãs as tentativas de direção, ou, para serem aceitas, têm que ser tão atrativas que a direção política, por sua vez, perde sua autonomia, uma vez que internalizou os objetivos do sistema a ser dirigido. O Estado é dependente da satisfação dos interesses de decisores privados porque não produz por si próprio e necessita da produção para realizar todos os seus objetivos.

O que Offe e Habermas levantam é que as tentativas de resolução dos problemas correntes por este Estado acabam por criar outros problemas, como a “politização das relações econômicas”: ao assumir o papel de gerenciamento da economia, fica o Estado permeado por interesses privados.

Em vez de uma instituição autônoma devotada a valores universalistas, ele se torna uma arena de conflitos: as contradições entre os interesses de capitalistas individuais, entre os interesses individuais e o interesse capitalista coletivo e, finalmente, entre interesses generalizáveis, todas elas são deslocadas para o interior do aparato estatal (HABERMAS, 1975).

As conseqüências disso incluem a irracionalidade das decisões administrativas devido à captura do Estado por interesses privados, crises fiscais, falhas de planejamento e a deslegitimação.

Das correntes descritas em linhas gerais acima, compreendemos que o Estado pode agir conforme três comportamentos: ele será um agente perfeito dos eleitores cidadãos; será um ser autônomo aos interesses dos cidadãos ou dos grupos sociais e econômicos; ou um ente voltado a atender a um grupo economicamente dominante. No intuito de delinearmos um conceito de Estado para ser utilizado nesta pesquisa, faremos alguns questionamentos sobre as formas básicas de atuação do Estado.

Em primeiro lugar, os modelos utilizados pelas teorias econômicas da democracia são criticados quanto às condições, restritivas em demasia, para um equilíbrio de regra majoritária. Ao contrário do que os modelos estabelecem, as preferências individuais são continuamente reformuladas ao longo do processo político, podendo até estar propensas à intransitividade. A distribuição das preferências, ou a “opinião pública”, não é um algo dado de forma independente aos partidos em competição. Mesmo que os representantes políticos sejam sensíveis em responder aos anseios de seus eleitores, os partidos políticos, em busca de apoio, não simplesmente ajustam as suas propostas às preferências já existentes, eles também formam a opinião pública.

O problema das teorias econômicas da democracia é que eles praticamente desconsideram o processo democrático, não abordando os jogos de interesse que ocorrem durante as eleições entre eleitores e candidatos. Nesse momento, as preferências dos cidadãos podem ser mudadas, ou até mesmo formadas sob influência dos candidatos ao governo.

Sobre a visão autônoma do Estado, o modelo sobre a escolha pública desconsidera a presença de constrangimentos que poderiam limitar a ação dos burocratas ao ato de formular seus objetivos e executá-los da sua melhor maneira. North e Miller e Moe (1983 apud Przeworsky 1995) analisam que os Estados são constrangidos por fatores econômicos, decorrentes da oferta dos serviços, expressos pelos custos de produção de serviços governamentais e da coleta de tributos, e, principalmente, por fatores institucionais.

Os fatores institucionais ocorrem devido à supervisão aos atos dos representantes eleitos ou dos burocratas. O controle pode ser externo, realizado pelos cidadãos eleitores ou por grupos de pressão, ou interno, através da supervisão do Legislativo, mais especificadamente das comissões legislativas, durante o processo orçamentário: os órgãos governamentais fazem uma planilha de custos para a realização de seus atos que passaram pelo escrutínio das comissões, que tomam a decisão final sobre os gastos.

Um questionamento referente à teoria da dependência do Estado é: se a influência das classes proprietárias dos meios de produção é tão absoluta que nenhum governo pode realizar políticas contra os interesses dos capitalistas, isso significa que as instituições democráticas são totalmente impotentes.

Verificamos, portanto, que nas três posições teóricas não são abordadas a ocorrência de conflitos existentes entre diferentes grupos sociais e das instituições dentro do processo de formação/implementação dos objetivos dos governos ou no controle as ações realizadas pelos representantes de Estado.

O grau de desenvolvimento e de autonomia de uma sociedade democrática também pode ser o resultado contingente de conflitos existentes entre o Estado, os grupos sociais e entre as próprias instituições estatais.

Sendo o Estado permeado pela atuação de diferentes grupos - órgãos estatais, conselhos, comissões legislativas, uns contra os outros e contra varias categorias e grupos organizados de atores externos, como consumidores, firmas, associações voluntárias -, nenhum deles poderá exercer, isoladamente, sua influência sobre o Estado, porque possuem outros grupos que o limitarão neste sentido.

Todos se comportam estrategicamente uns em relação aos outros. Portanto, as instituições têm um papel crucial, uma vez que elas delimitam e tornam possíveis distintos graus de atividade governamental e de distribuição entre custos e benefícios: em certos arranjos, os órgãos governamentais e as comissões legislativas serão capazes de chegar a soluções cooperativas; em outros arranjos, o resultado não-cooperativo, em que cada agente escolhe seu modo de atuação simultaneamente, gerando a soluções socialmente sub-ótimas.

Da exposição dos três eixos analíticos privilegiados no estudo, podem ser destacados como importantes para a análise do tema objeto dessa dissertação, os seguintes aspectos:

- a) os fatores determinantes e as conseqüências do trabalho infantil para a vida das crianças e adolescentes;
- b) o contexto macroeconômico de flexibilização e precarização das relações de trabalho, que estimularam conjuntamente para a incidência de trabalho infantil entre os diferentes países, mas principalmente naqueles de baixo e médio desenvolvimento, sendo resultado do empobrecimento das famílias e do surgimento de oportunidades de inserção dos filhos em atividades de trabalho, sejam autônomas, em regime domiciliar, ou como apêndices de uma rede de produção;
- c) a ação do Estado na regulação do trabalho infantil encontra explicação tanto na função de legitimação – no intuito de amenizar as desigualdades sociais e de renda, como forma de redução das tensões sociais -, como na função de acumulação, a partir

da qualificação dos futuros trabalhadores e de ordenamento jurídico para permitir formas de alocação do trabalho infantil.

III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia da presente pesquisa pode ser considerada, ao mesmo tempo, de caráter exploratório e explicativo.

A pesquisa exploratória tem por finalidade proporcionar maiores informações sobre o tema escolhido e facilitar a delimitação de uma temática de estudo (LAKATOS e MARCONI, 2000). Em geral, é utilizada quando o tema é novo ou pouco estudado, o que leva o pesquisador a realizar um estudo prévio, para se familiarizar com o problema a ser investigado. A partir deste encontro inicial, será possível desenvolver hipóteses ou modificar conceitos pré-estabelecidos, contribuindo para a continuidade do estudo.

A pesquisa explicativa preocupa-se em registrar, analisar e interpretar o objeto estudado, como também identificar os fatores ou as causas que contribuem para a ocorrência deste objeto (LAKATOS e MARCONI, 2000).

A escolha por este método de estudo decorre, principalmente, da inexistência de estudos de caráter econômico sobre o PETI de João Pessoa, como também do Estado da Paraíba. Para se familiarizar com o tema, realizou-se o levantamento da evolução e do desenvolvimento do PETI, em âmbito nacional e local, e uma análise situacional do trabalho infantil na Paraíba, para depois adentrar nas questões referentes ao objeto escolhido.

Quanto aos meios de investigação, a pesquisa utilizou-se de fontes primária e secundária.

A utilização de fontes primárias consistiu na pesquisa direta ou de campo, através da aplicação de questionários a uma amostra de beneficiários do PETI.

As fontes secundárias referem-se à pesquisa bibliográfica, à pesquisa junto aos dados do SisPETI, do CadÚnico e da PNAD 2004.

A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento das publicações disponíveis sobre o tema em estudo, como em livros, artigos, revistas, teses, relatórios, legislação específica, dissertações, entre outros;

O SisPETI é um programa voltado para o monitoramento da frequência aos centros de atendimento e à escola. O SisPETI é formado por um conjunto de fichas dos

beneficiários organizadas pelo nome do responsável (ver em Anexo exemplo de ficha do SisPETI). Em cada ficha estão presentes informações gerais do responsável, e do(s) dependente(s) como: o nome, endereço, o Número de Identificação Social (NIS), o nome do núcleo de atendimento e a situação do indivíduo no Programa (ativo ou inativo).

O CadÚnico é um cadastro obrigatório para todos os que participam dos programas sociais ligados ao MDS. Similar ao SisPETI, as informações desse sistema estão organizadas em fichas (ver modelo em Anexo). Além de oferecer dados sobre as crianças e adolescentes, também apresenta informações sobre os seus domicílios e sobre os pais ou responsáveis.

Os dois programas estão interligados⁹, no diretório do SisPETI estão presentes o NIS de cada beneficiário, com esse número, é possível acessar a ficha do CadÚnico.

A PNAD foi utilizada para levantar dados acerca do trabalho realizado por crianças e adolescentes na Paraíba e dos beneficiários de programas sociais, incluindo o PETI. Foi escolhida a PNAD de 2004 porque além de fornecer informações sobre as atividades produtivas de indivíduos entre cinco a nove anos, o IBGE incluiu na pesquisa suplemento especial sobre o acesso a oito programas sociais de transferências de renda: Auxílio-gás, Bolsa-escola, Bolsa-alimentação, Cartão-alimentação do Fome Zero, Bolsa Família, PETI, Benefício Assistencial de Prestação Continuada - BPC – LOAS, e outros geridos por governos estaduais ou municipais.

A primeira etapa da pesquisa voltou-se a dar prosseguimento à busca de informações e de conhecimentos prévios acerca do problema, de forma a complementar a base teórica e informacional sobre o objeto de estudo.

Na segunda etapa realizou-se a análise da situação do trabalho infantil no estado da Paraíba, por meio da utilização dos microdados presentes na PNAD 2004. O intuito dessa análise é identificar as características determinantes para a oferta de trabalho de crianças e adolescentes na Paraíba, como também gerar evidências sobre a contribuição dos programas de transferência de renda para a redução do trabalho infantil no estado. Para isso, foi estimado um modelo probit para saber como a participação no PETI e nos outros programas sociais e as características familiares relacionadas à pessoa de referência do domicílio (ou chefe de família) e dos seus filhos, contribuem para a

⁹ Qualquer descumprimento de condicionalidade pelo beneficiário (como faltas mensais acima do permitido) é informado ao sistema do CadÚnico.

ocorrência de trabalho infantil na Paraíba. Para comparar com os resultados encontrados no estado, foram realizadas regressões para o Brasil e para o Nordeste.

Em modelos como o probit, a probabilidade de um evento ocorrer – um indivíduo menor de 17 anos na condição de filho trabalhar – está condicionada a um vetor de variáveis explicativas. Emprega-se, neste caso, uma função de distribuição acumulada de uma variável normal padronizada, isto é $Z \sim N(0, \sigma^2)$. (GUJARATI, 2006).

O Modelo *probit* admite a seguinte hipótese:

$$I_i = \beta_1 + \beta_2 X_i,$$

em qual I_i é um índice não observado dependente da variável X_i , de tal modo que quanto maior é o valor do índice I_i , maior é a probabilidade de o evento ocorrer.

Supõe-se um nível limiar (ou crítico) do índice, chamado de I_i^* , tal que, se $I_i^* \leq I_i$ o indivíduo possui a característica de interesse (trabalha), caso contrário, não possui esta característica.

Admitindo a hipótese da normalidade, a hipótese de que $I_i^* \leq I_i$ pode ser apresentada do seguinte modo:

$$P_i = P(Y = 1 | X) = P(I_i^* \leq I_i) = P(Z_i \leq X_i \beta) = F(X_i \beta)$$

A função probit apresenta-se, portanto:

$$F(X_i \beta) = \Phi(X_i \beta) = \int_{-\infty}^{X_i \beta} \frac{1}{\sqrt{2\pi}} e^{\frac{-z^2}{2}} dz,$$

Em qual $\Phi(.)$ representa a função de densidade normal.

Por ser considerada uma estimação não-linear, utiliza-se o método por máxima verossimilhança para realizar a regressão.

Nos modelos binários, os coeficientes estimados medem o impacto de cada variável explicativa no índice latente, e não na variável explicada. Com isso, o impacto de cada variável explicativa na variável dependente é chamado de efeito marginal (WHITE, 1993 apud LIMA, 1996).

O efeito marginal é mostrado a seguir:

$$\frac{\partial}{\partial X_{ik}} \Phi(X_i \beta) = (X_i \beta) \beta_k$$

A equação utilizada para este trabalho é dada por:

$$Y = X_i \beta + \varepsilon_i$$

A variável dependente é uma dummy que apresenta valor 1, caso a criança trabalha, e 0 (zero), se não trabalha. O vetor de variáveis explicativas X_i inclui dados sobre a pessoa de referência, sobre os filhos e sobre a participação dos moradores dos domicílios em programas sociais de transferência de renda.

A amostra selecionada para este trabalho é composta por indivíduos na condição de chefe de família, que a PNAD indica como pessoa de referência, acima de 10 anos de idade, e por indivíduos na condição de filho, entre cinco até 16 anos de idade. O conjunto de dados utilizado foi tratado como amostra complexa.

A terceira etapa, envolveu a aplicação dos questionários e a pesquisa ao sistema CadÚnico, sendo a fase mais demorada do estudo. Os questionários foram aplicados a uma amostra de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI, durante visitas aos centros de atendimento sócio-educativo. Em seguida, a ficha cadastral dos entrevistados era levantada no sistema CadÚnico.

As informações coletadas por estes dois instrumentos de pesquisa foram utilizadas para a construção do perfil socioeconômico das crianças beneficiárias do Programa, levando em consideração as características domiciliares e familiares.

Esse perfil foi feito através da descrição estatística das informações, e com o cruzamento de dados da pesquisa direta e do Cadastro Único. Por meio deste perfil, foi possível verificar a ocorrência de erros de focalização desta política social, ou melhor, saber se o público-alvo do PETI está sendo devidamente inserido, e analisar o sucesso do Programa em preencher o tempo disponível dos beneficiários em atividades sócio-educativas, colaborando, dessa maneira, para a melhoria do desempenho escolar.

Foram feitas algumas visitas à Coordenação municipal do PETI no intuito de compreender a organização e a estrutura do Programa localmente, como forma de preparação para realizar as pesquisas de campo e ao sistema CadÚnico.

A Coordenação municipal está localizada em um dos andares do prédio da Secretaria do Desenvolvimento Social - Sedes, (na R. Santos Dumont, próximo ao Parque Sólon de Lucena, centro de João Pessoa). A pesquisadora obteve instruções de uma das funcionárias do PETI sobre o funcionamento do SisPETI e do CadÚnico.

A funcionária passou para a pesquisadora a lista do SisPETI no município. Estavam cadastradas no segundo semestre de 2008, 2.422 crianças e adolescentes entre sete a 15 anos, distribuídos em 30 núcleos de atendimento. A partir dessas informações,

foi possível definir a amostra para aplicação de questionário e, posteriormente, para o acesso ao CadÚnico.

A amostra escolhida para realizar a pesquisa foi formada com 10% dos beneficiários do Programa, equivalente a 283 beneficiários.

O cálculo amostral foi realizado agrupando os núcleos pelas zonas urbanas: Norte, Sul, Leste e Oeste. O número de representantes de cada zona foi ponderado pela quantidade de beneficiários, por exemplo: a amostra possuía um número maior de representantes da Zona Norte, porque nesta área se concentra a maior parte dos participantes do PETI.

O cálculo baseou-se na seguinte expressão (FONSECA e MARTINS, 1996):

$$n = \frac{Z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N}{d^2(N-1) + Z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q}}$$

Onde:

N = tamanho da população

Z = 1,96 (nível de confiança de 95%)

$\hat{p}$ = estimativa da proporção

$\hat{q} = (1 - \hat{p})$

d = 10% (erro amostral)

Com a obtenção da amostra, iniciou-se a fase da aplicação dos questionários. As entrevistas foram realizadas durante as visitas aos núcleos de atendimento socioeducativo, com a colaboração de dois estudantes de graduação do curso de Economia da UFPB.

Realizou-se a pesquisa de campo no período de dezembro de 2008 a fevereiro de 2009. Durante o mês de dezembro, pré-testes do instrumento de coleta de informações foram aplicados em dois núcleos: o Centro de Referência da Cidadania (CRC) dos Bancários e o Centro Santa Clara, na comunidade Santa Clara, no Castelo Branco. Os resultados do pré-teste e as sugestões feitas pela sub-coordenadora do PETI, foram incorporados à versão definitiva do questionário.

Após o recesso de fim de ano, continuou-se a aplicação dos questionários. Durante esta fase, a equipe passou por algumas dificuldades, como o acesso restrito a alguns núcleos, por se localizarem em pontos distantes da cidade, em geral, com transporte público limitado e em comunidades com registros de violência. Como as

despesas de transporte e com material eram de responsabilidade da pesquisadora, não foi possível fazer mais de uma visita a todos os núcleos, com isso, a meta estabelecida de entrevistas não foi alcançada em alguns centros. Apesar disso, não se comprometeu o resultado do trabalho.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO AMOSTRAL DOS ENTREVISTADOS POR ZONAS URBANAS E POR NÚCLEOS DE ATENDIMENTO

NÚCLEOS	CÓDIGO	AMOSTRA
Zona Sul		
Aldeia SOS (Mangabeira)	1	8
Patrícia Tomaz (Mangabeira)	2	0
Pastoral Menor Mangabeira	3	6
Centro da Juventude Mangabeira	4	1
CRC ¹ (Bancários)	5	11
Santa Clara (Castelo Branco)	6	8
CRC Valentina	7	8
Monsenhor Magno	8	11
Olho do Tempo (Gramame)	9	5
Maria do Nazaré Funcionários/Grotão	10	8
Assunção (Grotão)	11	10
CRC Funcionários II	12	9
CRC Cristo	13	9
Pastoral Menor Geisel	14	6
Sítio Munbaba (Bairro das Indústrias)	15	7
Zona Leste		
Gênesis Bessa	16	8
CLM ² V (Bessa)	17	8
CRAS ³ São José (Chatuba)	18	5
Zona Norte		
CLM I (Jaguaribe)	19	21
Circo escola	20	1
CRC Maria Borges-Roger	21	14
Casa Menina Mulher	22	15
Casa Pequeno Davi	23	7
Beira da Linha	24	16
Piollin	25	7
CLM II (Mandacaru)	26	31
CRC Mandacaru	27	11
Zona Oeste		
CRAS Ilha do Bispo	28	14
CRC Cruz das Armas	29	11
CRC Jardim Veneza	30	9
TOTAL		283

FONTE: SisPETI/JP (2008)

NOTA: ¹Centro de Referência à Cidadania

²Centro Livre Meninada

³Centro de Referência da Assistência Social

Antes da seleção dos entrevistados, realizava-se, sempre, o procedimento de apresentação do propósito da pesquisa, relatando se tratar de um estudo acadêmico em que haveria o respeito ao anonimato do entrevistado e que nenhuma informação fornecida teria o intuito de prejudicá-lo. Procurou-se não entrevistar irmãos e apenas aplicar o questionário com a anuência da criança ou adolescente.

Ao final, foram visitados 25 núcleos¹⁰ e aplicados 215 questionários, 112 do sexo masculino, e 103 do sexo feminino. Apesar das dificuldades apresentadas durante a coleta de informações, tais restrições não comprometeram a análise e os resultados alcançados.

As perguntas do questionário foram agrupadas em cinco partes (ver modelo do questionário no apêndice):

- 1) Questões sobre as características pessoais;
- 2) Questões sobre a integração ao PETI: tempo de participação, número de irmãos cadastrados e gastos realizados com a bolsa;
- 3) Questões referentes ao trabalho: as atividades realizadas, horário e tempo de trabalho, remuneração, etc.;
- 4) Questões referentes à educação: qual o desempenho escolar (qual a série cursada ao ingressar no Programa e qual a série atual), casos de repetência e de evasão escolar;
- 5) Questões acerca do serviço socioeducativo: quais atividades realizadas, assiduidade e tempo de permanência no centro.

Com a finalização dessa fase, iniciou-se o levantamento das fichas dos entrevistados no CadÚnico.

Em decorrência da pequena estrutura do PETI municipal, equipe técnica e material de apoio reduzidos, foi autorizado o acesso ao sistema de dados apenas às sextas-feiras, dia em que havia computador livre, pois não se realizava atendimento ao público.

Como as informações só poderiam ser acessadas nas dependências do prédio da Sedes, foi necessário pedir autorização a outros setores dentro da Secretaria para realizar a pesquisa das fichas do CadÚnico nos outros dias da semana.

¹⁰ O CLM I, no bairro do Jaguaribe, e o CRAS São José, no bairro São José, não foram visitados por estarem em reforma no primeiro trimestre de 2009.

Foi autorizado que a pesquisadora realizasse suas atividades em um dos computadores do NAFE (Núcleo de Atendimento à Frequência Escolar), ligado ao Programa Bolsa Família, localizado no mesmo prédio.

Em seguida, deu-se início as atividades de tratamento e tabulação dos dados. Os questionários passaram por uma revisão para identificar e corrigir possíveis erros. Todos os questionários e as fichas do Cadastro Único foram tabulados no programa Excel. Com a formatação dos dois bancos de dados, chegou-se à fase de análise das informações.

Como foi informado, a amostra da pesquisa é constituída por 215 indivíduos, porém, em algumas tabelas, o número de pessoas é diferente, pois algumas questões não foram respondidas ou não se aplicavam.

IV - O TRABALHO INFANTIL E O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)

Após a apresentação da metodologia, requereu a presente pesquisa que o objeto de estudo em análise fosse descrito para acompanhar a apresentação dos resultados. Para tanto, fez-se um panorama do trabalho infantil no mundo e no Brasil, em seus aspectos históricos e políticos, e também, a trajetória histórica da formação dos programas de transferência de renda.

Adentrando na natureza do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), apresentam-se as características gerais, a estrutura e operacionalidade, de forma macroestrutural, contemplando seu histórico em nível nacional. Em seguida, ocorre um afunilamento do estudo, configurando-se na apresentação do PETI na Paraíba e, especificamente, em João Pessoa.

4.1 O trabalho infantil no mundo e no Brasil: aspectos históricos e políticos

O trabalho infantil ou precoce é definido legalmente como qualquer trabalho, mesmo sem pagamento, no setor formal ou informal ou ainda em atividades ilícitas, ocupando pelo menos uma hora semanal, por indivíduos com idade igual ou inferior a 16 anos (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, art. 7, XXXIII).

A inserção de crianças e de adolescentes no trabalho é um tema que vem sendo debatido no campo da economia há muito tempo. Economistas, como Marse, Marshall e Pigou, já afirmavam, em tom de denúncia, a presença de crianças e de jovens, com menos de 14 anos, trabalhando nas fábricas e indústrias, e analisavam os danos que lhes eram causados devido às longas jornadas de trabalho e aos acidentes de trabalho (KASSOUF, 2005).

A ocorrência do trabalho de crianças no Brasil é um aspecto da vida econômica do país desde a época da colonização, passando por todos os ciclos econômicos. Durante o período em que predominou o modelo primário-exportador, o trabalho infantil se deu sob a forma de trabalho escravo, quando os filhos dos negros e, também dos índios, eram introduzidos nas atividades produtivas ou domésticas, realizando-as junto com seus pais, e, posteriormente, sob as relações de morada, colonato, etc.

Durante o período escravocrata no Brasil, a demanda por escravos incluía crianças e adolescentes. Se o trabalho dos negros adultos era lucrativo, o das crianças era ainda mais: “ocupavam menos espaço nos navios negreiros, demandavam menos comida e água e teriam alguns anos a mais de vida útil antes de sucumbir à desnutrição, à doença e aos maus tratos” (OIT, 2003).

Farias (2003:59) afirma que “com a extinção do regime escravocrata no Brasil desencadeou-se a procura pelo trabalho infantil, em larga escala. Para substituir o trabalho escravo, fazendeiros recrutavam crianças pobres e órfãs para a lida no campo”.

Foi durante o desenvolvimento industrial na Europa e nos Estados Unidos, durante o século XIX, que a situação das crianças no trabalho começou a ser tema de análise e de preocupação dos governos. No decorrer daquele século, era bastante comum o número elevado de crianças trabalhando em fábricas na Alemanha e na Inglaterra, berços da revolução industrial, como também na Dinamarca e nos Estados Unidos. Autores como Basu (1998) e Chang (2004) afirmam que, na segunda metade do século XIX, surgiram os primeiros dados estatísticos sobre meninos e meninas nas indústrias, e foram formuladas as primeiras leis regulando o trabalho das crianças e/ou proibindo a contratação dessa mão-de-obra.

De acordo com Farias (2003: 56), “a partir da segunda metade do século XIX, organizações sindicais e associações cristãs reivindicaram condições de trabalho mais justas e universais. Para tanto, buscaram construir uma legislação trabalhista uniforme”. Para Pereira e Oliveira (2001), o trabalho infantil passou a ser discutido em âmbito internacional com o processo de expansão e harmonização do direito do trabalho no final do século XIX, o que ocasionou à criação da OIT, em 1919.

A formulação de uma legislação proibitiva respondeu às pressões dos movimentos dos trabalhadores nos países industrializados, tornando uma das primeiras ações efetivas para impedir a presença de crianças e adolescentes no trabalho. O objetivo era coibir, pelo lado da demanda, a possível contratação de trabalhadores de pouca idade.

O processo de industrialização no Brasil, durante o final do século XIX e começo do século passado, não foi muito diferente do que ocorreu nos Estados Unidos e nos países europeus com relação à presença de jovens trabalhadores. No setor têxtil paulista, um quarto do total dos operários era formado por crianças e adolescentes, em 1890. Já em 1919, 37% do total de trabalhadores do setor têxtil eram crianças e jovens. (KASSOUF, 2005).

Empresários durante esse período, começaram a arregimentar crianças, nas instituições de caridade, para o trabalho nas oficinas e fábricas, com a intenção de “preparar o trabalhador nacional” (GRUSPUN, 2000:52 apud FARIAS, 2003).

A ampla absorção no serviço fabril, ora de crianças pobres, ora dos filhos de imigrantes, fez com que surgissem primeiras tentativas de se legislar a respeito da questão¹¹, mas, devido à inexistência de fiscalização do governo, as leis não obtinham efetividade.

Conforme Basu (1998), com a formação dos institutos de educação, os países europeus passaram a legislar pela educação compulsória das crianças, em vez de apenas banir o trabalho infantil. Dentre várias razões para isso, incluía-se a maior facilidade em se monitorar a presença das crianças na escola do que proibir o ingresso no mercado de trabalho.

Mais recentemente, outra forma de enfrentamento da questão, foi o surgimento de sanções comerciais aos países que utilizam mão-de-obra infantil através da imposição de normas trabalhistas internacionais, as quais são feitas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Existem muitas críticas à adoção desse tipo de sanção. Questiona-se a possibilidade dos países desenvolvidos abusarem de tais medidas no interesse de realizar um protecionismo velado. Afirma-se que é insensato esperar uma rápida erradicação do trabalho infantil nos países em desenvolvimento hoje, já que os países desenvolvidos levaram séculos para chegar a tanto (CHANG, 2004).

No decorrer da segunda metade do século XX, desenvolveu-se uma extensa bibliografia acerca das causas e conseqüências sócio-econômicas do trabalho infantil, em conjunto com o interesse por temas relacionados à pobreza e à desigualdade de renda. Dentre as razões para tal interesse estão: 1) o desenvolvimento das áreas da psicologia, pedagogia, medicina do trabalho e direito, fez despertar a atenção para a importância do período da infância, considerada uma fase de desenvolvimento em que importantes qualidades humanas, como a inteligência, a personalidade e a estrutura física são formadas; 2) a preocupação dos países na redução da pobreza e na

¹¹ A primeira lei sobre o trabalho infantil no Brasil referente ao direito do trabalho é de 1891. Trata-se do Decreto 1.313 que deferiu a jornada máxima de sete horas para as meninas de 12 a 15 anos de idade e para os meninos de 12 a 14 anos, e uma jornada máxima de trabalho de nove horas para os meninos de 14 a 15 anos de idade (GONÇALVES, 1997). O governo paulista publicou em 1917 lei definindo o limite de até cinco horas por dia de trabalho para crianças entre 12 a 15 anos de idade. Em 1927, o país aprova seu primeiro Código de Menores, lei que disciplina sobre o direito das crianças e jovens em situação de risco social, que determinava idade mínima de 12 anos de idade para trabalhar e proibia o trabalho noturno aos menores de 18 anos. Com o advento da CLT, em 1943, ficou proibido o trabalho para menores de 12 anos. O Código de Menores vigorou até a introdução do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

acumulação do chamado “capital social”; 3) o aumento de informações sobre a importação de mercadorias produzidas com utilização de mão-de-obra infantil em condições insalubres e exploratórias nos países de terceiro mundo; 4) a melhoria dos padrões internacionais das condições de trabalho.

Nesse contexto, o trabalho infantil é considerado um impedimento ao desenvolvimento econômico (BASU e TZANNATOS, 2003). No mundo competitivo atual, o trabalho realizado no período da infância e adolescência atua como inibidor de oportunidades e de ganhos na vida adulta (DI GIOVANNI, 2004).

A preocupação com a infância influenciou os governos e as entidades internacionais, o que culminou no estabelecimento de uma série de documentos normativos para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Podem-se citar, como exemplo desses documentos, a Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1989, e as convenções da OIT, como as de nº 138¹² e 182¹³. A assinatura desses tratados internacionais implica em compromisso do país signatário em incorporar a legislação internacional às leis nacionais, como também em desenvolver programas de ação específicos e imediatos.

O Brasil foi signatário das convenções da OIT nº 138, em 1973, e nº 182, em 1999. Em 1989, assinou a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, a qual consagrou a doutrina de proteção integral e de prioridade aos direitos da infância presente na nova Constituição, promulgada em outubro de 1988. Com isso, o Brasil foi considerado um dos países com as leis mais avançadas em relação à proteção da infância, sendo o trabalho infanto-juvenil regulamentado pela Constituição Federal (artigo 7º, inciso XXXIII), pela CLT, nos artigos 402 a 441, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8069/1990, artigos. 60 a 69).

A legislação brasileira atual considera trabalho de crianças e adolescentes qualquer atividade realizada por menores de 16 anos (idade mínima de admissão para o trabalho, exceto na condição de aprendiz aos 14 anos), sendo também proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre para os menores de 18 anos.

Contudo, esse aparato jurídico não foi o bastante para eliminar esta prática. Em meados da década de 1990, o número de crianças trabalhadoras chegou ao seu nível mais elevado. Conforme a PNAD, em 1992, havia 9,6 milhões indivíduos entre cinco a 17 anos, em alguma

¹² A Convenção 138, criada em 1973, estipulou a idade mínima de admissão ao trabalho que não deveria ser inferior à idade de conclusão do ensino obrigatório.

¹³ A Convenção 182 defende a adoção de medidas que garantam a proibição e a eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil – atividades consideradas perigosas, penosas, insalubres e degradantes.

situação de trabalho. Em 1980, por exemplo, havia 6,9 milhões de crianças e adolescentes trabalhando na mesma faixa etária.

Dentre os fatores que colaboraram para a elevação desses números, estavam a estagnação econômica nas décadas 1980-90, e as mudanças ocorridas na estrutura demográfica brasileira. De acordo com Di Giovanni (2004:21), no início da década de 1980, “o seguimento de crianças e adolescentes representava 18,8% da população, e, em 1990, 29,93%. Somente, em 2002, a tendência foi invertida, baixando o percentual de 25,5%”.

OIT (2003) explica que até a década de 1980, a sociedade e os estados brasileiros conviveram de forma omissiva com o quadro do trabalho infantil. A fiscalização de órgãos públicos, como o Ministério do Trabalho, era tímida e inexpressiva diante do problema.

No intuito de dar uma resposta às pressões sociais e de respeitar a lei, durante a década de 1990, as três esferas do governo, em parceria com órgãos internacionais, como a OIT¹⁴ e Unicef, e da sociedade civil organizada, passaram a desenvolver projetos voltados para a universalização e melhoria do ensino público, para a redução da pobreza e ao combate e erradicação do trabalho infantil.

4.2 A Criação, os antecedentes e o percurso dos programas de transferência de renda

Durante a década de 1990, ganharam bastante visibilidade programas de municípios brasileiros, como de Icapuí (CE), que conseguiu universalizar o ensino básico e melhorar os índices educacionais através de ações integradas com as secretarias da Prefeitura e com a comunidade, e parcerias com universidades e o Unicef (LOTTA e MARTINS, 2003); ou as experiências de Campinas (SP) e do Distrito Federal (na região do Paranoá), que desenvolveram, a partir de 1995, programas de renda mínima vinculados à permanência escolar das crianças.

As políticas de transferência de renda mínima, originárias nesse período, surgiram para proporcionar um efeito imediato a um conjunto da população que vivia em situações de carência aguda de recursos, de forma a ser uma renda complementar, ou uma “espécie de rede última de proteção” que impedisse maior evasão em direção à pobreza (EUZÉBY, 1991 apud LAVINAS e VARSANO, 1997).

¹⁴ A OIT criou em 1992, o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), que tem servido como modelo para vários países elaborarem programas e projetos de ação para a prevenção e a erradicação do trabalho infantil. O Brasil, a Índia, a Indonésia, a Tailândia, o Quênia e a Turquia foram os primeiros países escolhidos para iniciar as atividades do IPEC.

O modelo dessas políticas distributivas pode variar segundo o público-alvo de atuação, a presença ou não de contrapartida do beneficiário, o prazo de recebimento do benefício e a forma de financiamento - há programas estaduais ou municipais custeados por recursos próprios, e/ou com contribuição da União.

A experiência brasileira com os programas de complementação de renda iniciou-se, a partir de 1995, influenciado pelo modelo apresentado no projeto de lei do Senador Eduardo Suplicy, em 1991.

Rocha (2004) explica que as transferências de renda feitas pelo governo federal com intuito assistencial não são novidade no país, já que desde a década de setenta têm sido mantidos programas beneficiando idosos e portadores de deficiência de baixa renda, os quais foram incorporados à sistemática operacional proposta pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) na década de noventa.

Os programas de transferência de renda criados na segunda metade da década de noventa podem ser entendidos “como uma resposta do governo federal [...] em face de um padrão de desigualdade de renda no país, que tem se mantido elevada e praticamente inalterada sob as mais diferentes condições econômicas de curto e longo prazos” (ROCHA, 2004: 2).

Outra característica destes programas é a preocupação dos gestores de não constituir apenas um programa assistencialista e de eficácia transitória. Com isso, as propostas de políticas concebidas no Brasil utilizam critérios de rendimento para a escolha de seu público-alvo, exigindo como contrapartida do benefício recebido, o respeito a algumas condições, como a frequência escolar dos filhos que compõem a família participante do programa.

Como já foi dito anteriormente, os dois principais programas lançados foram o Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, em Campinas (SP) e o Bolsa-escola e a Poupança Escola no Distrito Federal.

O governo de Cristóvam Buarque, em 1995, passou a gerir dois programas conectados: o Bolsa Escola e a Poupança Escola. Cada família cadastrada recebia um salário mínimo por mês, em troca, garantia a matrícula e a frequência de seus filhos entre sete e 14 anos na escola. Ao final de cada ano, as crianças aprovadas recebiam um salário mínimo, que era depositado na Poupança Escola. A população-alvo do programa era identificada através de uma combinação de indicadores para identificar as famílias em situação de risco (CAMPOS, 2003).

No PGRM, realizado pela Prefeitura de Campinas (SP), o foco das ações foi as famílias mais pauperizadas, com crianças entre zero e 14 anos. As exigências para permanecer no programa era a frequência escolar e o comparecimento às reuniões de orientação e o incentivo à utilização de outros serviços da área social.

Em ambos os programas, Campos (2003) verificou que metade das famílias beneficiadas caracteriza-se por ser monoparental, chefiadas por mulheres; 50% dos recursos recebidos foram destinados à alimentação, vindo em seguida despesas com vestuário e material escolar.

Podemos encontrar exemplos de programas semelhantes em países da América Latina e da Ásia, como o Programa Paces, existente na Colômbia desde 1991 e o Progres, criado em 1997, no México; e o Programa Food-for-Education (FFE) em Bangladesh, lançado em 1993 (HENSCHEL, 2002).

Baseando-se nos resultados obtidos das experiências municipais, o governo federal implementou os programas Bolsa Escola Federal¹⁵ e o Bolsa Alimentação, ambos criados em 2001; o Auxílio Gás (2002) e o Cartão Alimentação (2003)¹⁶, e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, instituído em 1996.

Atualmente, o PETI está presente em todos os estados brasileiros. Em 2008, atendeu 875,3 mil crianças e adolescentes, com o gasto total no ano de R\$ 235,90 milhões. (MDS, 2008; CGU, 2009).

Fernandes e Sousa (2003) levantam que as mudanças institucionais ocorridas no decorrer dos anos noventa colaboraram para a diminuição do trabalho infantil, de forma geral, no Brasil. Dentre as mudanças mais importantes apontadas foram a expansão de programas sociais de combate ao trabalho infantil e de acesso à escola e a mudança da legislação trabalhista que regula a idade mínima de ingresso ao mercado de trabalho.

Em 1992, 22,3% das crianças entre 5 a 17 anos eram trabalhadoras, enquanto que, em 1998, a proporção era de 17,9% (OIT, 2003). A tendência de queda da incidência continuou na década atual, conforme a PNAD, em 2001 havia 5,4 milhões de pessoas ocupadas na faixa etária mencionada. Em 2006, foram encontradas 5,1 milhões de crianças e adolescentes trabalhando, um nível de ocupação de 11,5%.

4.3 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

¹⁵ A partir da Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, foi instituído, em âmbito nacional, o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - Bolsa Escola Federal.

¹⁶ Em 2004, os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás foram unificados em um único, originando o Programa Bolsa Família - PBF.

O PETI é uma política pública social do Governo Federal, implantada a partir de 1996 em parceria com estados e municípios brasileiros. O Programa objetiva retirar crianças e adolescentes entre sete e 15 anos de idade inseridos no trabalho, de modo a garantir a sua escolaridade com a transferência de uma renda mensal (bolsa Criança-Cidadã), bem como reforçá-la através de atividades socioeducativas em complemento ao horário escolar (Ações Socioeducativas e de Convivência – ASEC, chamadas anteriormente de Jornada Ampliada). As famílias atendidas caracterizam-se pela situação de pobreza e de exclusão social, com renda *per capita* de até meio salário mínimo (MDS, 2008).

4.3.1 Características gerais

Dentre as principais características do PETI estão:

- 1) A execução e gestão do Programa é realizada de forma descentralizada, através da conjugação de ações entre os entes federados – União, Estados e Distrito Federal e municípios, com participação da sociedade civil.
- 2) Focalização dos gastos: o programa é voltado às crianças e adolescentes em situação de trabalho, entre sete e 15 anos. A seleção dos beneficiários é realizada através de diagnóstico prévio da área com incidência de trabalho desta faixa etária;
- 3) Presença de contrapartida do beneficiário (cumprimento das condicionalidades): para receber a bolsa Criança-Cidadã exige-se que a família retire todos os filhos de atividades laborais e de exploração, além da frequência da criança e do adolescente, no percentual mínimo de 85% da carga horária mensal, nas atividades de ensino regular e nas atividades socioeducativas. As Ações Socioeducativas e de Convivência (ASEC) envolvem atividades voltadas à melhoria do desempenho escolar e ao desenvolvimento da auto-estima das crianças e adolescentes, como o reforço escolar, atividades culturais, artísticas e esportivas. O serviço deve ser ofertado de segunda a sexta-feira, durante todos os meses do ano, incluindo o período de férias escolares¹⁷, com carga horária de quatro horas para cada período, alternados com o horário escolar (MDS, 2008).
- 4) Prazo determinado de recebimento do benefício: a criança deixa de participar das atividades do PETI ao atingir 16 anos, sendo que o período máximo de permanência no

¹⁷ Nos períodos de férias escolares, o serviço socioeducativo deve ser desenvolvido por meio de atividades normais ou de colônias de férias, passeios culturais, lazer etc., pois mesmo nesses períodos são repassados recursos para a manutenção e para pagamento das bolsas às famílias.

Programa é de quatro anos. Outro critério para desligamento é a conquista da emancipação financeira da família. Não há limite do número de bolsas por família.

4.3.2 Histórico

Os primeiros estados a acolherem o PETI foram o Mato Grosso do Sul e a Bahia, através de uma parceria do Governo Federal com os governos locais, com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FEPETI) e com entidades locais¹⁸ e internacionais, como o IPEC/OIT e o Unicef, a fim de enfrentar a situação de trabalho infantil, a partir de 1994. Estes estados apresentavam, na época, um dos quadros mais degradantes de incidência do trabalho infantil, em atividades como a produção de carvão vegetal, o cultivo de erva-mate e de cana-de-açúcar, a produção de álcool e a extração de sisal.

A grave situação vivida pelas crianças e seus familiares, que trabalhavam em regime semi-escravo e em espaços insalubres, resultou na implementação do Programa de Ações Integradas (PAI), uma metodologia de intervenção voltada a promover ações simultâneas para o combate e a prevenção do trabalho infantil (OIT, 2003).

O PAI era constituído por uma série de ações voltadas a detectar situações críticas de exploração da mão-de-obra infantil, retirar as crianças e adolescentes envolvidas nessas atividades, promover o acompanhamento escolar e de saúde e formar projetos de geração de renda para as famílias, realizar acordos com fazendeiros e empresários proibindo o trabalho escravo e de crianças e vistorias de fiscalização nos lugares onde se realizavam as atividades, entre outros (BRASIL, 1998).

Quando essa metodologia passou a ser operacionalizada, o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, interessou-se em colaborar através da introdução simultânea do Programa Vale Cidadania, que depois passou a se chamar Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (PPETI), até se estabelecer como PETI (OIT, 2003).

Para que as crianças não retornassem às atividades de trabalho e permanecessem na escola, o Ministério responsabilizou-se pelo pagamento mensal da bolsa Vale Cidadania. Além de freqüentar a escola, as crianças deveriam ainda participar de

¹⁸ Entre essas entidades podemos citar a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul (Fetagri), no Mato Grosso do Sul, e do Movimento de Organização Comunitária (MOC), na região sisaleira da Bahia.

atividades socioeducativas no turno contrário ao horário das aulas.

Foram distribuídas bolsas para as famílias com filhos, menores de idade, retirados do trabalho em carvoarias, destilarias de álcool e plantações de chá mate, em municípios do Mato Grosso do Sul; na Bahia, o foco de atuação foram as crianças e adolescentes inseridas na produção de sisal.

O PAI, portanto, traçou o caminho para a formação do Programa de Erradicação e do Trabalho Infantil no país, orientado para o combate às chamadas "piores formas" desse trabalho, ou seja, aquelas consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes (CARVALHO, 2004).

O PETI iniciou suas atividades dentro da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), pertencente ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). A SEAS foi transformada, em 2003, em Ministério da Assistência e Promoção Social, que, depois, passou a ser denominado de Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 23 de janeiro de 2004.

O PETI também desenvolveu, em seus primeiros estágios, projetos de geração de renda com as famílias, em parceria com outras entidades. No Estado da Bahia, por exemplo, passou-se a conceder crédito para que as famílias, que trabalhavam com o sisal, participassem de projetos ligados à caprinocultura.

A criação de formas alternativas de renda para as famílias passou, portanto, a integrar um dos objetivos específicos do PETI, apesar de ser considerado o elo mais vulnerável do Programa, seja pela descontinuidade, seja pelas limitações de suas ações.

Carvalho (2004) afirma que, em 2002, as famílias assistidas pelo PETI tiveram acesso prioritário ao Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda em Áreas de Pobreza – Pronager, desenvolvido pelo Ministério do Interior na ocasião. Contudo, as expectativas ficaram longe de se concretizar devido à falta de apoio aos empreendimentos que o Pronager procurou estimular, ou seja, a assistência técnica, microcrédito e outras condições.

Reconhecendo a insuficiência de sua estratégia, a própria coordenação nacional do PETI “passou a estimular os Estados a buscarem alternativas para a melhoria das condições das famílias assistidas, disponibilizando alguns recursos para esse fim. Ao que se sabe, porém, tal iniciativa só foi implementada em algumas áreas, como na região sisaleira da Bahia” (CARVALHO, 2004: 51).

Durante o período 1997-99, o atendimento do PETI se estendeu para os estados de Pernambuco, com a distribuição de bolsas às crianças ocupadas nas plantações de

cana-de-açúcar, do Amazonas, de Goiás, para a região citrícola de Sergipe, para as áreas de garimpo de Rondônia e dos canaviais do litoral fluminense. Nos anos seguintes, o programa teve sua abrangência ampliada nos demais estados do país e em novos municípios nos estados já atendidos.

A expansão do PETI, em 2000, foi acompanhada por algumas redefinições, como a perda do seu caráter preventivo e o estabelecimento de “metas” para os municípios (CARVALHO, 2004).

Além disso, o Programa passou a abranger todas as formas de trabalho em conflito com a legislação brasileira, já que o intuito original do PETI era a retirada do trabalho crianças inseridas nas piores formas de trabalho infantil.

4.3.3 Estrutura e operacionalização do PETI

O governo federal, através do MDS, responsabiliza-se pelo desenho e pela implementação do Programa. Coube à esfera federal criar a legislação que orienta as diretrizes e metas do PETI¹⁹ e coordenar a operacionalização do programa, no que diz respeito à forma de cadastramento, ao pagamento dos benefícios, ao monitoramento e avaliação do programa e à articulação nacional.

O MDS realiza o repasse da bolsa Criança Cidadã aos beneficiários (via cartão magnético)²⁰, e contribui financeiramente para as ações socioeducativas, através do envio de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)²¹ para os fundos municipais (FMAS).

De acordo com a Portaria nº 458/2001, cabe às secretarias estadual e municipal de Assistência Social ou órgãos equivalentes, que, na Paraíba, são a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) e Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes),

¹⁹ Ver Portaria MPAS nº 458, de 04/10/2001, que estabelece as diretrizes e normas do PETI.

²⁰ A Caixa Econômica Federal (CEF) atua como agente operador do Cadastro Único e pagador dos benefícios do PETI, como de demais programas de transferência de renda do MDS (por meio de cartões magnéticos). A CEF fica incumbida de atribuir a cada pessoa da família cadastrada um Número de Identificação Social (NIS) de caráter único, pessoal e intransferível, o qual identifica o beneficiário no CadÚnico. O NIS é construído de forma integrada com o sistema de numeração do PIS/PASEP. Dessa maneira, podem-se cruzar informações com a base de dados da Previdência Social e do Ministério do Trabalho e Emprego.

²¹ O Fundo Nacional de Assistência Social, regulado pelo Decreto nº 1.605, de 25 de agosto de 1995, tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar o benefício de prestação continuada (BCP-LOAS) e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social.

respectivamente, co-financiar, em parceria com o Governo Federal, os recursos para a concessão da Bolsa Criança Cidadã e para a manutenção da ASEC.

A referida portaria não especifica os percentuais que os Estados e municípios devem conceder para o co-financiamento, apenas informa que os recursos federais destinados à ASEC (Jornada Ampliada) cobrirão:

[...] exclusivamente despesas de custeio²². Dos recursos federais, poderá ser utilizado o percentual de até 30% como contribuição para a remuneração dos monitores, desde que não gere vínculo empregatício com a União (art. 5º, §11).

Anteriormente, havia repasse do recurso da bolsa do PETI via fundo. Dessa maneira, as Prefeituras eram as responsáveis em transferir renda para as famílias. Mas, a partir de outubro de 2007, o pagamento passou a ser realizado exclusivamente via cartão magnético. A escolha pelo envio direto de benefício, sem o intermédio das Prefeituras, foi realizada para tentar solucionar os problemas de atraso de bolsas e de desvio de verbas indicados em relatórios do TCU (2005) e do Unicef (2004). Portanto, é repassado, via fundo, apenas a contrapartida do Governo Federal para a execução das ações socioeducativas.

O co-financiamento para manutenção da ASEC é realizado através do Piso Variável de Média Complexidade. Até o final de 2008, o MDS repassava para os municípios os valores de R\$ 20,00 (área rural) ou R\$ 10,00 (área urbana) por cada criança. A partir de 2009, o valor do co-financiamento federal do piso tornou-se de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais por grupo de vinte crianças e adolescentes tanto para áreas urbanas como rurais.

A quantidade de grupos de cada município ou do Distrito Federal é obtida pela divisão do número total de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho no Cadastro Único por vinte. Para os municípios que possuem apenas um grupo de crianças, o valor repassado é de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais.

Seguindo o modelo de gestão descentralizada, os municípios, conjuntamente ao governo estadual, são responsáveis pela execução direta das ações do Programa, respeitando as normas pré-estabelecidas.

²² Conforme a lei nº. 4320/64 são consideradas despesas de custeio os gastos com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e gastos com obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

Para um município ser incluído no PETI, os governos estaduais realizam um diagnóstico prévio para evidenciar a presença de casos de trabalho infantil²³. Esse levantamento é apresentado à Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil²⁴ para ser encaminhado ao Ministério.

O MDS recebe a relação nominal das crianças e adolescentes a serem atendidas, depois, dá a sua aprovação e informa ao Estado e municípios sobre as etapas a serem cumpridas para implantação do Programa.

Os municípios passam a participar do PETI através da assinatura do termo de adesão pelo governador do Estado e pelo prefeito. Com isso, o município começa a fazer parte do Programa ao receber o co-financiamento do Governo Federal, respeitando outras providências, como a criação de uma Comissão Municipal do PETI e a estruturação dos serviços socioeducativos.

Toda família selecionada para participar do PETI deve ser incluída no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico. Segundo o Decreto nº. 6.135, de 26/06/2007, “o CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público”.

As informações presentes no CadÚnico são as características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); a composição familiar; qualificação escolar dos membros da família; rendimentos; identificação e documentação civil de cada membro da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho.

O monitoramento dos beneficiários ocorre, internamente, por meio do controle da frequência ao serviço socioeducativo. Há um programa específico para o cumprimento dessa condicionalidade, o Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações Ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (SisPETI). Nesse Sistema, pode-se acessar a listagem nominal das

²³ Outros órgãos como Delegacias Regionais do Trabalho, conselhos tutelares, Ministério Público podem participar deste levantamento. Ao identificar ocorrência de trabalho infantil, encaminha-se documentação pertinente para o MDS e a relação de crianças/adolescentes encontradas em trabalho infantil para o Município.

²⁴ As Comissões Estadual e Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, constituídas por membros do governo e da sociedade, de caráter consultivo e propositivo, têm como objetivo contribuir para a implantação e implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

crianças/adolescentes, o cadastro de todos os núcleos do PETI, histórico da criança/adolescente quanto à inserção ou desligamento do Programa, entre outros.

Além disso, o acompanhamento das famílias é realizado com a atualização, de no mínimo, uma vez ao ano, das informações presentes na ficha do CadÚnico. Os dados cadastrados têm validade de até dois anos. Este é o limite estabelecido para a família retificar os seus dados (Decreto 6.135/2007, art. 7).

Conforme o MDS (2007), no ano de 2005, o PETI estava presente em 2.788 municípios brasileiros espalhados em todos os estados, inclusive no Distrito Federal. Em 2008, o número de municípios subiu para 3.361.

A tabela 2 informa a evolução do Programa quanto ao número de atendimentos e quanto aos recursos aplicados pelo Governo Federal.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO PETI E DOS RECURSOS FEDERAIS (1996 – 2008)

ANOS	BENEFICIÁRIOS		RECURSOS			
	Números absolutos	Δ%	Recursos ¹ (R\$ mi)	Δ%	Recursos/ Beneficiários	Δ%
1996	3.710	-	2.382.889	-	642,29	-
1997	37.025	898	33.426.664	1303	902,81	41
1998	117.200	217	79.661.801	138	679,71	-25
1999	145.507	24	157.658.635	98	1.083,51	59
2000	394.969	171	315.336.429	100	798,38	-26
2001	749.353	90	469.877.393	49	627,04	-21
2002	809.228	8	724.874.770	54	895,76	43
2003	809.148	0	583.076.814	-20	720,61	-20
2004	930.804	15	74.295.253 ²	-87	79,82	-89
2005	1.010.057	25	300.016.551	304	297,03	272
2006	844.752	-16	305.562.076	2	361,72	22
2007	877.618	4	297.740.835	-3	339,26	-6
2008	875.300	0	235.897.785	-21	269,51	-21

FONTE: Gerência Nacional do PETI (2003) apud Análise Situacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI (Unicef, 2004); Portal da Transferência da CGU (2009).

NOTA(S): ¹Os valores foram deflacionados utilizando o INPC, considerando 2008 como ano-base.

²O Portal CGU divulgou em 2004 apenas os valores transferidos para os estados do Ceará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Roraima e Tocantins.

Com relação ao atendimento, houve, ano a ano, o aumento do número de crianças e adolescentes, atingindo seu máximo em 2005, com mais de um milhão de beneficiários. Observa-se, também nos primeiros anos, tendência semelhante com os recursos financeiros. Ocorreu de 1996 para 2002, um salto de R\$ 2,3 milhões para R\$ 725 milhões de recursos aplicados.

Começou-se um processo de desaceleração do Programa a partir de 2003, com a contração dos recursos federais em 20%. A diminuição dos recursos continuou nos anos seguintes.

Podemos também observar que no decorrer dos anos, os recursos disponibilizados pela esfera federal não cresceu, de forma proporcional, com a expansão do atendimento. Em 2005, por exemplo, quando o Programa obteve o maior número de beneficiários, o valor médio anual por criança (a razão recursos por beneficiário) registrou um dos menores valores, de R\$ 297,03. Uma contração de 59 pontos percentuais em comparação a 2003.

Verifica-se, portanto, que apesar do aumento da cobertura do PETI no território nacional nos últimos anos, houve uma redução dos valores federais transferidos aos municípios, em termos absolutos.

Ao separar os recursos voltados para a bolsa daqueles para as atividades socioeducativas, observa-se que de 2005 para 2008, a participação do repasse das bolsas sobre o total dos valores recuou de 67% para 13%, conforme a tabela 3.

Por outro lado, os recursos da ASEC aumentaram a sua participação relativa de 33% para 87%. Mesmo assim, o aumento desses recursos ocorreu irregularmente. Se no período entre 2005 e 2006 o incremento foi de 125%, no biênio seguinte, a variação foi de apenas de 3%, e de 2007 para 2008, decresceu 11 pontos percentuais.

TABELA 3 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FEDERAIS¹ (R\$) PARA O PETI POR ATIVIDADE (2004 – 2008)

Anos	PETI - BOLSA			PETI-ASEC		
	Valores	Participação relativa (%)	Δ%	Valores	Participação relativa (%)	Δ%
2004 ²	283.120	-	-	74.012.133	-	-
2005	201.000.615	67	-	99.015.936	33	-
2006	83.077.176	27	-59	222.484.901	73	125
2007	67.508.629	23	-19	230.232.206	77	3
2008	30.888.345	13	-54	205.009.440	87	-11

FONTE: Portal Transparência da Controladoria-Geral da União – CGU (2009)

NOTA: ¹Os valores foram deflacionados utilizando o INPC, tendo 2008 como ano base.

²O Portal CGU divulgou para o ano de 2004 apenas os valores transferidos para os estados do Ceará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Roraima e Tocantins.

Uma das principais explicações para a redução do orçamento federal foi a diminuição de recursos investidos na transferência da Bolsa Criança Cidadã, em razão

do processo de migração dos beneficiários do PETI para o Bolsa Família após integração desses programas, ocorrida em 2005.

A integração dos programas teve o intuito de evitar a duplicidade de benefícios como também ampliar o atendimento e unificar as obrigações (ou condicionalidades), com a garantia da especificidade e do foco de cada programa (MDS, 2008).

O Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência de renda, foi instituído em 2004, a partir da unificação dos programas Cartão Alimentação, Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás.

O PBF é voltado para as famílias em situação de pobreza, com renda *per capita* de até R\$ 60 (grupo 1) ou com renda *per capita* acima de R\$ 60 e menor que R\$ 120 (grupo 2). Entre as suas atribuições está a concessão de uma bolsa e o encaminhamento das famílias para serviços de saúde e de educação, por meio do cumprimento de obrigações pelos beneficiários.

De acordo com a Portaria 666/2005, que disciplina a integração entre os dois programas sociais, as ações sócioeducativas e de convivência do PETI devem ser estendidas para as crianças ou adolescentes do PBF em situação de trabalho infantil; e as famílias oriundas do PETI passam a receber os recursos do PBF caso atendam aos seus critérios de elegibilidade (possuir renda inferior a R\$120,00).

Com a migração dos beneficiários do PETI para o PBF, este passou a ser responsável pela transferência de renda, enquanto que a principal atribuição do PETI passou a ser o serviço socioeducativo.

O quadro 1 descreve o critério de elegibilidade para inclusão ao PBF ou ao PETI, o tipo de benefício oferecido e as condicionalidades de cada programa:

De acordo com Rua (2007), a integração proporcionou o aumento da cobertura das famílias beneficiadas com a transferência de renda, mas não contribuiu para o cumprimento dos objetivos e metas de combate ao trabalho infantil no Brasil.

QUADRO 1 - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE, BENEFÍCIOS E CONDICIONALIDADES DO PBF E DO PETI

	Programa Bolsa Família (PBF)	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
Crítérios de elegibilidade	Famílias em situação de trabalho infantil com renda <i>per capita</i> mensal igual ou inferior a R\$ 120.	Famílias em situação de trabalho infantil com renda per capita mensal superior a R\$ 120.
Benefícios	Grupo 1: Famílias com renda per capita de até R\$ 60: R\$ 50 + R\$ 18 por beneficiário (no máximo até 3) + R\$ 30 por jovem de 16 e 17 anos freqüentando a escola (no máximo até 2) Grupo 2: Famílias com renda per capita acima de R\$ 60 e menor que R\$ 120: R\$ 18 por beneficiário (no máximo até 3) + R\$ 30 por jovem de 16 e 17 anos freqüentando a escola (no máximo até 2)	A bolsa de R\$ 40 é paga para as famílias residentes nas áreas urbanas de capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250 mil habitantes. Para as famílias de residentes em outros municípios ou em áreas rurais o valor da bolsa é de R\$ 25. A classificação do beneficiário nas áreas urbana ou rural é feita com base na identificação do domicílio da família no CadÚnico. (valor é repassado por criança/adolescente até 16 anos retirado da situação de trabalho)
Condicionalidades	-freqüência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. -acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrízes na faixa etária de 14 a 44 anos.	- retirada de todas as crianças/adolescentes de atividades laborais e de exploração; - freqüência mínima da criança e do adolescente nas atividades de ensino regular e no Serviço Socioeducativo, no turno complementar ao da escola, de acordo com o percentual mínimo de 85% (oitenta e cinco) da carga horária mensal exigida; - acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, da vacinação, bem como da vigilância alimentar e nutricional de crianças menores de sete anos.

Fonte: MDS (2009)

A autora observou que as famílias com renda abaixo de R\$ 120,00 não se sentiam incentivadas a retirar os seus filhos do trabalho, como também relatou a ocorrência de omissão da informação quanto à existência de criança ou adolescente em situação de trabalho durante o cadastramento das famílias. Pelas regras definidas, toda criança que trabalha e é inserida no CadÚnico deve ser encaminhada para participar obrigatoriamente das ações socioeducativas do PETI. Se a informação sobre sua condição for omitida, a família recebe o benefício em dinheiro do PBF, mas o jovem deixa de ser atendido pelas atividades socioeducativas.

Na tentativa de regularizar as falhas encontradas na integração PETI-PBF, o MDS estabeleceu que para haver a entrada nos programas, o município deve incluir os dados das famílias e crianças/adolescentes no CadÚnico, com a devida marcação do campo 270 (espaço que informa a ocorrência de alguma criança ou adolescente em situação de trabalho). Também definiu que o valor do Piso Variável de Média Complexidade, os recursos federais para as atividades sócioeducativas do PETI repassados aos municípios, será obtido pelo número total de crianças e adolescentes identificados no respectivo campo 270 (Portaria 431, 03/12/2008).

TABELA 4 – NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS E VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS PARA O PETI SEGUNDO AS REGIÕES - 2008

REGIÕES	BENEFICIÁRIOS (mil)	%	VALORES (R\$)	%
Nordeste	481,9	55	120.364.280	51
Norte	97,8	11	27.465.520	12
Centro-oeste	106	12	33.603.885	14
Sudeste	110,9	13	30.585.875	13
Sul	78,7	9	23.878.225	10
Total	875,3	100	235.897.785	100

FONTE: MDS (2009) e Portal Transparência CGU (2009)

No ano de 2008, estavam cadastradas no PETI 875,3 mil crianças e adolescentes. Desse total, 55% encontravam-se na região Nordeste (ver tabela 4). O Nordeste brasileiro, historicamente, é a região com a maior incidência de trabalho infantil. Por isso, os seus estados possuem o maior número de beneficiários, recebendo grande parte do total de recursos federais. As transferências federais para a região totalizaram, no último ano, metade do orçamento anual do Programa.

TABELA 5 – NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS E VALORES TRANSFERIDOS PARA O PETI SEGUNDO OS ESTADOS QUE MAIS RECEBERAM ESSES RECURSOS - 2008

ESTADOS	BENEFICIÁRIOS (mil)	%	VALORES (R\$ Mi)	%
Pernambuco	109,0	19	28.314.750	18
Bahia	97,1	17	22.902.085	15
Goiás	61,3	11	19.114.005	12
Maranhão	77,2	13	18.975.425	12
Minas Gerais	48,8	8	13.161.810	9
Paraíba	48,6	8	12.568.410	8
Paraná	40,4	7	12.462.565	8
Rio Grande do Norte	36,9	6	9.981.010	6
Pará	30,9	5	8.633.350	6
Santa Catarina	26,6	5	8.164.835,00	5
Total	576,8	100	154.278.245,00	100

FONTE: MDS (2009) e Portal Transparência CGU (2009)

De acordo com a tabela 5, o estado de Pernambuco possui o maior volume de beneficiários, e com isso, recebeu em 2008 a maior quantidade de recursos, responsável por 19% dos atendimentos, e por 18% dos valores federais. É seguido pela Bahia, Goiás e Maranhão. O estado da Paraíba foi o sexto maior recebedor dos recursos federais do PETI.

4.4 O PETI na Paraíba e em João Pessoa

O PETI foi implantado no estado da Paraíba a partir de 1999. Os primeiros municípios paraibanos que desenvolveram as atividades do Programa foram Cruz do Espírito Santo, Junco do Seridó, Itapororoca e João Pessoa. Nestas cidades, foram realizados estudos prévios para identificação das crianças e adolescentes e das atividades em que estavam inseridos.

No período de 1999/2000, o Ministério Público da Paraíba, em convênio com o Unicef, e com a participação de órgãos federais (Ministério da Previdência Social e Delegacia Regional do Trabalho), estaduais e municipais, organizaram uma comissão a fim de implantar o PETI no Estado. (SOARES, TEIXEIRA e WANDERLEI, 2003).

As ações foram voltadas às crianças e adolescentes trabalhadores inseridos na lavoura da cana-de-açúcar (Cruz do Espírito Santo), na extração de minérios em pedreiras (Junco do Seridó), nas plantações de abacaxi (Itapororoca) e nos lixões (João Pessoa).

No final de 2008, o Programa estava presente em 205 municípios paraibanos, uma abrangência espacial de aproximadamente 91,92%.

Para verificar a cobertura do Programa no Estado e em sua capital, João Pessoa, comparou-se o número de beneficiários com a população entre sete e 16 anos, faixa etária que é o público-alvo do PETI.

De acordo com a tabela 6, do total de indivíduos entre sete e 16 anos na Paraíba, o PETI atende 6,97% desta população. No município de João Pessoa, do total de 132 mil crianças e adolescentes na mesma faixa etária, o Programa atende um percentual de 1,83 pontos. Tais dados podem indicar insuficiência do atendimento do Programa no Estado, apesar de sua presença em quase todos os seus municípios, e em João Pessoa.

TABELA 6 - POPULAÇÃO ENTRE SETE E 16 ANOS E DE BENEFICIÁRIOS DO PETI NA PARAÍBA E EM JOÃO PESSOA - 2007

LOCAL	POPULAÇÃO ENTRE 7 A 16 ANOS	BENEFICIÁRIOS PETI	%
Paraíba	696.793	48.600	6,97
João Pessoa	132.430	2.422	1,83

FONTE: IBGE, Contagem da População 2007.

A tabela abaixo acompanha a evolução do atendimento e dos recursos federais transferidos para a Paraíba no período de 2004 a 2008. O número de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI, na Paraíba, aumentou em 13% de 2005 para 2008 (ver tabela 7). Já os recursos para o Estado obtiveram uma variação negativa de 5%.

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO PETI E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FEDERAIS¹ PARA O ESTADO DA PARAÍBA (2004 – 2008)

Anos	Beneficiários	Δ%	Recursos (R\$)	Δ%
2004	-	-	791.775 ²	-
2005	43.200	-	13.174.694	-
2006	-	-	12.309.454	-7
2007	-	-	13.940.137	13
2008	48.600	13	12.568.410	-10

FONTE: MDS (2009) e Portal Transparência da Controladoria-Geral da União – CGU (2009)

NOTAS: ¹Os valores foram deflacionados utilizando o INPC, tendo 2008 como ano base

²Valor referente apenas ao co-financiamento da ASEC.

De forma similar ao que ocorreu nacionalmente, houve redução de recursos para Bolsa Criança-cidadã e elevação do montante da ASEC para o Estado da Paraíba.

De 2005 para 2008, a participação da bolsa no valor total dos recursos passou de 61% em 2005, para 7% em 2008, recuando de R\$ 7,9 milhões para R\$ 883,2 mil (ver tabela 8). Já os valores voltados ao co-financiamento das atividades socioeducativas, saltaram de R\$ 791,7 mil para R\$ 11,6 milhões, de 2004 para 2008. De 39% de participação do total dos recursos em 2005, passou a representar mais de 90% das transferências para o Estado no ano passado.

TABELA 8 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FEDERAIS¹ (R\$) DO PETI PARA O ESTADO DA PARAÍBA POR ATIVIDADE (2004-2008)

ANOS	PETI - BOLSA			PETI - ASEC		
	VALORES	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	Δ%	VALORES	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	Δ%
2004	-	-	-	791.775	-	-
2005	7.989.145	61	-	5.185.549	39	555
2006	1.550.531	13	-81	10.758.922	87	107
2007	1.958.859	14	26	11.981.278	86	11
2008	883.270	7	-55	11.685.140	93	-2

FONTE: MDS (2008) e Portal Transparência CGU (2009)

NOTA: ¹Os valores foram deflacionados utilizando o INPC, tendo 2008 como ano base

Dentre os motivos para a reconfiguração dos valores está a integração PBF-PETI, ocasionando a migração dos beneficiários do PETI para o Bolsa Família.

4.4.1 O PETI em João Pessoa

O município João Pessoa, capital da Paraíba, foi contemplado com o PETI em junho de 2000. Tinha como público-alvo inicial os filhos de catadores de lixo, as crianças e adolescentes encontrados trabalhando pelo Censo Meninada²⁵ nas atividades de feirantes, flanelinhas, engraxates, “como também os meninos e meninas com registro de trabalho precoce atendidos por ONGs” (DOMINGOS, SILVA e TEIXEIRA, 2003).

O PETI é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa. A meta inicial do município era o atendimento de 1.000 (mil) crianças e adolescentes. Em 2004, atendia 1.500 meninos e meninas.

Atualmente, a meta municipal é de 3.112 crianças e adolescentes, conforme a Coordenação do PETI. Este valor fora estabelecido em 2004 (PIGNATA e ALBERTO, 2007).

No segundo semestre de 2008, período em que a presente pesquisa foi realizada, estavam presentes no cadastro da Coordenação municipal 2.422 beneficiários, entre sete e 15 anos.

Seguindo o observado nacional e estadualmente, houve redução dos recursos federais do PETI para o município de João Pessoa. Ao comparar a variação ocorrida nas transferências entre o Estado e este município, verifica-se que a contração de recursos

²⁵ O Censo Meninada foi um levantamento realizado pela Prefeitura de João Pessoa para conhecer a realidade das crianças e adolescentes que estavam nas ruas de João Pessoa, em fevereiro de 1997.

foi superior na capital (-34%) do que a registrada para o Estado da Paraíba (-5%), de 2005 para 2008.

TABELA 9 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO PETI E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FEDERAIS¹ PARA JOÃO PESSOA (2004 – 2008)

ANOS	BENEFICIÁRIOS	Δ%	RECURSOS (R\$)	Δ%
2004	1.500	-	340.357 ²	-
2005	-	-	1.183.350	248
2006	-	-	700.248	-41
2007	-	-	799.893	14
2008	2.422	61	779.120	-3

FONTE: MDS (2008) e Portal Transparência CGU (2009)

NOTA: ¹Os valores foram deflacionados utilizando o INPC, tendo 2008 como ano base.

²Valor referente apenas ao co-financiamento da ASEC.

A redução dos recursos foi maior no repasse de bolsas, influência direta da transferência dos beneficiários do PETI para o Bolsa Família. Na evolução dos valores para a ASEC, houve aumento desses recursos, mesmo em taxas decrescentes, nos anos de 2007 e 2008 (ver tabela 9).

TABELA 10 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FEDERAIS¹ (R\$) DO PETI PARA JOÃO PESSOA SEGUNDO A ATIVIDADE (2004-2008)

Anos	PETI - BOLSA			PETI-ASEC		
	VALORES	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	Δ%	VALORES	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	Δ%
2004	-	-	-	340.357	-	
2005	957.252	81	-	226.097	19	-34
2006	232.934	33	-76	467.313	67	107
2007	204.021	26	-12	595.872	74	28
2008	121.640	16	-40	657.480	84	10

FONTE: MDS (2008) e Portal Transparência CGU (2009)

NOTA: ¹Os valores foram deflacionados utilizando o INPC, tendo 2008 como ano base.

As crianças realizam as atividades socioeducativas em 30 núcleos ou centros de atendimento no município de João Pessoa. Como relatamos anteriormente, as prefeituras são responsáveis pela estruturação dos serviços socioeducativos, devendo co-financiar, em parceria com o Governo Federal, as atividades para sua manutenção.

Conforme a coordenação do PETI, a contrapartida financeira do município para a manutenção da ASEC é de mais de 400%, uma vez que do total de educadores sociais, 80 ao todo, apenas 30 são pagos com recursos do Fundo; a alimentação oferecida para as crianças e adolescentes (duas refeições por turno) é custeada totalmente pela Prefeitura.

TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PETI/JP SEGUNDO OS NÚCLEO DE ATENDIMENTO - 2008

NÚCLEOS	CÓDIGO	NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS
Zona Sul		
Aldeia SOS (Mangabeira)	1	72
Patrícia Tomaz (Mangabeira)	2	2
Pastoral Menor Mangabeira	3	53
Centro da Juventude de Mangabeira	4	6
CRC (Bancários)	5	97
Santa Clara (Castelo Branco)	6	71
CRC Valentina	7	70
Monsenhor Magno (Mussumagro)	8	100
Olho do Tempo (Gramame)	9	43
Maria do Nazaré (Funcionários/Grotão)	10	70
Assunção (Grotão)	11	87
CRC Funcionários II	12	81
CRC Cristo	13	76
Pastoral Menor Geisel	14	51
Sítio Munbaba (Bairro das Indústrias)	15	61
TOTAL		940
Zona Leste		
Gênesis Bessa	16	61
CLM V (Bessa)	17	58
CRAS São José (Chatuba)	18	41
TOTAL		160
Zona Norte		
CLM I (Jaguaribe)	19	164
Circo escola (Jaguaribe)	20	4
CRC Maria Borges (Roger)	21	124
Casa Menina Mulher (Roger)	22	135
Casa Pequeno Davi (Roger)	23	68
Piollin (Roger)	24	146
Beira da Linha (Alto do Mateus)	25	63
CLM II Mandacaru	26	258
CRC Mandacaru	27	89
TOTAL		1051
Zona Oeste		
CRAS Ilha do Bispo	28	110
CRC Cruz das Armas	29	91
CRC Jardim Veneza	30	70
TOTAL		271

FONTE: Sispeti-JP (2008).

Os coordenadores dos núcleos são cargos comissionados, e os educadores, passam por um processo de seleção para exercer as atividades nas unidades de atendimento.

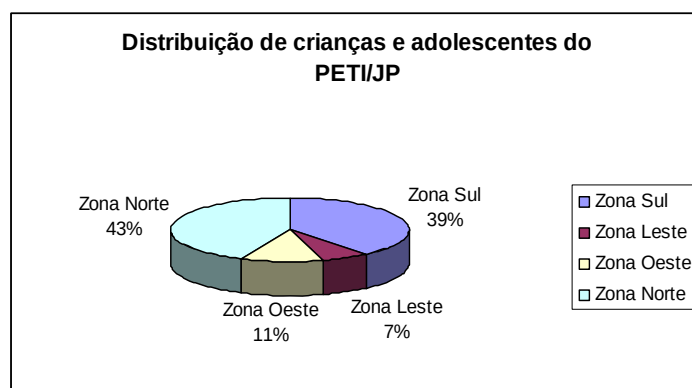
Metade dos núcleos de atendimento, os Centros de Referência à Cidadania (CRCs), os Centros Livre Meninada (CLM) I, II, III, IV e V, os Centros de Referência

da Assistência Social (CRAS) e o Centro da Juventude de Mangabeira, são espaços da Prefeitura utilizados, pela coordenação do PETI, para a realização da ASEC.

A outra metade dos núcleos é de entidades não-estatais ou não-governamentais ou espaços de associações comunitárias, que realizam suas atividades em parceria com o PETI municipal. É o caso da Aldeia SOS (junto à Patrícia Tomaz), em Mangabeira; da Pastoral do Menor, entidade ligada à Igreja Católica, responsável por três núcleos, em Mangabeira, no Geisel e em Assunção (bairro Grotão); da Casa Menina Mulher, da Casa Pequeno Davi, do Projeto Beira da Linha, do Centro cultural Escola Piollin, do Circo Escola, da Igreja Batista Gêneses, da Associação Comunitária dos Moradores de Monsenhor Magno (Mussumagro), do Centro Comunitário Maria Nazaré e da Comunidade Santa Clara (no Castelo Branco).

O conjunto dos beneficiários está espalhado pelas quatro zonas urbanas de João Pessoa. Como mostra o gráfico abaixo, a maior parte, 43%, é residente da zona Norte²⁶ da cidade.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PETI DE JOÃO PESSOA POR ZONAS URBANAS - 2008



FONTE: Sispeti-JP (2008) – Elaboração própria.

A zona Norte de João Pessoa é formada pelo centro da cidade e por bairros antigos, o que poderíamos chamar de “cidade tradicional”. Com o processo de deslocamento da população de maior renda desta região para outros espaços (especialmente, para orla marítima), a zona Norte passou a vivenciar um processo de degradação, tornando-se um lugar de moradia mais popular e a sofrer com o avanço da violência e da marginalidade.

²⁶ Centro, Varadouro, Róger, Torre, Tambiá, Jardim 13 de Maio, Padre Zé, Bairro dos Estados, Bairro dos Ipês, Mandacaru, Alto do Céu, Jardim Esther, Jardim Mangueira e Conjunto Pedro Gondim.

Conforme o Censo Demográfico 2000, estavam domiciliadas na zona Norte 82.248 mil habitantes, equivalente a 15% da população pessoense, e entre 7 e 15 anos, 14.687 mil, ou seja, 14% da população municipal nessa faixa etária (ver tabela 12).

Na zona Norte, podemos encontrar pontos “tradicionais” do trabalho infantil: o antigo lixão da cidade, o Lixão do Roger, estabelecendo em suas proximidades as comunidades de baixa renda do Roger e do Porto do Capim; e o centro da cidade, espaço de inserção de crianças e adolescentes em atividades informais, como vendedores ambulantes, catadores de lixo e frentistas (ou flanelinhas). Nesta zona residem 1.051 crianças e adolescentes do PETI, e há nove núcleos de atendimento socioeducativo (ver tabela 11).

Em segundo lugar, 39% dos beneficiários do PETI moram na zona Sul²⁷, a mais populosa de João Pessoa, pois nela se concentra a maior parte dos conjuntos habitacionais, como Mangabeira (I a VIII), Valentina, Funcionários (I a IV) e Geisel. Na zona Sul residem 218.601 mil habitantes, 40% da população total de João Pessoa e 42% da população entre sete a 15 anos. A zona Sul congrega a metade dos núcleos de atendimento da ASEC, ou seja, 15 centros.

TABELA 12 - POPULAÇÃO TOTAL E ENTRE 7 A 15 ANOS DE IDADE RESIDENTE EM JOÃO PESSOA DISTRIBUÍDA POR ZONAS URBANAS - 2000

ZONAS	POPULAÇÃO TOTAL	%	POPULAÇÃO ENTRE 7 A 15 ANOS	%
Norte	82.248	15	14.687	14
Sul	218.601	40	43.820	42
Oeste	156.306	29	30.746	30
Leste	88.740	16	14.489	14
Total	545.895	100	103.742	100

FONTE: IBGE, Censo demográfico 2000.

Nas zonas Oeste²⁸ e Leste²⁹ concentram-se os menores percentuais de beneficiários do PETI, 11% e 7%, respectivamente.

²⁷Castelo Branco, Conjunto Cehap I, Bancários, Jardim São Paulo, Anatolia, Jardim Cidade Universitária, Água Fria, Ernesto Geisel, Valentina Figueiredo, Paratibe, Praia do Sol, Conjunto Boa Esperança, José Américo, Costa e Silva, Mangabeira, Cidade Verde, Esplanada, Ernani Sátiro, Funcionários (I a IV), Grotão, Conjunto João Paulo II, Distrito Industrial e Bairro das Indústrias.

²⁸ Cruz das Armas, Renascer, Jaguaribe, Oitizeiro, Rangel, Cristo Redentor, Bairros dos Novais, Alto do Mateus, Ilha do Bispo e Jardim Veneza.

²⁹ Cabo Branco, Tambaú, Tambauzinho, Expedicionários, Bessa, Jardim Oceania, Aeroclube, Manaíra, Altiplano, Miramar, Jardim Luna, João Agripino, São José, Bairro dos Ipês e Brisamar.

A zona Oeste é formada por bairros residenciais, bastante populosos, e, em sua maioria, com pouca infra-estrutura, como é o caso de Cruz das Armas, Oitizeiro, Rangel, Ilha do Bispo e Jardim Veneza.

TABELA 13 - CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL POR SALÁRIO MÍNIMO (SM) DA PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E POR ZONAS URBANAS - 2000

LOCAL	TOTAL	MENOS DE 1 SM	DE 1 A 2 SM	MAIS DE 2 A 5 SM	MAIS DE 5 A 10 SM	MAIS DE 10 SM	SEM RENDIMENTO
João Pessoa	151.865	21%	21%	23%	14%	13%	9%
Zona Norte	22.691	24%	21%	21%	14%	14%	7%
Zona Sul	61.194	19%	23%	30%	15%	6%	8%
Zona Oeste	42.645	30%	24%	21%	10%	5%	16%
Zona Leste	25.335	8%	10%	13%	20%	45%	4%

FONTE: IBGE, Censo demográfico.

É importante informar que nos bairros da zona Oeste encontra-se o maior número de domicílios vivendo sem rendimentos, 16%, ou com menos de um salário mínimo, 30% (ver tabela 13). Também nesta área se localiza a segunda maior concentração da população entre sete a 15 anos do município (30%), percentual superior ao encontrado na zona Norte. Contudo, na zona Oeste se estabeleceram apenas três núcleos do PETI, que atendem 271 beneficiários.

A zona Leste é formada pela maioria dos bairros nobres da cidade, que se localizam vizinhos às principais avenidas da cidade ou ao redor da orla marítima. Estes bairros apresentam a maior concentração de domicílios vivendo acima de 10 salários mínimos (45%).

Nos arredores dos bairros da zona Leste surgiram assentamentos urbanos, originando comunidades de baixa renda, como o bairro São José, ou pequenas favelas, dentro dos bairros do Cabo Branco, Tambaú e Bessa.

Os núcleos foram estabelecidos perto dessas áreas, dois no Bessa, e o outro, no Bairro São José, que acompanham 160 crianças e adolescentes (ver tabela 10). Contudo, não há nenhum centro que atenda às crianças das comunidades próximas ao Tambaú, Cabo Branco, Altiplano e Tambauzinho.

Verifica-se que, apesar da presença do serviço socioeducativo em todas as zonas urbanas do município, há insuficiência do atendimento do Programa, e desigual distribuição espacial dos núcleos de atendimento pela cidade.

A atual distribuição dos centros de atendimento não está condizente com a distribuição da população de baixa renda, foco privilegiado do Programa. Chama

atenção o caso da Zona Oeste, na qual estão os maiores percentuais de domicílios com baixa renda e de indivíduos na infância ou adolescência, dois importantes indicadores de ocorrência de trabalho infantil.

Como, até a finalização desta dissertação, a meta municipal do Programa, de 3.110 beneficiários, não fora alcançada, sugere-se que as 690 vagas a preencher sejam voltadas para os indivíduos residentes da zona Oeste, como também, às comunidades circunvizinhas aos bairros da zona Leste.

Mas para que isto seja feito, seria necessária a construção de outros núcleos de atendimento, ou que os novos beneficiários fossem incluídos nos núcleos já existentes, ou, então, surgissem outras parcerias com organizações da sociedade civil para atender as crianças.

No capítulo seguinte será realizada análise sobre a situação do trabalho infantil no estado da Paraíba. Nesta análise organizaram-se informações sobre as principais características do trabalho realizado por crianças e adolescentes neste Estado. Além disso, será estimado um modelo probit a fim de determinar se a participação no PETI e em outros programas sociais contribui para reduzir a ocorrência de trabalho infantil na Paraíba.

V - EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE O TRABALHO INFANTIL NA PARAÍBA

O presente capítulo utiliza os microdados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar de 2004 para analisar a situação do trabalho infantil no estado da Paraíba. A Paraíba é um dos estados no Nordeste com maior incidência de trabalho infantil, e é o sexto maior recebedor de recursos do PETI.

O intuito dessa análise é identificar as características determinantes para a oferta de trabalho de crianças e adolescentes na Paraíba, como também gerar evidências sobre a contribuição dos programas de transferência de renda para a redução do trabalho infantil no estado. O questionamento seria, portanto, de saber qual a probabilidade de uma criança trabalhar ou não caso seus familiares estejam participando do PETI ou de outros programas de transferência de renda.

Dessa forma, será estimado um modelo probit para determinar como a participação no PETI e nos outros programas sociais e as características individuais e familiares contribuem para a ocorrência de trabalho infantil na Paraíba. Para comparar com os resultados encontrados no estado, serão realizadas regressões para o Brasil e para o Nordeste.

A seleção das variáveis explicativas baseia-se na literatura existente acerca das causas do trabalho infantil (discutido no capítulo da fundamentação teórica), em que fatores como renda domiciliar e tamanho da família, características do chefe de família (a pessoa de referência, conforme a PNAD), como ocupação e setor de atividade, idade e anos de estudo, e as características dos filhos, como gênero e cor, podem contribuir para a inserção precoce de crianças no trabalho.

Como foi analisado no capítulo quatro, os programas de transferência de renda criados na segunda metade da década de noventa, surgiram para proporcionar um efeito imediato a um conjunto da população que vivia em situações de carência aguda de recursos, em face a situação de pobreza e de insuficiência de renda existente no Brasil nas últimas décadas.

As propostas desses programas utilizam critérios de rendimento para a escolha de seu público-alvo, exigindo como contrapartida do benefício recebido, o respeito a algumas regras. Em geral, as condicionalidades propostas aos beneficiários são voltadas ao cuidado das crianças e adolescentes, como a obrigatoriedade de atendimento médico,

da retirada do trabalho e da frequência escolar dos filhos que compõem a família participante.

O PETI foi instituído para retirar crianças do trabalho e realizar o acompanhamento sócio-escolar desses indivíduos. Mesmo sendo o único programa com a meta de combater o trabalho infantil, ele possui algumas limitações, como menor cobertura de beneficiários e o pequeno valor concedido às bolsas, pelos menos, se comparado aos programas Bolsa-família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS), o qual transfere valor mensal de um salário mínimo aos idosos e pessoas com deficiência.

Os estudos existentes sobre o impacto dessas políticas informam que, apesar dos resultados positivos de programas, como do Bolsa Família em atender as famílias mais pobres e em elevar o atendimento escolar das crianças, os resultados com relação a redução das atividades de trabalho das crianças são menos significantes. Isso ocorre, especialmente, pelo fato do combate ao trabalho infantil não ser alvo direto do programa. (CARDOSO e SOUZA, 2004; FERRO e KASSOUF, 2005; CACCIAMALI, TATEI, FERREIRA-BATISTA, 2008).

A base de dados escolhida para este estudo é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004, porque além de fornecer informações sobre o trabalho realizado por indivíduos entre cinco e nove anos, o IBGE incluiu na pesquisa suplemento especial sobre acesso a oito programas sociais de transferências de renda.

Como as PNADs não realizam levantamento sistemático dos municípios, tal como ocorre nos Censos demográficos, só foi possível coletar informações sobre o estado da Paraíba.

Foram identificados na PNAD 2004 os moradores que participavam de oito programas sociais: Auxílio-gás, Bolsa-escola, Bolsa-alimentação, Cartão-alimentação do Fome Zero, Bolsa Família, PETI, BPC – LOAS, e outros geridos por governos estaduais ou municipais.

O capítulo está organizado nas seguintes seções: descrição da situação do trabalho realizado pelas crianças e adolescentes e do número dos beneficiários de programas sociais na Paraíba; apresentação da base de dados utilizada; apresentação dos resultados e, por fim, as conclusões.

5.1 O trabalho de crianças e adolescentes na Paraíba e a participação em programas de transferência de renda

Os dados da PNAD informam que no Brasil havia 2,8 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 16 anos trabalhando no ano de 2004, em um total de 30,1 milhões, o que representa 7% da população nesta faixa etária. Na faixa etária entre 5 e 9 anos, foram encontrados 203 mil meninos e meninas em situação de trabalho.

TABELA 14 – BRASIL: NÚMERO E PERCENTAGEM DE CRIANÇAS DE 5 A 16 ANOS TRABALHANDO SEGUNDO REGIÕES - 2004

LOCAL	TOTAL OCUPADOS	(%)
Brasil	2.873.111	7
Norte	337.676	8
Nordeste	1.195.581	10
Centro-oeste	179.922	6
Sudeste	632.828	4
Sul	527.104	9

FONTE: PNAD 2004 – Elaboração própria.

Entre as regiões brasileiras, o Nordeste apresenta a maior incidência de trabalho infantil, pois 10% de sua população entre 5 e 16 anos trabalhavam em alguma atividade, na semana de referência, seguida pela região Sul (9%).

A região Sul é considerada umas das mais ricas, como detêm os menores níveis de pobreza, contudo se destaca pela segunda maior incidência de trabalho infantil, em decorrência, em outros motivos, pela importância da agricultura familiar, um forte traço cultural das colônias de imigrantes europeus e asiáticos.

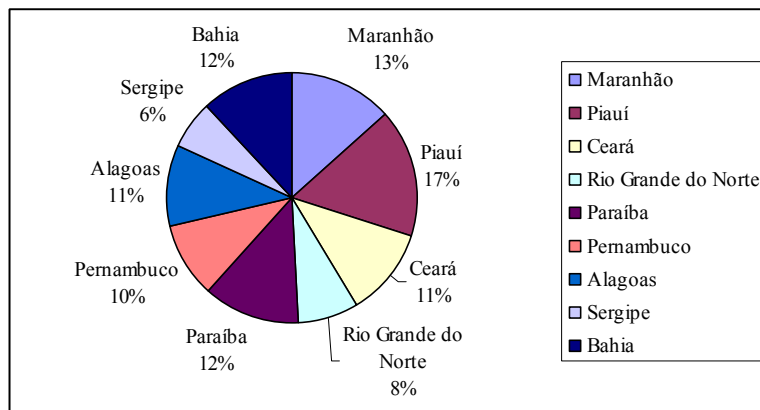
Do total de indivíduos nessa faixa etária que trabalhava no país, 42% encontram-se nos estados nordestinos. Esse elevado percentual pode ser atribuído ao fato desta região deter os piores índices socio-educacionais, e ser também a que possui o maior número de pobres, importantes determinantes do trabalho infantil (KASSOUF, 2004; SILVA JÚNIOR, 2006).

Conforme o gráfico 2, entre os estados da região Nordeste, a maior incidência de trabalho infantil foi encontrada no Piauí (17%) e Maranhão (13%), seguidos pela Paraíba e pela Bahia, empatados com 12%. Os menores percentuais foram encontrados em Sergipe e no Rio Grande do Norte.

Na região Nordeste, o trabalho infantil concentra-se na zona rural (64%) e entre indivíduos do sexo masculino (85%), de acordo com a tabela 15. Ao analisar os estados separadamente, Alagoas apresenta maior percentual de indivíduos trabalhando no meio

rural, 78%. Por outro lado, Sergipe apresentou distribuição distinta, com maior número de trabalhadores localizado nas áreas urbanas, 55%.

GRÁFICO 2 – NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO POR ESTADOS DO NÍVEL DE OCUPAÇÃO DAS CRIANÇAS ENTRE 5 E 16 ANOS DE IDADE – 2004



FONTE: PNAD 2004 – Elaboração própria.

Com relação à distribuição por gênero, em todos os estados a presença do trabalho realizado por meninos foi superior ao das meninas. O Rio Grande do Norte detém maior percentual de crianças do sexo masculino (92%), enquanto Sergipe apresentou a menor ocorrência de meninos em situação de trabalho.

TABELA 15 - NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 5 A 16 ANOS TRABALHANDO, POR GÊNERO E POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, EM CADA ESTADO DO NORDESTE – 2004

ESTADOS	TOTAL	MENINOS	%	MENINAS	%	URBANO	%	RURAL	%
Nordeste	1.195.581	1.017.753	85	177.828	15	433.733	36	761.848	64
Maranhão	175.342	153.026	87	22.316	13	62.965	36	112.377	64
Piauí	108.658	89.852	83	18.806	17	39.703	37	68.955	63
Ceará	189.901	161.397	85	28.504	15	82.193	43	107.708	57
Rio Grande do Norte	44.472	40.727	92	3.745	8	18.725	42	25.747	58
Paraíba	91.762	79.558	87	12.204	13	38.422	42	53.340	58
Pernambuco	162.612	133.183	82	29.429	18	63.844	39	98.768	61
Alagoas	69.516	60.885	88	8.631	12	15.447	22	54.069	78
Sergipe	25.090	20.407	81	4.683	19	13.714	55	11.376	45
Bahia	328.228	278.718	85	49.510	15	98.720	30	229.508	70

FONTE: PNAD 2004 – Elaboração própria.

Como foi verificado no gráfico 2, a Paraíba possui um dos maiores percentuais de trabalho infantil na região Nordeste. Com relação ao sexo e à localização das crianças trabalhadoras, o estado seguiu a tendência apresentada na região – é realizado, em sua maioria, em áreas rurais e por indivíduos do sexo masculino.

Ao desagregar os dados por idade para a Paraíba, verifica-se o aumento do trabalho conforme a idade avança. Para os indivíduos do sexo masculino, aos oito anos, o percentual de trabalho era 1,7%, e aos 16 anos, idade mínima que a lei brasileira permite o trabalho, o nível aumenta para 19,89%. Com relação às meninas, os maiores percentuais encontram-se nas idades de 13 e 15 anos.

TABELA 16 – PARAÍBA: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRABALHADORES POR GÊNERO SEGUNDO A IDADE - 2004

IDADE	MENINOS	MENINAS
5	1,14	-
6	1,14	-
7	1,14	-
8	1,70	3,7
9	1,14	-
10	5,68	7,41
11	7,95	7,41
12	9,09	11,11
13	14,20	22,22
14	19,32	7,4
15	17,61	22,22
16	19,89	18,52

FONTE: PNAD 2004 – Elaboração própria.

A tabela 17 revela que, no Estado, a frequência escolar das crianças é elevada, mas, com o avanço da idade, esse percentual tende a se reduzir. Aos 16 anos de idade, a permanência na escola entre os que não trabalham é de 89,6%, e de 65%, entre os que trabalham.

Os dados da tabela 17 mostram um fato curioso: nas faixas etárias de 7 a 9 anos de idade a frequência escolar das crianças que trabalham é superior à das crianças que não trabalham. Não há nenhuma explicação plausível para este fato, a não ser o pequeno número de crianças trabalhadoras integrantes da amostra (KASSOUF, 2004). A diferença quanto a permanência na escola começa a surgir a partir dos 13 anos de idade.

TABELA 17 – PARAÍBA: FREQUÊNCIA À ESCOLA DE CRIANÇAS POR CONDIÇÃO DE TRABALHO – 2004

IDADE	TRABALHA (%)	NÃO TRABALHA (%)
7	100,00	96,80
8	100,00	97,32
9	100,00	100,00
10	91,67	99,12
11	100,00	100,00
12	96,47	100,00
13	93,55	93,68
14	91,67	94,44
15	81,08	97,78
16	65,00	89,61

FONTE: PNAD 2004 – Elaboração própria.

Na tabela abaixo, estão apresentados os principais ramos de atividades das crianças e dos respectivos pais. Observa-se que os filhos tendem a trabalhar nas mesmas atividades dos seus responsáveis, fato que pode explicar o surgimento e a permanência do ciclo inter-geracional de pobreza. A principal atividade realizada no estado, pelas crianças e seus familiares, é a agricultura. Em seguida, aparecem os ramos de comércio e reparação e de serviços domésticos.

TABELA 18 – PARAÍBA: RAMOS DE ATIVIDADES EM QUE AS CRIANÇAS ENTRE 5 A 16 ANOS E OS RESPECTIVOS PAIS ESTÃO INSERIDOS - 2004

RAMOS DE ATIVIDADE	PAIS (%)	FILHOS (%)
Agrícola	54,62	63,35
Indústria	9,72	11
Construção	6,65	0,52
Comércio e reparação	12,38	13,61
Alojamento e alimentação	3,33	2,62
Transporte, armazenagem e comunicação	2,9	1,67
Administração pública	2,77	-
Educação, saúde e serviços sociais	2,08	-
Serviços domésticos	4,01	5,76
Outros	1,83	1,57

FONTE: PNAD 2004 – Elaboração própria.

Quanto à situação ocupacional dos pais das crianças trabalhadoras, a maior parte dos indivíduos encontra-se na informalidade – 56,38% consideraram-se trabalhador por conta própria, seguido por 21,81%, que anunciaram ser empregados sem carteira. Apenas 9,5% afirmaram ser empregados com carteira assinada.

TABELA 19 – PARAÍBA: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PAIS DAS CRIANÇAS TRABALHADORAS SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO– 2004

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	%
Empregado com carteira	9,57
Funcionário público estatutário	1,06
Outros Empregados sem carteira	21,81
Trabalhador doméstico sem carteira	2,66
Conta própria	56,38
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3,72
Outros	4,79

FONTE: PNAD 2004 – Elaboração própria.

A distribuição de crianças, trabalhando ou não, de acordo com os anos de estudo da pessoa de referência pode ser vista na tabela 20. De maneira geral, o nível de escolaridade dos indivíduos da amostra é baixo. Mesmo assim, observa-se que os anos de estudo dos chefes de família que não têm filhos trabalhando é superior àqueles com filhos no trabalho.

Na distribuição por faixas de estudo entre chefes de família que apresentam algum filho em situação de trabalho, mais da metade, 55,67%, é praticamente analfabeta, e nenhum deles apresenta mais de 12 anos de estudo.

TABELA 20 – PARAÍBA: NÚMERO DE ANOS DE ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL DAS CRIANÇAS DE 5 A 16 ANOS TRABALHANDO OU NÃO TRABALHANDO – 2004

ANOS DE ESTUDO DO RESPONSÁVEL	CRIANÇAS QUE TRABALHAM (%)	CRIANÇAS QUE NÃO TRABALHAM (%)
Sem instrução e menos de 1 ano	55,67	33,00
1 - 3	14,28	21,68
4 - 8	24,63	27,10
9 - 11	5,42	14,02
12 - 16	-	5,20

FONTE: PNAD 2004 – Elaboração própria.

Outra característica familiar considerada importante para a incidência do trabalho, é o número de moradores do domicílio. A tabela 21 compara os domicílios com crianças que trabalham com aqueles sem crianças trabalhando. Observou-se que o percentual de domicílios com até cinco moradores é maior nas residências sem crianças trabalhadoras. Nos domicílios com seis moradores ou mais, a situação se inverte, pois

29,56% dizem respeito àqueles contendo crianças que trabalham, enquanto em apenas 11,57% residem crianças que não trabalham.

O resultado anterior permanece entre domicílios de baixa renda, o que induz ao entendimento que famílias grandes e em situação de pobreza levam os seus filhos a trabalhar, como uma alternativa de sobrevivência de seus membros.

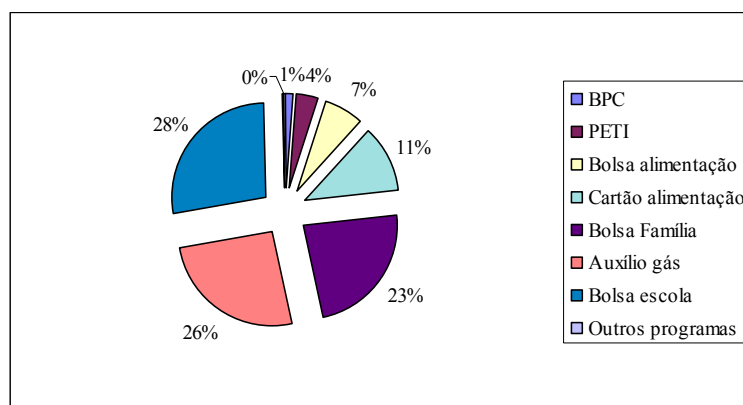
TABELA 21 – PARAÍBA: DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS COM CRIANÇAS QUE TRABALHAM E NÃO TRABALHAM POR NÍVEL DE RENDA MENSAL FAMILIAR, SEGUNDO O NÚMERO DE MORADORES – 2004

Número de moradores	TOTAL DE DOMICÍLIOS		DOMICÍLIOS COM RENDA DOMICILIAR MENSAL IGUAL OU INFERIOR A R\$ 400,00	
	Domicílios com crianças que trabalham (%)	Domicílios com crianças que não trabalham (%)	Domicílios crianças que trabalham (%)	Domicílios com crianças que não trabalham (%)
2	0,99	1,81	1,10	2,16
3	7,88	13,49	10,99	13,42
4	12,81	30,32	13,19	30,09
5	18,72	23,66	16,48	23,05
6	19,70	13,26	26,37	13,96
7 ou mais	29,56	11,57	21,98	10,17

FONTE: PNAD 2004 – Elaboração própria.

Conforme a amostra presente na PNAD 2004, 12,2 milhões de moradores receberam algum dos oito benefícios indicados na pesquisa. Na Paraíba, cerca de 586 mil indivíduos estavam cadastrados em pelo menos um dos programas sociais. O gráfico 3 apresenta a distribuição dos beneficiários paraibanos nos programas.

GRÁFICO 3 - PARAÍBA - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS SOCIAIS – 2004



FONTE: PNAD 2004 – Elaboração própria.

O maior número de beneficiários de programas sociais na Paraíba estava cadastrado nos programas Bolsa-escola (28%), Auxílio gás (26%) e Bolsa família (23%). O PETI responde por 4% de beneficiários de programas sociais no estado.

5.2 Base de dados utilizada

Em modelos como o probit, a probabilidade de um evento ocorrer – um indivíduo menor de 17 anos na condição de filho trabalhar – está condicionada a um vetor de variáveis explicativas.

A variável dependente é uma dummy que apresenta valor 1, caso a criança trabalha, e 0 (zero), se não trabalha.

O vetor de variáveis explicativas X_i inclui dados sobre o chefe da família, que na PNAD é indicada como pessoa de referência, sobre os filhos e sobre a participação dos moradores dos domicílios em programas sociais de transferência de renda.

A amostra selecionada para este trabalho é composta por indivíduos na condição de pessoa de referência, acima de 10 anos de idade, e por indivíduos na condição de filho, entre cinco até 16 anos de idade. O conjunto de dados utilizado foi tratado como amostra complexa.

As definições das variáveis explicativas estão organizadas abaixo:

a) Variáveis referentes à pessoa de referência:

- Idade: Anos de vida do indivíduo.
- Idade que começou a trabalhar (idtrab): Informa em que idade o indivíduo começou a trabalhar. Espera-se que quanto mais tarde o chefe de família tenha iniciado a trabalhar, mais tempo obteve para os estudos e para outras atividades de formação.
- Cor ou raça (db): Dummy que assume 1 para cor branca e zero para as demais (preta, parda, amarela, indígena).
- Gênero ou sexo (dh): Dummy que assume 1 se o chefe da família for homem, e zero se for mulher. Espera-se que em lares onde o chefe da família é do gênero feminino estejam mais suscetíveis a entrada precoce dos filhos no trabalho, como forma a complementar a renda.
- Escolaridade (anosdeestudo): Assume valores entre 1 a 16. O valor 1 indica nenhuma instrução ou menos de um ano de estudo. Valores de 2 a 15 mostram o número de anos de educação completos do indivíduo, entre 1 a 14 anos. E o valor 16, significa mais de 15 anos de estudo. Com isso, espera-se que pais com maior escolaridade não coloquem os seus filhos para trabalhar.
- Condição de ocupação: Variável binária, assume valor 1, se está ocupado em alguma atividade produtiva, e zero, se encontra-se desocupado, ou melhor, ausência de trabalho.

- Setor ocupacional: Utilizou-se variáveis dummies para saber se o chefe está ocupado no setor formal (dsf) ou no setor informal (dsi). A variável de comparação utilizada foi a dsf, pois os pais ocupados no setor formal são os empregados com carteira assinada e assalariados registrados. Em geral, esses trabalhadores não tendem a inserir os filhos em atividades para complementar o orçamento familiar, pois recebem remuneração mais elevada. O setor informal é formado por indivíduos sem carteira assinada e por conta própria.

- Atividade de trabalho: Criou-se três variáveis binárias para informar se o chefe trabalha na indústria (dind), em atividades agrícolas (dagri) ou nos serviços (dserv). A variável de comparação foi a dind, pois se espera que, indivíduos ocupados neste setor recebem remuneração maior que nas demais atividades, diminuindo, dessa maneira, a possibilidade de inserir os filhos precocemente no trabalho.

O setor agrícola inclui as atividades agropecuárias. No setor industrial estão contidos as áreas da indústria de transformação e de construção, no de serviços incluem o comércio, alimentação e alojamento, transporte, e comunicação, educação, saúde e o trabalho doméstico.

- Situação do domicílio (durb): Variável binária que assume valor unitário para o meio urbano e valor zero para o meio rural;

- Variáveis de migração: O deslocamento familiar de uma determinada área, seja um município ou estado, para outra, é uma alternativa feita pelos pais para melhorar a sua condição de vida e de seus filhos. É comum, dentro do território brasileiro, o deslocamento de famílias provenientes de municípios menores para as capitais dos seus respectivos estados ou para outras localidades em outros estados ou regiões. No intuito de verificar a importância desse fenômeno para a ocorrência do trabalho infantil, selecionou-se as variáveis:

- Nasceu na UF (dest): Variável binária que assume valor unitário no caso do indivíduo residir no estado em que nasceu, e zero para o caso contrário.

- Nasceu no município (dnasmun): Variável binária que assume valor unitário no caso do indivíduo ter nascido no município em que reside e zero para o caso contrário.

b) Variáveis referentes aos filhos:

De forma análoga à pessoa de referência foram criadas as variáveis: cor ou raça (dbf), gênero ou sexo (dhf), nasceu na UF (dest), nasceu no município (dnasmunf); idade da criança (idadef), que varia entre cinco a 16 anos de vida; escolaridade

(anosdeestudo): valores entre 1 a 15; e frequência à escola (dfrescf): variável binária de valor 1, se a criança frequenta a escola, e valor zero, se não frequenta.

c) Variáveis referentes à família:

- Número de moradores do domicílio (totalmora): indica o número de membros da família;
- Localização: *Dummies* que informam as regiões em que a família está presente: Norte (regno), Nordeste (regne), Centro-oeste (regco), Sudeste (regse) e Sul (regsu). A região sudeste foi considerada a variável de comparação. Também foram criadas as *dummies* MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, AL e SE, para representar os estados nordestinos em que situa o indivíduo e sua família. Neste caso a variável omitida foi a que representa o estado da Paraíba.
- Renda (renddomcipc): Refere-se ao valor da renda domiciliar *per capita*.
- Beneficiário de programas sociais de transferência de renda (pt): *Dumme* com valor igual a 1 (um) se o morador recebe Auxílio-gás, Bolsa-escola, Bolsa-alimentação, Cartão-alimentação do Fome Zero, Bolsa Família, Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC – LOAS), ou em outros geridos por governos estaduais ou municipais, e valor zero se não recebe algum desses benefícios.
- Beneficiário do PETI (dpeti): Variável binária com valor unitário se há morador que recebe PETI, e zero, caso não receba.

Serão construídas duas equações, uma em que se inclui a renda domiciliar *per capita*, e outra, levando em consideração os anos de escolaridade da pessoa de referência. Para comparar com os resultados encontrados na Paraíba, foram realizadas, previamente, regressões para o Brasil e para o Nordeste.

5.3 Análise de resultados

Seguem abaixo os resultados obtidos pelo modelo probit para o Brasil, região Nordeste e para o estado da Paraíba. Os resultados das regressões estão organizados nas tabelas a seguir.

5.3.1 Regressão para o Brasil

A tabela 22 apresenta o resultado estimado pelo probit para a amostra do Brasil. Os parâmetros presentes nas duas estimações apresentaram-se estatisticamente significativos.

Na tabela 23 estão organizados os resultados dos efeitos dos coeficientes estimados das variáveis explicativas na regressão probit para o Brasil. Todos os coeficientes também apresentaram significância estatística.

Os resultados encontrados nas estimações 1 e 2, conforme a tabela 22, para o Brasil não obtiveram grandes diferenças entre si. Na estimação 1, quando se omitiu os anos de estudo dos pais, verificou-se que o aumento renda *per capita* do domicílio reduz a probabilidade de trabalho dos filhos. Na estimação 2, o anos de escolaridade do responsável, obtiveram sinal negativo.

A variável idade de ingresso ao trabalho obteve coeficiente negativo, indicando que, quanto mais tarde os pais começarem a trabalhar, menor será a probabilidade que seus filhos se ocupem durante o período da infância e adolescência.

Sinal negativo também foi verificado se a pessoa de referência for do sexo masculino, e estiver ocupada em alguma atividade produtiva. De acordo com a tabela 23, se o chefe da família for homem diminui em 0,4% a probabilidade do filho trabalhar, em ambas estimações. Caso o chefe da família estiver ocupado, reduz-se em 0,3% a possibilidade de trabalho infantil, nas estimações 1 e 2..

Como o esperado, o trabalho no setor informal e em atividades ligadas à agricultura (em comparação à atividade na indústria) contribui positivamente para o fenômeno.

Quanto às características do filho, o fato dele ser do gênero masculino aumenta a possibilidade de trabalhar precocemente, enquanto ser da cor branca reduz tal possibilidade. A frequência à escola mostrou-se relevante para a probabilidade de redução do trabalho. Por outro lado, os anos de vida completados pela criança colaboram positivamente para a inserção no trabalho.

Sinal positivo, também apresentou a variável anos de estudo do filho. O mesmo resultado das variáveis referentes à idade e à educação indica que as atividades trabalho e estudo não são mutuamente exclusivas para as crianças, podendo ser realizadas ao mesmo tempo.

As variáveis de migração indicaram que se o filho e o seu responsável residirem no estado onde nasceram, pode contribuir negativamente para a ocorrência de trabalho infantil. Mesmo sinal foi verificado quando o filho mora no município em que nasceu.

Mas, quando o responsável da família não reside no município onde nasceu, a probabilidade dos seus filhos trabalharem pode aumentar Isso se deve ao processo de deslocamento que ocorre dentro do território brasileiro, quando, os pais saem dos

municípios do interior para as capitais dos estados ou para outras cidades em busca de melhores oportunidades de vida.

Os indivíduos que estão fora do seu lugar de origem tendem a passar por maiores dificuldades para encontrar trabalho e a morar nos chamados “bolsões de pobreza” das grandes e médias cidades. O estado de vulnerabilidade dessas pessoas faz com que sejam incentivados a colocar seus filhos para ajudar na renda da casa.

Em termos geográficos, o fato de a família residir fora da região Sudeste amplia a possibilidade dos filhos trabalharem. Já a localização da família em áreas urbanas contribui para a não ocorrência do trabalho infantil

TABELA 22 - ESTIMAÇÃO PROBIT DAS VARIÁVEIS INDICADORAS DE TRABALHO INFANTIL PARA O BRASIL – 2004

Variáveis	Estimação 1		Estimação 2		Variáveis	Estimação 1		Estimação 2	
	Coefficiente	P> t 	Coefficiente	P> t 		Coefficiente	P> t 	Coefficiente	P> t
Idade	-0,0013903 (0,0000482)	0,00	-0,0025084 (0,0000479)	0,00	dhf	0,4692721 (0,0008044)	0,00	0,4725255 (0,0008055)	0,00
idtrab	-0,0506606 (0,0001409)	0,00	-0,04753 (0,0001419)	0,00	dbf	-0,0362564 (0,0010812)	0,00	-0,0280435 (0,0010796)	0,00
db	0,0490465 (0,0010663)	0,00	-0,0554114 (0,0010673)	0,00	anosdeestudof	0,0132164 (0,0002237)	0,00	0,0191659 (0,0002269)	0,00
dh	-0,133327 (0,0011156)	0,00	-0,1355501 (0,0011165)	0,00	destf	-0,0301075 (0,0018091)	0,00	-0,0270893 (0,0018114)	0,00
anosdeestudo			-0,0209476 (0,0001216)	0,00	dmunf	-0,0620113 (0,0015531)	0,00	-0,0603698 (0,0015558)	0,00
docup	-0,109342 (0,0021847)	0,00	-0,1044726 (0,0021877)	0,00	dfrescf	-0,2376765 (0,0012342)	0,00	-0,2215374 (0,0012328)	0,00
dsi	0,223741 (0,0009067)	0,00	0,2107931 (0,0009093)	0,00	totalmora	0,0262503 (0,0002105)	0,00	0,0243446 (0,0002095)	0,00
dagri	0,3833635 (0,0011701)	0,00	0,3626508 (0,0011705)	0,00	pt	0,0332175 (0,0008708)	0,00	0,0195356 (0,0008703)	0,00
dserv	0,081784 (0,0010645)	0,00	0,0909341 (0,0010699)	0,00	dpeti	-0,091733 (0,0022361)	0,00	-0,099185 (0,0022312)	0,00
durb	-0,4854637 (0,001001)	0,00	-0,4742958 (0,0009986)	0,00	regno	0,240902 (0,0014273)	0,00	0,2460695 (0,0014286)	0,00
dest	-0,017247 (0,0011729)	0,00	-0,0086958 (0,0011774)	0,00	regne	0,2413773 (0,0010832)	0,00	0,2327846 (0,0010878)	0,00
dmun	0,0461528 (0,0011238)	0,00	0,0595607 (0,0011307)	0,00	regco	0,1279146 (0,0016291)	0,00	0,339535 (0,001632)	0,00
renddomcipcap	-0,0000906 (1,21e-06)	0,00			regsu	0,3765636 (0,0011812)	0,00	0,3775434 (0,0011839)	0,00
idadef	0,2234256 (0,0001962)	0,00	0,2197804 (0,0001967)	0,00	Constante	-3,503232 (0,0040904)	0,00	-3,706939 (0,0076523)	0,00

FONTE: IBGE – PNAD 2004. Elaboração própria.

Os coeficientes apresentados pelas variáveis relacionadas à participação em políticas sociais indicaram que ser beneficiário dos programas de transferência de renda eleva as chances de incidência de trabalho infantil. Resultado distinto apresentou a

variável participação no PETI, o coeficiente negativo mostrou que estar integrado a este Programa diminui a possibilidade de trabalho entre crianças e adolescentes.

Uma explicação plausível é que os programas sociais, excetuando o PETI, o combate ao trabalho das crianças não faz parte das metas estabelecidas, além disso, a maioria das famílias participantes dos programas é pobre e necessitam da renda oriunda do trabalho de suas crianças para garantir sua sobrevivência. (CACCIAMALI, TATEI e BATISTA, 2008).

TABELA 23 - EFEITO MARGINAL DAS VARIÁVEIS INDICADORAS DE TRABALHO INFANTIL PARA O BRASIL – 2004

Variáveis	Estimação 1	Estimação 2	Variáveis	Estimação 1	Estimação 2
	Coeficiente	Coeficiente		Coeficiente	Coeficiente
Idade	-0,0000368	-0,0000654	dbf	-0,0009587	-0,0007301
idtrab	-0,0013408	-0,0012384	dhf	0,0127505	0,0126481
db	0,0013045	0,0014519	anosdeestudof	0,0003498	0,0004994
dh	-0,0039471	-0,0039595	destf	-0,0007753	-0,0006886
anosdeestudo		-0,0005458	dmunf	-0,0017235	-0,0016499
docup	-0,0032486	-0,0030409	dfrescf	-0,0072913	-0,0066237
dsi	0,0059096	0,0054792	totalmora	0,0006948	0,0006343
dagri	0,0130465	0,0119857	pt	0,0008926	0,0005135
dserv	0,0022185	0,0024356	dpeti	-0,0021925	-0,0023139
durb	-0,0180954	-0,0172798	regno	0,0080361	0,0081278
dest	-0,0004531	-0,0002257	regne	0,0072439	0,0068475
dmun	0,0012282	0,0015631	regco	0,0038442	0,0039888
renddomcpcap	-2,40e-06		regsu	0,0137109	0,0135588
idadef	0,0059134	0,0057265			

FONTE: IBGE – PNAD 2004. Elaboração própria.

5.3.2 Regressão para o Nordeste

Os resultados das estimações do modelo probit para a região Nordeste estão organizadas na tabela 24. Os resultados apresentados nas estimações 1 e 2, em geral, foram muito similares aos encontrados nas regressões para o Brasil.

No Nordeste, o tamanho da família, a ocupação do chefe da família em atividades agrícolas e no setor informal colaboram diretamente para a ocorrência do trabalho das crianças.

Similar ao ocorrido nacionalmente, tanto a escolaridade dos pais quanto a renda *per capita* domiciliar influenciam de maneira negativa a incidência de trabalho infantil.

TABELA 24: ESTIMAÇÃO PROBIT DAS VARIÁVEIS INDICADORAS DE TRABALHO INFANTIL PARA A REGIÃO NORDESTE – 2004

Variáveis	Estimação 1		Estimação 2		Variáveis	Estimação 1		Estimação 2	
	Coefficiente	P> t 	Coefficiente	P> t 		Coefficiente	P> t 	Coefficiente	P> t
Idade	-0,001461 (0,0000482)	0,00	-0,0026147 (0,0000479)	0,00	dbf	-0,0156163 (0,0010524)	0,00	-0,007849 (0,0010511)	0,00
idtrab	-0,0519407 (0,0001415)	0,00	-0,0488033 (0,0001424)	0,00	dhf	0,4662774 (0,0008007)	0,00	0,4694694 (0,0008018)	0,00
db	0,0698108 (0,0010419)	0,00	0,0760962 (0,0010429)	0,00	dmunf	-0,064689 (0,0015492)	0,00	-0,0630659 (0,0015517)	0,00
dh	-0,1306947 (0,0011109)	0,00	-0,132756 (0,0011121)	0,00	dfrescf	-0,2427658 (0,0012305)	0,00	-0,2264607 (0,0012292)	0,00
anosdeestudo			-0,0212367 (0,0001216)	0,00	totalmora	0,0233926 (0,0002082)	0,00	0,0231782 (0,0002115)	0,00
docup	0,1097747 (0,002174)	0,00	-0,1051963 (0,0021765)	0,00	pt	0,0380733 (0,0008732)	0,00	0,0240982 (0,0008739)	0,00
dsi	0,2401531 (0,0008994)	0,00	0,2278552 (0,0009022)	0,00	dpeti	-0,0592777 (0,0022663)	0,00	-0,067206 (0,0022619)	0,00
dagri	0,3883491 (0,0011725)	0,00	0,3671511 (0,0011731)	0,00	Ma	0,1121373 (0,0017833)	0,00	0,1079401 (0,0017865)	0,00
dserv	0,0797403 (0,0010574)	0,00	0,0886437 (0,0010625)	0,00	Pi	0,2683317 (0,0024835)	0,00	0,2629279 (0,0024771)	0,00
durb	-0,509773 (0,0010029)	0,00	-0,4986214 (0,0010003)	0,00	Ce	0,0682051 (0,0017199)	0,00	0,0552109 (0,0017246)	0,00
dest	0,0191081 (0,0011429)	0,00	0,0273696 (0,0011469)	0,00	Rn	-0,1002409 (0,0032722)	0,00	-0,1087393 (0,003274)	0,00
dmun	0,067916 (0,0010969)	0,00	0,0809615 (0,0011038)	0,00	Ba	0,0600753 (0,0013743)	0,00	0,049384 (0,0013786)	0,00
renddomcipcap	-0,000096 (1,20e-06)	0,00			Pe	0,0603428 (0,0018088)	0,00	0,0519962 (0,0018078)	0,00
anosdeestudof	0,0110336 (0,0002246)	0,00	0,0169406 (0,0002273)	0,00	Al	-0,0018585 (0,0026322)	N.S.	-0,023813 (0,0026349)	0,00
destf	-0,022388 (0,0018017)	0,00	-0,0192128 (0,0018041)	0,00	Se	-0,2023333 (0,0038848)	0,00	-0,2099639 (0,0038815)	0,00
idadef	0,2231586 (0,0001965)	0,00	0,2195011 (0,0001969)	0,00	Constante	-3,334465 (0,0039982)	0,00	-3,222149 (0,0039911)	0,00

FONTE: IBGE – PNAD 2004. Elaboração própria.

Diminui a probabilidade de inserção no trabalho quando os filhos residem no estado ou no município em que nasceram. Por outro lado, quando os pais não moram tanto no município quanto no estado de origem, aumenta-se a possibilidade dos filhos trabalharem.

Quanto às dummies de localização, em comparação ao estado da Paraíba, o fato da família residir nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia contribui positivamente para a ocorrência de trabalho das crianças e adolescentes. Já a residência no Rio Grande do Norte e Alagoas efetua efeito contrário. A variável Alagoas não apresentou coeficiente significativo.

Com relação à participação nos programas sociais, a integração ao PETI diminui a probabilidade de trabalho das crianças, enquanto a participação nos outros programas de transferência atua em sentido inverso.

A tabela 25 apresenta o efeito marginal para as variáveis do modelo para o Nordeste. Os resultados foram muito similares aos da estimação para o Brasil.

TABELA 25 - EFEITO MARGINAL DAS VARIÁVEIS INDICADORAS DE TRABALHO INFANTIL PARA O NORDESTE – 2004

Variáveis	Estimação 1	Estimação 2	Variáveis	Estimação 1	Estimação 2
	Coeficiente	Coeficiente		Coeficiente	Coeficiente
Idade	-0,0000402	-0,0000708	anosdeestudof	0,0003035	0,000459
idtrab	-0,0014287	-0,0013222	destf	-0,0006035	-0,0005115
db	0,0019341	0,002078	dmunf	-0,0018718	-0,0017953
dh	-0,0040089	-0,0040191	dfrescf	-0,0077565	-0,007055
anosdeestudo		-0,0005753	totalmora	0,0006933	0,0006338
docup	-0,0033882	-0,0031836	pt	0,0010655	0,00066
dsi	0,0065955	0,006161	dpeti	-0,001527	-0,00169
dagri	0,0137539	0,0126313	Ma	0,0034806	0,003286
dserv	0,0022461	0,0024664	Pi	0,0099824	0,0095841
durb	-0,0200481	-0,0191778	Ce	0,0020157	0,0015854
dest	0,00053	0,0007504	Rn	-0,0024662	-0,0026095
dmun	0,0018835	0,0022155	Ba	0,001753	0,0014046
renddomcipc	-2,65e-06		Pe	0,0017689	0,0014883
idadef	0,0061384	0,0059467	Al	N.S.	-0,0006282
dbf	-0,0004294	-0,0002126	Se	-0,0044434	-0,0045011
dhf	0,0131537	0,0130529			

FONTE: IBGE – PNAD 2004. Elaboração própria.

5.3.3 Regressão para a Paraíba

Os valores encontrados dos parâmetros nos dois tipos de estimação, uma omitindo os anos de estudo da pessoa de referência, e a segunda, em que se exclui a renda domiciliar *per capita*, foram bastante similares entre si, nos modelos construídos para o Brasil, Nordeste e Paraíba. Contudo, vale ressaltar que, na estimação 1, da variável renda *per capita* do domicílio apresentou significância apenas a 10%.

Na estimação 2, os coeficientes das variáveis nascido na UF (dest) para a pessoa de referência e anos de estudo para filho (anosdeestudof) foram não significantes. Isto implica afirmar que a ocorrência de trabalho infantil não pode ser explicada pelo fato dos pais residirem ou não no estado de origem, ou, então, pelos anos de estudo para as crianças e adolescentes. Na estimação 1, a variável dest apresentara significância nos parâmetros apenas a 5%.

TABELA 26 - ESTIMAÇÃO PROBIT DAS VARIÁVEIS INDICADORAS DE TRABALHO INFANTIL PARA O ESTADO DA PARAÍBA – 2004

Variáveis	Estimação 1		Estimação 2	
	Coefficiente	P> t 	Coefficiente	P> t
idade	-0,0056259 (0,0002756)	0,00	-0,0059321 0,000277	0,00
idtrab	-0,0630805 (0,0009534)	0,00	-0,0575627 0,0009706	0,00
db	0,0422676 (0,0059756)	0,00	0,049921 0,0059764	0,00
dh	-0,1572887 (0,0076353)	0,00	-0,1701352 0,0076652	0,00
anosdeestudo			-0,0268763 0,0007877	0,00
docup	-0,4984531 (0,0111636)	0,00	-0,5172622 0,010886	0,00
dsi	0,3905334 (0,0063548)	0,00	0,3710217 0,0063537	0,00
dagri	0,1485306 (0,0064866)	0,00	0,1310109 0,0064886	0,00
dserv	0,3553018 (0,0069445)	0,00	0,3684861 0,0069726	0,00
durb	-0,6784435 (0,0060929)	0,00	-0,6601942 0,0060808	0,00
dest	0,0343998 (0,0127978)	0,007	-0,001856 0,0125658	N.S
dmun	0,2189494 (0,0133307)	0,00	0,1848403 0,0130422	0,00
renddomcipcap	-0,0000323 (0,0000132)	0,015		
idadef	0,2077286 (0,000942)	0,00	0,2022995 0,0009369	0,00
dbf	0,0598601 (0,0060759)	0,00	0,0748239 0,0060786	0,00
dhf	0,7451367 (0,0053252)	0,00	0,7571028 0,0053373	0,00
anosdeestudof	-0,010924 (0,0013603)	0,00	0,000857 0,0013749	N.S.
destf	-0,1384833 (0,0122097)	0,00	-0,1586482 0,0123004	0,00
dmunf	-0,0841975 (0,0102132)	0,00	-0,0990322 0,010196	0,00
dfrescf	-0,2526897 (0,0072889)	0,00	-0,2303723 0,007263	0,00
totalmora	0,0906846 (0,0010804)	0,00	0,0883221 0,0010898	0,00
pt	-0,1556036 (0,0057856)	0,00	-0,1819622 0,005709	0,00
dpeti	-0,1482594 (0,011416)	0,00	-0,1790276 0,0115135	0,00
Constante	-2,709552 (0,0244091)	0,00	-2,560084 0,0240526	0,00

FONTE: IBGE – PNAD 2004. Elaboração própria.

Outra particularidade presente nas estimações para a Paraíba foi com relação ao resultado para as políticas de transferência renda: tanto a participação no PETI, quanto nos outros programas reduzem a probabilidade de ocorrer trabalho infantil. Conforme a tabela 27, participar no PETI diminui em 0,7% (estimção 1) e 0,8% (estimção 2) a possibilidade de ocorrência do fenômeno. Já a inclusão em outros programas de transferência de renda (pt) a redução foi de 0,9% e 1%, nas estimções 1 e 2 respectivamente.

Como verificado nacional e regionalmente, na Paraíba o fato de estarem ocupados colabora para que os filhos não trabalhem. A probabilidade de ocorrência do trabalho infantil aumenta com o tamanho da família e se o responsável estiver inserido no setor informal.

Quanto às características do filho, a idade, ser do gênero masculino e não-branco influenciam positivamente para a entrada no trabalho. Já a frequência escolar e a localização do domicílio em áreas urbanas reduzem essa possibilidade.

TABELA 27 - EFEITO MARGINAL DAS VARIÁVEIS INDICADORAS DE TRABALHO INFANTIL PARA A PARAÍBA – 2004

Variáveis	Estimção 1	Estimção 2	Variáveis	Estimção 1	Estimção 2
	Coeficiente	Coeficiente		Coeficiente	Coeficiente
Idade	-0,0003298	-0,0003401	renddomcipc	-1,89e-06**	
idtrab	-0,0036978	-0,0033	idadef	0,012177	0,0115974
db	0,0025132	0,0029107	dbf	0,0035668	0,004379
dh	-0,0104178	-0,0111403	dhf	0,0461194	0,0459547
anosdeestudo		-,0015408	anosdeestudof	-0,0006404	N,S,
docup	-0,0441248	-0,00455976	destf	-0,0072513	-0,0079873
dsi	0,0209996	0,0195717	dmunf	-0,005234	-0,006086
dagri	0,0091875	0,0078757	dfrescf	-0,0168525	-0,0148614
dserv	0,0244208	0,024952	totalmora	0,0053159	0,0050633
durb	-0,0539079	-0,0509702	pt	-0,0094735	-0,0109126
dest	0,0020474	N.S.	dpeti	-0,0076207	-0,0087516
dmun	0,0121515	0,0101085			

FONTE: IBGE – PNAD 2004. Elaboração própria.

* significativo a 1%

** significativo a 5%

Nas estimções realizadas para o Brasil e o Nordeste os resultados indicaram que apenas o PETI foi capaz de reduzir a incidência de trabalho infantil. Pois a participação nos outros programas contribuiu positivamente para a inserção das crianças no trabalho. A explicação para este resultado na literatura é que o combate ao trabalho infantil não é uma das metas do programas de transferência, e como as famílias beneficiadas possuem, em geral, rendas extremamente baixas, necessitam dos

rendimentos provenientes do trabalho dos filhos para a sobrevivência deles e de seus familiares.

Porém, para o estado da Paraíba os resultados mostraram que tanto a participação do PETI, como nos demais programas sociais, incluindo o Bolsa-família, diminuem a possibilidade de ocorrência do fenômeno.

Os resultados mostram que o PETI, mesmo com menor cobertura de beneficiários, consegue atingir um de seus objetivos fundamentais – retirar crianças da situação de trabalho, no território nacional, incluindo o estado da Paraíba.

Em razão da diferença de resultado quanto à participação em programas de transferência de renda entre os modelos, seriam necessárias análises adicionais para descobrir porque tais programas são capazes de reduzir a incidência de trabalho infantil na Paraíba.

VI - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS DO PETI

O presente capítulo objetiva apresentar o perfil socioeconômico das crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no município de João Pessoa, levando em consideração características domiciliares e familiares desses indivíduos. Todos os dados utilizados neste capítulo são resultado de tabulações feitas a partir das informações do Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e da pesquisa de campo.

Para fazer o perfil socioeconômico, serão utilizados dados relativos às atividades produtivas, realizadas pelas crianças antes da inserção no PETI, à faixa etária, ao gênero e cor/raça predominantes, ao local de nascimento, à situação escolar e à participação nas atividades do serviço socioeducativo do PETI.

Na seqüência, será feita uma breve descrição dos domicílios onde residem essas crianças e adolescentes, bem como o levantamento de características familiares tais como a composição e o rendimento familiar, o nível de escolaridade e a condição de trabalho dos pais ou responsáveis.

O objetivo da construção desse perfil é verificar a ocorrência ou não de erros de focalização na política social, o que implica saber se o público-alvo do PETI – indivíduos entre sete e 15 anos em situação de trabalho e provenientes de famílias de baixa renda –, estão ou não devidamente inseridos.

Também através do perfil será possível averiguar se o Programa em questão consegue preencher o tempo disponível dos beneficiários nas atividades sócio-educativas no contraturno escolar, afastando os jovens da inserção precoce do trabalho e, ao mesmo tempo, colaborando para o desenvolvimento escolar desse grupo de pessoas.

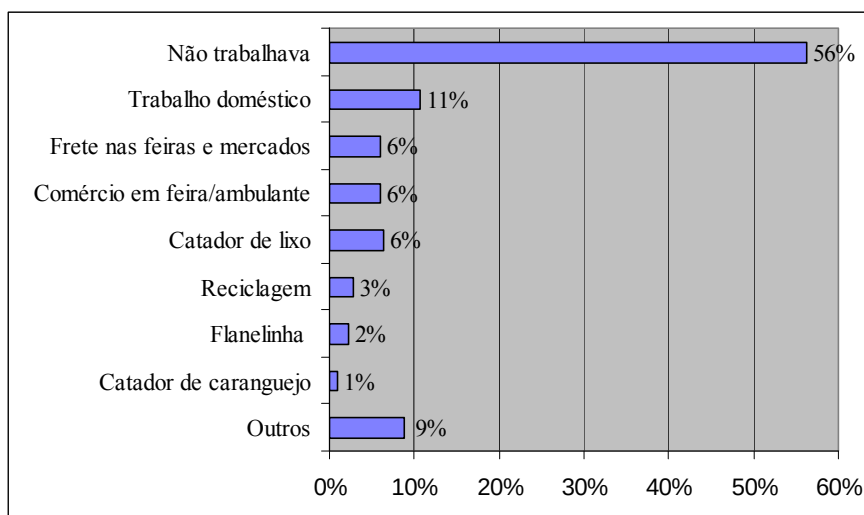
6.1 Atividades produtivas

A caracterização das atividades produtivas tomou como base o resultado da aplicação do questionário, e diz respeito ao tipo de ocupação, aos locais de trabalho, aos

horários e ao número de horas trabalhadas, à forma de remuneração e com quem as crianças realizavam estas atividades.

A primeira pergunta do questionário é sobre o tipo de trabalho exercido pelas crianças antes do ingresso no PETI. Os dados revelaram um fato muito intrigante: 56% dos entrevistados responderam que não realizavam nenhum trabalho antes de entrar no Programa.

GRÁFICO 4 – JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DO TIPO DE TRABALHO REALIZADO PELAS CRIANÇAS – 2009



FONTE: Pesquisa de campo.

Uma possível explicação para esta resposta pode ser a “vergonha” em dizer o tipo de trabalho em que estavam inseridos, por se tratar de atividade em demasiado degradante e/ou discriminada pelas pessoas em geral, tais como o trabalho em lixões, a coleta de lixo nas ruas ou a mendicância.

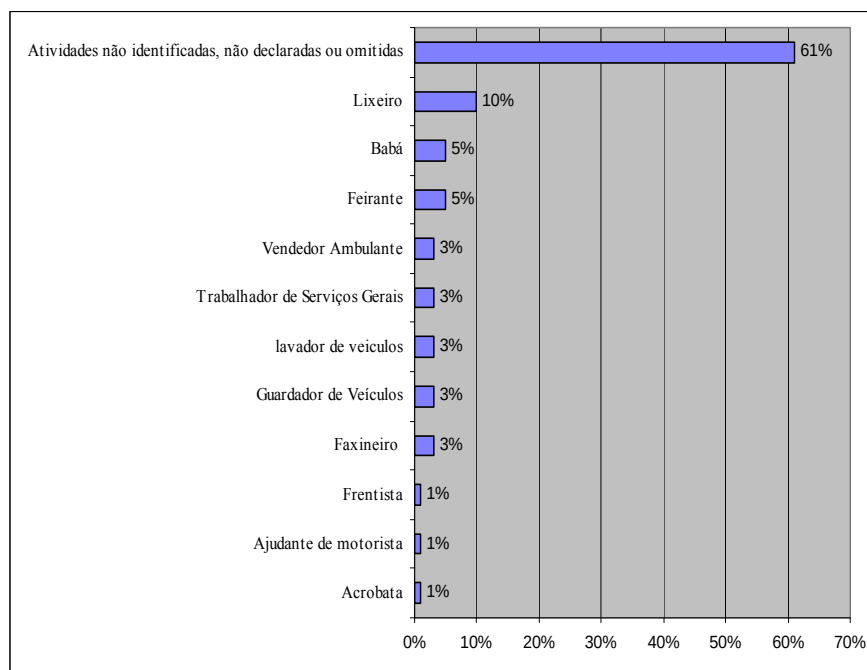
Outra hipótese, mais plausível, seria a possibilidade de haver outros motivos para adentrar no PETI, como a inclusão de caráter preventivo, pois, em conversas informais com os entrevistados, e com funcionários dos núcleos, relataram-se casos de crianças participando do Programa porque tinham irmão/irmã em situação de trabalho.

Alguns entrevistados informaram que participaram da “jornada ampliada” porque suas famílias eram cadastradas no Programa Bolsa Família (PBF), e como as mães não tinham com quem deixar os filhos no horário de trabalho, eles eram incluídos nos núcleos de atendimento do PETI. Portanto, haveria a possibilidade das crianças e adolescentes do PBF participarem das atividades socioeducativas do PETI, sem necessariamente estarem em situação de trabalho.

No intuito de tentar esclarecer o fato, foram verificadas as respostas preenchidas no campo da ficha do CadÚnico sobre o trabalho realizado pelas crianças (o campo 270). Adicionalmente, foi analisado o item do questionário que interrogava acerca da participação em outros programas sociais.

O resultado encontrado no campo 270 foi que, similar ao verificado na pesquisa direta, em 61% dos cadastros não foi declarada ou não identificada ou omitida a forma de trabalho feita pela criança ou adolescente.

GRÁFICO 5 - JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELAS CRIANÇAS – 2008



FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008)

Quando era informado o trabalho dos jovens, as ocupações encontradas tanto no CadÚnico quanto na pesquisa direta eram similares, em geral, relacionadas ao trabalho informal urbano - feirante, guardador ou lavador de veículos, lixeiro e trabalhador de serviços gerais -, ou de trabalho doméstico, como babá ou faxineira(o), atividades que geralmente as crianças das áreas urbanas se inserem.

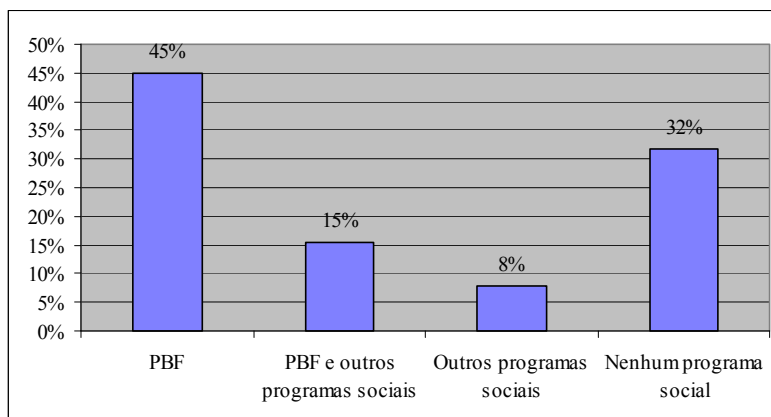
Não foram relatadas em nenhum dos dois bancos de dados atividades ligadas à agricultura e pecuária, nem relacionadas à exploração sexual ou ao narcotráfico.

Quanto à inserção em outros programas sociais, foi verificado na pesquisa direta que 60% da amostra estava cadastrada no PBF (ver gráfico 6). Deste percentual, 15%

citaram a participação também em outros projetos sociais ou de educação de responsabilidade do Estado ou do município³⁰.

De acordo com a integração PETI-PBF, as famílias cadastradas no Bolsa Família com filhos em situação de trabalho devem retirá-los da atividade e inseri-los no serviço socioeducativo do PETI.

GRÁFICO 6 – JOÃO PESSOA: PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PETI EM OUTROS PROGRAMAS SOCIAIS – 2009



FONTE: Pesquisa de campo.

Das crianças que afirmavam receber benefício pelo PBF, buscou-se a modalidade de trabalho que estavam ocupados, e 63% informaram nunca ter trabalhado. Tal informação permite inferir que beneficiários do Bolsa Família estão sendo incluídos nas atividades socioeducativas do PETI, sem terem sido trabalhadores.

Daqueles que afirmavam ter trabalhado antes de participar do PETI, quanto ao local de trabalho, 46% realizavam a atividade no próprio bairro, 16%, procuravam as feiras livres e 17% utilizavam outros lugares.

Quando interrogados se recebiam remuneração pelo trabalho, 76% disseram que sim. Destes, 97% afirmaram que a principal forma de remuneração era em dinheiro. E 87% davam o rendimento conseguido para os pais.

³⁰ Entre os programas sociais mais citados foram o programa Pão e Leite, do governo estadual da Paraíba, os projetos ligados a educação e esporte “Se Liga” e “Acelera” (Secretaria Municipal de Educação/ Instituto Ayrton Senna), que atuam com estudantes que apresentam alguma forma de defasagem escolar série e idade, e o projeto “Segundo tempo”, o qual insere os estudantes das escolas públicas municipais em atividades esportivas, como futebol e vôlei, durante o contraturno escolar.

TABELA 28 – JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR LOCAL DE TRABALHO – 2009

LOCAIS	FREQÜÊNCIAS ABSOLUTAS	(%)
Centro de João Pessoa	3	3
Praias	3	3
Mercado central	1	1
Mercados públicos	5	5
Feiras livres	11	12
Bayeux	1	1
Cabedelo	1	1
No bairro	36	38
Outros	12	13
Outro município	1	1
Em casa	17	18
Casa de outros	4	4
Total	95	100

FONTE: Pesquisa de campo.

De acordo com a tabela 29, 41% das crianças e adolescentes realizavam as atividades sozinhos, enquanto que 27% trabalhavam junto com parentes, como irmãos, tios e primos, e 18% trabalhavam com os pais.

TABELA 29 – JOÃO PESSOA: ATIVIDADES ERAM REALIZADAS COM QUEM - 2009

COM QUEM TRABALHAVA	FREQÜÊNCIAS ABSOLUTAS	%
Sozinho	36	41
Pais	16	18
Parentes	24	27
Vizinhos	3	3
Pessoas fora da família	4	5
Outros	5	6
Total	88	100

FONTE: Pesquisa de campo.

Os dados acima comprovam que o trabalho infantil é, muitas vezes, uma estratégia de sobrevivência utilizada pelas famílias, ora, para garantir uma forma de renda que complemente o seu orçamento mensal; ora, para auxiliar os pais nas atividades empreendidas, pois boa parte dos trabalhos é feito juntamente com os responsáveis ou com parentes próximos das crianças.

Com relação aos horários e ao número de horas voltadas para o trabalho, 55% da amostra se ocupava entre 1h a 4h por dia, preferencialmente pela manhã (73%). Nestes casos, os jovens conseguiam dividir seu tempo entre trabalho e estudo, ocupando-se com a atividade em determinado turno do dia e freqüentando a escola em outro.

Nos outros 30% encontrados, a carga horária diária chegava até 8h, e, em 15%, o trabalho absorvia todo o tempo útil.

TABELA 30 – JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DOS HORÁRIOS E DO NÚMERO DE HORAS VOLTADAS PARA O TRABALHO - 2009

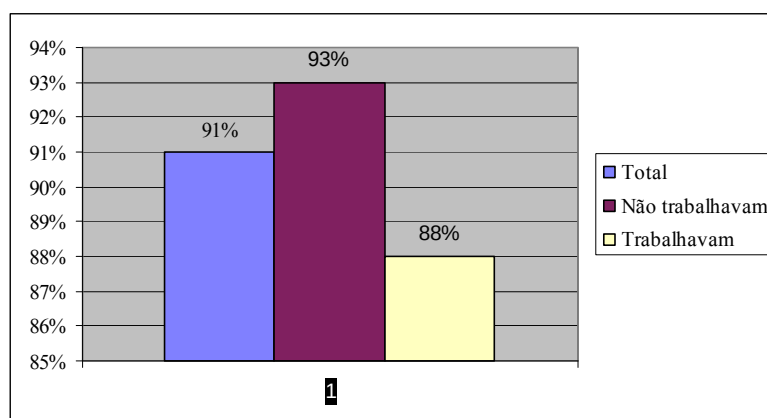
HORAS	TOTAL (%)	TURNOS (%)					
		TOTAL	Manhã	Tarde	Manhã e tarde	Noite	Madrugada
1 – 4	55	100	73	23	2	0	2
5 – 8	30	100	19	27	50	0	4
9 – 12	15	100	-	-	100	0	0
TOTAL	100	-	-	-	-	-	-

FONTE: Pesquisa de campo.

Foi interrogado se as crianças e adolescentes freqüentavam a escola antes de ingressar ao PETI. A freqüência escolar para a amostra total foi elevada, 91 pontos percentuais. A diferença na assiduidade escolar entre os indivíduos que não trabalhavam e os que informaram ter trabalhado, de apenas cinco pontos percentuais, mostra que o trabalho de crianças e adolescentes, em muitas situações, pode ser compatível com a freqüência escolar.

Não foi possível captar nas entrevistas o grau de participação às aulas, pois nem sempre a presença está associada à interação com as atividades propostas pela escola.

GRÁFICO 7 - JOÃO PESSOA: FREQUÊNCIA À ESCOLA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ANTES DE INGRESSAR AO PETI - 2009



FONTE: Pesquisa de campo.

6.2 Características de gênero e de cor/raça

Na amostra investigada, há uma ligeira supremacia de homens (52%), seguida pela participação (48%) de mulheres.

Com relação à variável cor ou raça, 69% se consideravam pardos. Os anunciados como brancos possuem percentagem superior aos negros, como se vê na tabela 31. A explicação pode estar relacionada ao grau elevado de miscigenação da população nordestina, especialmente na Zona da Mata Paraibana³¹.

TABELA 31 – JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS POR COR/RAÇA - 2009

COR/RAÇA	FREQUÊNCIA (%)
Branca	19
Negra	11
Parda	69
Amarela	1

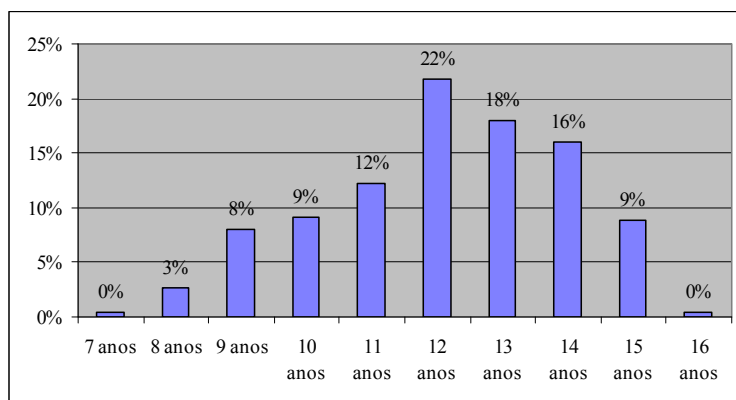
FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008)

6.3. Local de nascimento e faixa etária

A grande maioria (97%) dos indivíduos da amostra nasceu na Paraíba. Destes, 87% foram registrados na capital, João Pessoa. É pequena a incidência de crianças nascidas em outros estados ou em outros municípios paraibanos.

De acordo com informações contidas no CadÚnico, a média de idade das crianças e adolescentes da amostra é de 12,1 anos de idade. O gráfico 6 apresenta a distribuição dos beneficiários por idade.

GRÁFICO 8 - JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR IDADE - 2008



FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

³¹ Vaz (2005) explica que a história da sociedade brasileira revela o caráter diferenciador que o trabalho assume a partir da origem étnico-racial do indivíduo, principalmente no Nordeste. Dessa maneira, foram destinadas aos afrodescendentes na sociedade atual, as categorias de trabalho semelhante a dos seus ancestrais: trabalho duro, de caráter, na maioria das vezes, explorador.

A idade modal é a de 12 anos (22%), seguida por 13 e 14 anos, 18% e 16%, respectivamente. Não foi encontrado nenhum indivíduo fora da idade permitida pelo Programa.

A tabela 32 apresenta a distribuição de beneficiários por tempo de permanência, no PETI, a partir da informação presente no campo do CadÚnico referente à data de ingresso no programa.

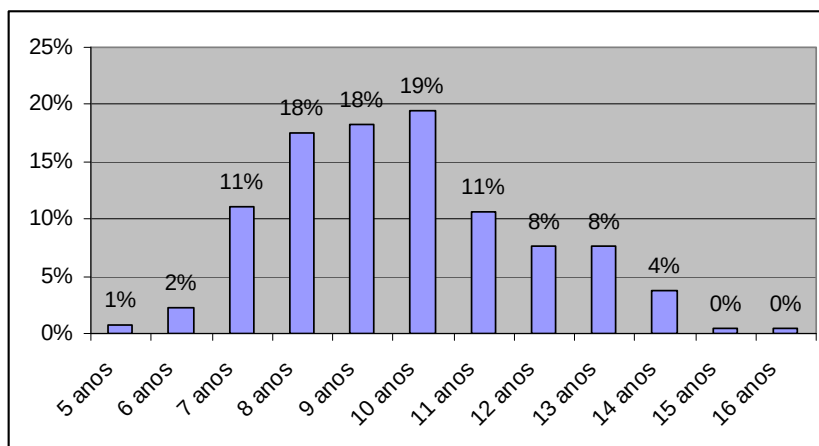
TABELA 32 – JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS POR ANO DE ENTRADA NO PETI – 2008

ANO	%
2008	25
2007	12
2006	7
2005	21
2004	25
2003	2
2002	4
2001	1
2000	2

FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

A amostra é formada por 25% de crianças e adolescentes que iniciaram as atividades no PETI em 2008, outros 25% e 21%, adentraram no Programa nos anos de 2004 e 2005, respectivamente. Foi pequena a percentagem de beneficiários acima dos quatro anos de permanência, mesmo assim, foi possível encontrar na amostra jovens com cinco a seis anos de participação. O tempo médio de participação encontrado foi de 2,5 anos, período inferior ao período máximo de permanência, de quatro anos.

GRÁFICO 9 - JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PELA IDADE AO INGRESSAR NO PETI -2008



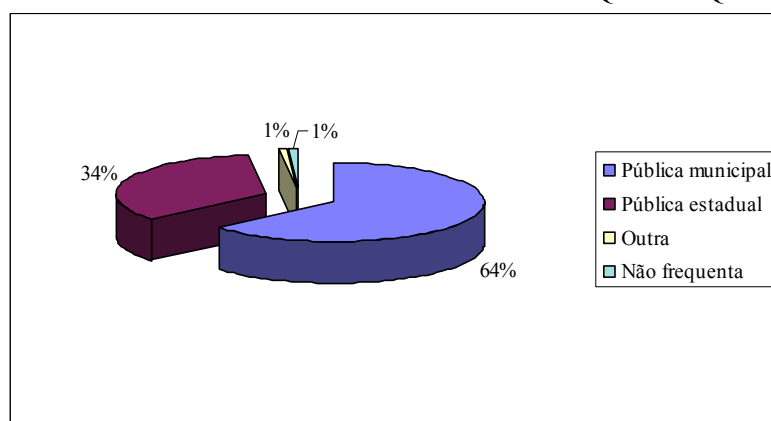
FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

As informações relativas à idade ao ingressar no Programa indicam grande concentração de beneficiários na faixa etária entre 8 e 10 anos, pequena incidência de indivíduos acima dos 14 anos de idade.

6.4. Situação escolar e atividades realizadas pelo serviço socioeducativo (ASEC)

Da amostra observada, praticamente a totalidade estuda em escolas públicas, sendo que 64% freqüentam escolas municipais e 34% as estaduais. A distribuição deu-se desta maneira porque o governo municipal é o principal responsável por manter o programa de ensino fundamental (Constituição Federal, art. 30, VI).

GRÁFICO 10 - JOÃO PESSOA: TIPO DE ESCOLA QUE FREQUENTA - 2008



FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008)

No questionário foi interrogado sobre a série cursada ao ingressar no PETI e a série cursada em 2008. As respostas foram dadas conforme a reforma do ensino fundamental, que, agora, tem nove anos de duração. Logo, a resposta referente ao 1º ano do ensino fundamental é, na verdade, a antiga alfabetização; e a 8ª série se tornou o 9º ano. O resultado mostrou que os beneficiários, majoritariamente, cursavam as séries iniciais do ensino fundamental quando se cadastraram no PETI. Os maiores percentagens encontram-se no 3º ano, ou, antiga 2ª série (26%), no 4º ano (23%) e no 2º ano (20%).

TABELA 33 - JOÃO PESSOA: SÉRIE CURSADA PELA CRIANÇA AO INGRESSAR NO PETI NO ANO DE INGRESSO -2009

SÉRIE ESCOLAR	%
Pré-escolar	1
1ª ano do ensino fundamental	6
2ª ano do ensino fundamental	20
3ª ano do ensino fundamental	26
4ª ano do ensino fundamental	23
5ª ano do ensino fundamental	13
6ª ano do ensino fundamental	7
7ª ano do ensino fundamental	3
8ª ano do ensino fundamental	0
9ª ano do ensino fundamental	0

FONTE: Pesquisa de campo.

Para compor a distribuição das crianças e adolescentes por série cursada em 2008, foi retirada da amostra os beneficiários com menos de um ano de participação no Programa. De acordo com a tabela 34, 25% da amostra cursavam o 5º ano do ensino fundamental, e 20% o 6º ano.

TABELA 34 - JOÃO PESSOA: SÉRIE CURSADA EM 2008 PELA CRIANÇA - 2009

SÉRIE ESCOLAR	%
Pré-escolar	0
1ª ano do ensino fundamental	1
2ª ano do ensino fundamental	9
3ª ano do ensino fundamental	11
4ª ano do ensino fundamental	15
5ª ano do ensino fundamental	25
6ª ano do ensino fundamental	20
7ª ano do ensino fundamental	11
8ª ano do ensino fundamental	5
9ª ano do ensino fundamental	1
1ª série do ensino médio	1

FONTE: Pesquisa de campo.

Para uma análise mais detalhada sobre desenvolvimento escolar das crianças, foi observado três indicadores educacionais importantes: a defasagem idade-série, a repetência e a evasão escolar.

Da amostra coletada, 62% apresentaram alguma defasagem entre idade e série ao entrar no Programa. Em média, os entrevistados apresentavam 1,1 ano de atraso, ou seja, uma criança que aos sete anos deveria cursar o 2º ano (antiga 1ª série), está ainda se alfabetizando. A defasagem encontrada entre os indivíduos que informaram ter

trabalhado para os que não trabalhavam, praticamente, foi a mesma, 1,1 e 1,2 respectivamente.

TABELA 35 – JOÃO PESSOA: DEFASSAGEM IDADE/SÉRIE INICIAL E IDADE/SÉRIE FINAL E REPETÊNCIA ESCOLAR, SEGUNDO A IDADE DAS CRIANÇAS – 2009

IDADE	Defasagem idade série Inicial*	Defasagem idade série Final**	Repetência Escolar (%)
7 anos	0,2	-	0
8 anos	0,6	-	0
9 anos	0,8	0	1,2
10 anos	1,3	1,0	5,9
11 anos	1,6	1,2	12,9
12 anos	2,1	1,3	23,5
13 anos	3,3	2,1	21,2
14 anos	2,5	2,6	22,4
15 anos	-	1,8	11,8

FONTE: Pesquisa de campo, João Pessoa, 2009.

NOTA: *A defasagem foi calculada supondo que o estudante aos sete anos deveria cursar o 2º ano do ensino fundamental (antiga primeira série). Assim, a criança com sete anos que estiver no 1º ano terá uma defasagem de um ano. A defasagem inicial refere-se ao atraso escolar do estudante ao ingressar no PETI.

**Refere-se a defasagem idade série no ano de 2008, foram retirados da amostra os beneficiários que entraram no Programa em 2008.

A incidência de defasagem entre série e idade aumentou após a entrada da criança no PETI, pois ao final do ano letivo de 2008, 79% da amostra apresentava atraso escolar. Além disso, ao desagregar por idade, observou-se que o atraso tende a aumentar nas faixas etárias superiores, entre os 13 e 14 anos de idade, quando completam um ano ou mais de participação nas ações propostas pelo Programa.

A defasagem escolar final foi ligeiramente superior entre os que trabalham, 1,8, do que aqueles que nunca trabalham, 1,5.

Foi interrogado aos entrevistados se foram reprovados na escola depois de entrar no PETI, e quais as causas para a reprovação. Mais uma vez, retirou-se da amostra os beneficiários com menos de um ano de participação. A distribuição ficou meio a meio: 49% informaram que haviam reprovado após entrada no PETI, e 51% disseram nunca ter reprovado.

Dentre as questões levantadas para a ocorrência de reprovação foram a dificuldade de aprender, a falta de interesse pela escola ou porque preferiam brincar. Semelhante ao que ocorreu no indicador atraso escolar, os maiores percentuais de repetência ocorrem nas faixas etárias entre 12 e 14 anos de idade.

TABELA 36 - JOÃO PESSOA: CAUSAS DE REPROVAÇÃO - 2009

CAUSAS DA REPROVAÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	%
Dificuldade de aprendizagem	27	31
Não gosta da escola	4	5
Ajuda afazeres domésticos	4	5
Cuidava dos irmãos	1	1
Trabalha ou procura trabalho	3	3
Falta de material escolar	1	1
Prefere brincar	11	13
Não gosta de estudar	9	10
Outros	28	32
Total	88	100

FONTE: Pesquisa de campo.

Além do atraso e da reprovação escolares, outra característica bastante generalizada da educação pública, independente da ocorrência de trabalho infantil, é a evasão da escola. Interrogou-se se as crianças e adolescentes já haviam deixado de participar das aulas ou, então, saído do PETI. Apenas 2% disseram que abandonaram a escola, enquanto 16% afirmaram já ter saído do PETI. O excesso de faltas foi a principal explicação tanto para a evasão da escola quanto do Programa.

Estes resultados indicam que a evasão escolar ou do PETI podem estar sendo evitados devido à supervisão da Coordenação municipal, a qual acompanha a frequência dos beneficiários às aulas e às atividades socioeducativas, seja através do gerenciamento do SisPeti, seja pelo acompanhamento pela equipe de técnicos do Programa. O desrespeito à frequência mínima causa a suspensão da bolsa, logo, o beneficiário só voltará a recebê-la novamente com o retorno regular à escola e ao núcleo de atendimento do PETI.

A Portaria 458/2001 explica que as atividades do serviço socioeducativo devem ser realizadas de segunda a sexta, e com carga horária diária de quatro horas. Veja abaixo o que a amostra informou acerca da frequência aos núcleos e das horas que passavam diariamente nesses espaços.

TABELA 37 – JOÃO PESSOA: FREQUÊNCIA SEMANAL DAS CRIANÇAS AOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO – 2009

DIAS POR SEMANA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	%
Cinco dias	188	87
Quatro dias	6	3
Três dias	15	7
Dois dias	6	3
Total	215	100

FONTE: Pesquisa de campo.

Os entrevistados relataram que 87% freqüentavam os núcleos de atendimento de segunda a sexta. Percentual de 10 pontos respondeu que só comparecia ao núcleo quatro ou três vezes durante a semana. A justificativa dos entrevistados foi que os outros dias eram preenchidos com atividades escolares, como a educação física.

TABELA 38 – JOÃO PESSOA: CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELAS CRIANÇAS NOS NÚCLEOS - 2009

HORAS/DIA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	%
Duas	34	16
Três	135	63
Quatro	41	19
Acima de quatro	5	2
Total	215	100

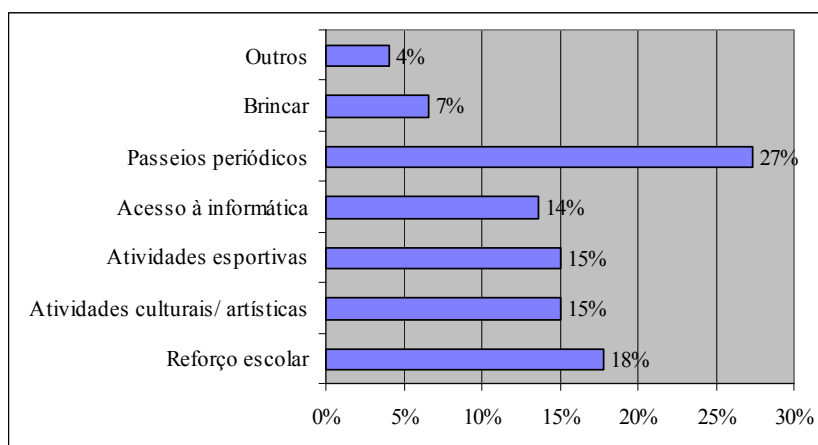
FONTE: Pesquisa de campo.

Atividades socioeducativas com duração de quatro horas, tal como fora estabelecido pela Portaria, foram indicadas em 19% da amostra. Nas demais respostas, informou-se duração de três horas (63%) ou de duas horas (16%) das atividades nos núcleos de atendimento, nos horários de 7 às 10h ou 8 às 11h da manhã, ou, durante a tarde, no período de 13 às 17h ou 14 às 18h.

A duração média de três horas diárias ou menos do serviço socioeducativo levanta o questionamento de descumprimento das normas do Programa, exigindo-se uma análise mais aprofundada.

Dentre as atividades socioeducativas mais citadas pelos entrevistados, estavam os passeios (27%), realizados durante as férias ou em datas comemorativas, e o reforço escolar (18%), também foram bastante citadas atividades artísticas e culturais, como oficinas de desenho, de percussão e de dança, e a prática de esportes, como futebol e vôlei.

GRÁFICO 11 – JOÃO PESSOA: ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS REALIZADAS PELAS CRIANÇAS NOS NÚCLEOS DO PETI – 2009



FONTE: Pesquisa de campo.

Foi interrogado às crianças em que aspecto o PETI tem colaborado para a melhoria de suas vidas. As duas respostas mais citadas foram o desenvolvimento escolar (39%) e a melhoria da condição financeira da família (30%). As respostas menos citadas foram relacionadas ao trabalho, pois 10% informaram que a entrada no Programa contribuiu para o fim do trabalho, e 3% para a redução das horas de trabalho.

TABELA 39 – JOÃO PESSOA: OPINIÃO DOS BENEFICIÁRIOS QUANTO À CONTRIBUIÇÃO DO PETI PARA A MELHORIA DE VIDA - 2009

CONTRIBUIÇÃO DO PETI	(%)
Melhoria na escola	39
Melhoria da condição financeira da família	30
Fim do trabalho	10
Diminuição das horas de trabalho	3
Outros	13
Não sabe	6

FONTE: Pesquisa de campo.

As crianças e adolescentes, portanto, sabem da importância da renda advinda com a bolsa para a sua família e, com isso, freqüentam a escola e participam das atividades do Programa, mesmo que, em muitos casos, não consigam obter um desenvolvimento escolar satisfatório. Os indicadores educacionais presentes na amostra mostraram que metade dos beneficiários havia sido reprovada, uma ou mais vezes, após inclusão no Programa, fato que colaborou diretamente para o aumento do atraso escolar nas idades mais avançadas, dos 12 anos de idade em diante.

6.5 Descrição dos domicílios

Segue abaixo a descrição geral dos domicílios onde residem os beneficiários do programa. Os dados foram coletados no CadÚnico, a classificação utilizada para as variáveis é a mesma presente nas pesquisas do IBGE.

Ao verificar o tipo de localidade, todos os domicílios encontram-se em áreas classificadas como urbanas. Do conjunto de domicílios da amostra, 70% é composta por residências próprias, contudo, 26% dos lares são alugados ou cedidos (ver tabela 40).

Com relação ao tipo, há predominância de casas, seguida pela presença do cômodo, os quais foram invadidos (40%) ou alugados (26%). A incidência desta forma de residência indica a precariedade das moradias da amostra, já que o cômodo é uma forma de domicílio localizado em um ou mais espaços de uma casa de cômodos, cortiço, cabeça-de-porco, etc. (DINIZ, 2005).

TABELA 40 – JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR SITUAÇÃO SEGUNDO O TIPO DE RESIDÊNCIA – 2008

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TOTAL (%)	TOTAL (%)	TIPO DE RESIDÊNCIA (%)			
			CASA	APARTAMENTO	CÔMODOS	OUTRO
Próprio	70	100	82	7	10	1
Alugado	15	100	71	3	26	-
Cedido	11	100	72	7	21	-
Invasão	2	100	60	-	40	-
Financiado	1	100	100	-	-	-
Outra	1	100	100	-	-	-
TOTAL	100	-	-	-	-	-

FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

Com relação às características da construção, verifica-se que a maior parte dos domicílios (95%) é constituída por tijolo/alvenaria. O número apresentado de cômodos de cada residência, em média, é de 3,8 e a moda estatística é de 4 cômodos.

Ao analisar os serviços de energia elétrica e de água/esgoto, o principal problema enfrentado por esses moradores é a falta de serviço de esgotamento sanitário. Em apenas 39% dos domicílios há esgotamento sanitário ligado à rede pública. Nos demais lares, é realizado por fossa rudimentar, por fossa asséptica, em valas ou a céu aberto. A falta de instalações sanitárias pode originar a proliferação e contaminação de doenças, como amebíase, febre, dengue, verminose, diarreia, coceiras e manchas na pele, doenças estas, relacionadas à veiculação hídrica (OPAS, 2001).

TABELA 41 – JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR ESGOTAMENTO SANITÁRIO – 2008

ESGOTAMENTO SANITÁRIO	FREQÜÊNCIA (%)
Rede pública	39
Fossa rudimentar	22
Fossa asséptica	23
Vala	2
Céu aberto	13
Outro	2

FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

A maioria dos domicílios é abastecida pela rede pública de água (95%). A iluminação é distribuída por medidor ou relógio próprio em 82% dos lares, os demais contabilizam a luz por relógio comunitário (7%) ou não possuem relógio (11%) – o que pode indicar a presença de formas improvisadas ou precárias de captação de luz elétrica, como por exemplo, através da realização de “gatos” em cabos de distribuição elétrica.

TABELA 42 – JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO - 2008

ILUMINAÇÃO	FREQÜÊNCIA (%)
Relógio próprio	82
Sem relógio	11
Relógio comunitário	7
Outros	2

FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

Em média, o tempo de moradia dessas famílias é de 7,7 anos. Entretanto, a moda encontrada é de apenas um ano de moradia, evidenciando um elevado grau de mobilidade espacial dessa população.

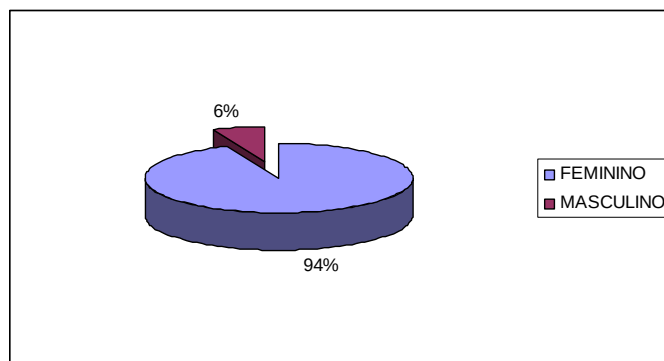
Nos domicílios residem, em média, 4,5 pessoas, as quais vivem da renda da família. Em cada lar, praticamente, há dois filhos participantes do PETI, pois a média foi de 1,96, e a moda, 2.

Em linhas gerais, observa-se que a grande maioria vive em residências simples, em média, até quatro cômodos, e recebem serviço de luz e água. Adicionalmente, observou-se uma parcela de domicílios que vivem em imóveis não próprios (alugados ou cedidos), em situação precária, como é o caso da habitação tipo cômodo, e utilizam formas improvisadas de serviço de energia elétrica e de esgotamento sanitário.

6.6 Características dos pais ou responsáveis

Uma vez realizada a descrição geral dos domicílios, passa-se ao perfil dos responsáveis pelos beneficiários. Em primeiro lugar, constatou-se que quase a totalidade dos responsáveis é do sexo feminino. Isto se deve porque geralmente são as mães ou avós as titulares para o recebimento das transferências de programas sociais.

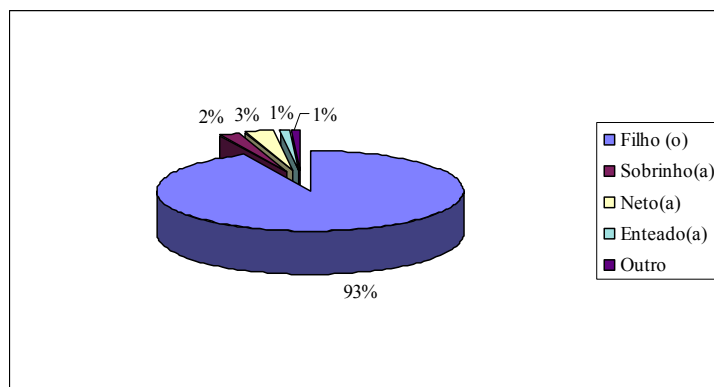
GRÁFICO 12 – JOÃO PESSOA: SEXO OU GÊNERO DO RESPONSÁVEL - 2008



FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

Em 93% da amostra, o parentesco do beneficiário do PETI com o responsável legal da família é de filho. Nos demais casos, são sobrinhos ou netos, pelos quais o chefe da casa se responsabiliza.

GRÁFICO 13 – JOÃO PESSOA: PARENTESCO DO BENEFICIÁRIO COM O RESPONSÁVEL LEGAL - 2008



FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

Do conjunto de responsáveis 68% são solteiros, 23% casados, 4% divorciados ou viúvos. A identificação do estado civil pode sofrer distorções, pois as pessoas podem identificar o estado civil registrado no documento oficial e não a sua situação real. Por exemplo, mulheres em relacionamentos estáveis se identificam como solteiras.

TABELA 43 – JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SEGUNDO O ESTADO CIVIL – 2008

ESTADO CIVIL	(%)
Solteira (o)	68
Casada (o)	23
Divorciada (o)	2
Desaparecida (o)	6
Viúva (o)	2

FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

Há uma variável na ficha do CadÚnico interrogando se a criança/adolescente vive com o pai. O resultado indica a estrutura monoparental das famílias, já que, 61% das crianças não viviam com o pai, enquanto que, 39% conviviam com o pai ou companheiro da mãe. Portanto, o perfil das famílias é monoparental, chefiadas, em sua maioria, por mulheres. Famílias com essa configuração tendem a estar mais vulneráveis à insuficiência de renda e à ocorrência de trabalho infantil, pois não contam com a participação do casal no cuidado dos filhos e nas despesas do lar.

Com relação à cor ou raça, a distribuição é semelhante à verificada com as crianças, pois 66% se consideraram como pardos. Entretanto, o percentual de negros (19%) foi superior ao de brancos (15%).

TABELA 44 – JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SEGUNDO COR/RAÇA – 2008

COR/RAÇA	(%)
Branca	15
Negra	19
Parda	66
Amarela	1
Indígena	0

FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

A média de idade dos responsáveis é 37,6 anos de vida, com a moda de 35 anos. A maioria dos indivíduos da amostra nasceu no estado da Paraíba. Menos de 10% dos responsáveis vieram de outros estados, como o Rio Grande do Norte (3%) e Pernambuco (4%), Rio de Janeiro (1%) e São Paulo (1%).

Cerca de 46% dos responsáveis são originários da capital, João Pessoa, e 43% são provenientes de outros municípios da Paraíba, o que revela a ocorrência do processo de deslocamento destas pessoas, do interior do Estado para a capital, em geral, em busca de trabalho ou de melhores possibilidades de ocupação.

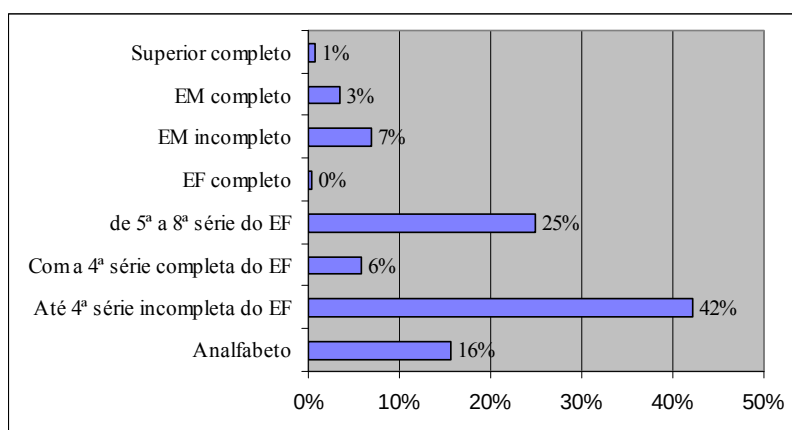
TABELA 45 – JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SEGUNDO O ESTADO DE NASCIMENTO – 2008

ESTADO	(%)
Rio Grande do Norte	3
Paraíba	92
Pernambuco	4
Rio de Janeiro	1
São Paulo	1

FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

Quanto ao nível educacional, a maioria dos responsáveis cursou até o ensino fundamental. Em torno de 42% estudou até a 4ª série incompleta do fundamental, e 25% terminaram os estudos entre a 5ª a 8ª série. É válido informar a considerável percentagem de indivíduos analfabetos presente na amostra, de 16 pontos.

GRÁFICO 14 - JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO – 2008



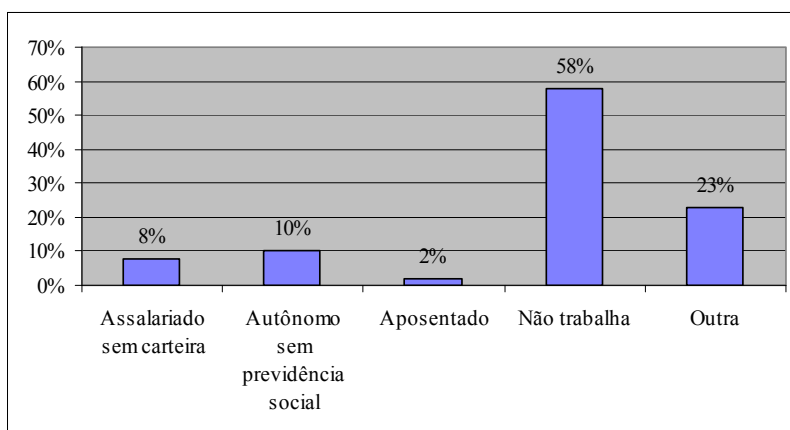
FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

É muito elevado o grau de desemprego da amostra: 58% (ver gráfico 15). Em razão, principalmente, do baixo nível de escolaridade apresentado pelos indivíduos da amostra, a análise dos números sugere que as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, sobretudo a um emprego formal, são bastante reduzidas.

Dos pais que responderam estarem ocupados, 18% são assalariados sem carteira, 23% são autônomos sem previdência social, e 54% encontram-se empregados em outras formas de contratação³². Apenas 4% são aposentados ou pensionistas.

³² O CadÚnico não informou o que eram essas outras formas de contratação.

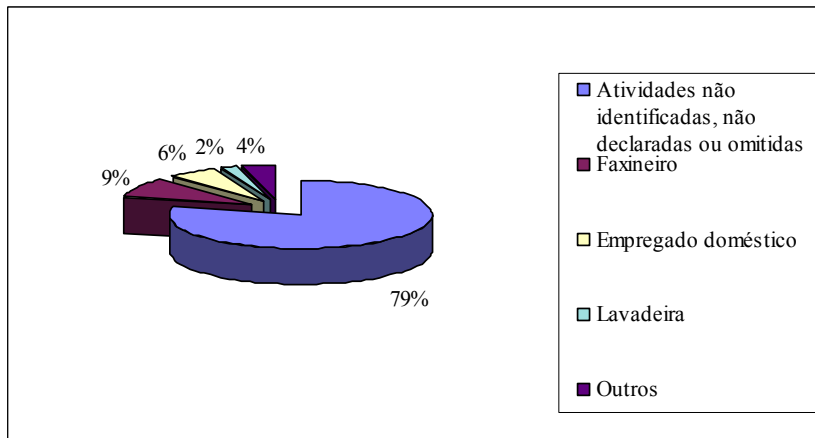
GRÁFICO 15 - JOÃO PESSOA: DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS POR SITUAÇÃO NO TRABALHO



FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

Em praticamente 80% das fichas cadastrais não foram identificadas ou declaradas as atividades realizadas pelos responsáveis, isso pode ocorrer em razão da situação de desemprego ou de subemprego de mais da metade da amostra. Nos demais cadastros, foram informadas ocupações na área de serviços que não necessitam de grau de instrução elevado, como empregado doméstico, lavador de roupas ou faxineiro.

GRÁFICO 16 - JOÃO PESSOA: OCUPAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS



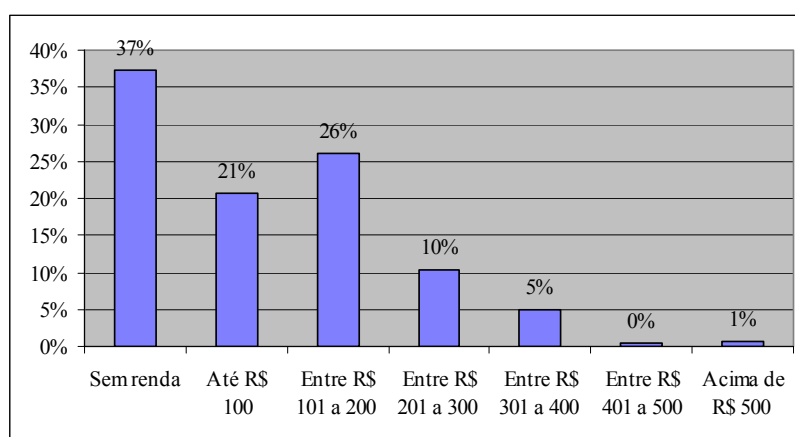
FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

Também por causa da condição de desemprego, muitos dos responsáveis não informaram sobre qualquer tipo de renda (37%), conforme o gráfico 15. É importante salientar que dados sobre renda são passíveis de subestimação. As famílias podem tender a rebaixar a renda para adentrar nos programas sociais, em especial, no Bolsa Família. Com a integração do PBF e PETI (a partir de 2005), para migrar do PETI para o PBF a família deve possuir renda mensal *per capita* inferior a R\$ 120 reais.

Nas fichas do CadÚnico estão presentes perguntas sobre as rendas do emprego, da aposentadoria/pensão, do seguro desemprego, de pensão alimentícia e de outras rendas. Como a maioria dos cadastros estava em aberto (sem resposta), considerou-se mais adequado agregar todas as variáveis referentes à renda em uma única, a variável renda total.

Verificou-se que daqueles que informaram sobre alguma forma de rendimento, em média, recebiam por mês R\$ 105,26, equivalente a 25% do salário mínimo de 2008, de R\$ 415.

GRÁFICO 17 - FAIXAS DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DO RESPONSÁVEL



FONTE: Cadastro Único Governo Federal (2008).

A partir das informações presentes no CadÚnico e na pesquisa direta foi possível realizar o perfil socioeconômico dos beneficiários do PETI. Da amostra coletada de beneficiários do Programa, verificou-se que metade das crianças não realizava qualquer atividade de trabalho anteriormente, e que, deste total, 60% faziam parte de famílias que recebiam benefício monetário do Bolsa Família.

As informações induzem, portanto, a possibilidade de haver outros motivos para adentrar no PETI, como a inclusão de caráter preventivo, como uma maneira de incentivar os pais a não inserir os filhos no trabalho, tornando os núcleos de atendimento espaços em quais os pais podem deixar seus filhos, de forma que não fiquem sozinhos em casa ou nas ruas.

Ao se analisar o ambiente familiar onde esse conjunto de beneficiários está inserido, constatou-se que o PETI atende uma população de baixa renda, que vive em moradias simples, em geral, casas de até quatro cômodos, onde residem até cinco

peessoas. As famílias, em sua maioria, são monoparentais e chefiadas por mulheres, que não concluíram o ensino fundamental, ou são analfabetas, e se encontram desempregadas ou inseridas em atividades informais com remuneração que não chega a metade do salário mínimo. Famílias com esta configuração encontram-se mais vulneráveis a insuficiência de renda e a inserção precoce dos filhos no trabalho.

Logo, a entrada de beneficiários no PETI está mais associada à condição de pobreza das famílias, do que à situação de trabalho de seus filhos.

Por outro lado, os dados comprovaram que o Programa também conseguiu inserir crianças trabalhadoras. Na descrição das atividades realizadas por estes indivíduos, verificou-se que o trabalho ocupava boa parte do seu tempo útil, em ocupações relacionadas ao trabalho informal urbano ou ao trabalho doméstico.

A análise das ações empreendidas pelo PETI mostrou que este tem conseguido realizar a permanência das crianças na escola e nas atividades socioeducativas, pelo menos, de segunda a sexta-feira. A permanência deve-se ao monitoramento da frequência à escola e às atividades socioeducativas pela Coordenação municipal. O modelo de cumprimento de condicionalidades pelas famílias, seguido pelo PETI, obriga que as crianças cumpram a frequência mínima exigida para que recebam a bolsa mensalmente.

Quanto ao desenvolvimento educacional dos beneficiários presentes na amostra, os indicadores revelaram elevado grau de repetência escolar, cerca de 50%, e aumento da defasagem entre série e idade nas faixas etárias entre 12 e 14 anos.

O insucesso escolar pode indicar a qualidade insatisfatória das atividades socioeducativas do Programa, como também pode ser resultado da desarticulação entre as secretarias de educação e de desenvolvimento social em promover suas ações pedagógicas, e das limitações do ensino público em promover a qualidade na educação.

Vale salientar que apesar do PETI realizar o acompanhamento escolar de seus beneficiários, o Programa não está efetivamente preocupado com a progressão escolar de seus beneficiários. Ferramentas gerenciais como o SisPeti foram desenvolvidas para realizar o monitoramento da frequência escolar e ao serviço socioeducativo. Não há neste sistema o acompanhamento do histórico escolar, já que só o que se registra nas fichas de cadastro é a série atualmente cursada pela criança, a qual é modificada ao final de cada ano letivo, caso o estudante for aprovado. A informação da série atual cursada pela criança só foi possível com a aplicação dos questionários.

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do presente trabalho foi avaliar as atividades realizadas pelo PETI no município de João Pessoa, ao promover a saída do trabalho e o acompanhamento sócio-escolar das crianças e adolescentes atendidos.

O perfil socioeconômico construído, a partir das informações da pesquisa de campo e do CadÚnico, mostraram que o Programa atende uma população de baixa renda, formada por famílias monoparentais, chefiadas por mulheres e com baixo nível de escolaridade. O trabalho infantil tende a ocorrer em domicílios empobrecidos, em quais os seus chefes são incapazes de gerar renda, pois se encontram desempregados ou inseridos em subempregos ou em atividades precarizadas. Nessa medida, o fenômeno do trabalho infantil também pode ter sido reforçado com o processo de reestruturação produtiva ocorrido no mercado de trabalho nas últimas décadas, em que a utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e a necessidade de profissionais com nível educacional elevado ocasionaram o crescimento do desemprego do tipo estrutural.

Esse perfil das crianças atendidas pelo PETI é uma evidência forte que confirma a abordagem teórica que relaciona a ocorrência de trabalho infantil com a insuficiência de renda da família. O ciclo inter-geracional de pobreza existente está condicionado a um conjunto de características familiares, como os anos de estudo e a forma de ocupação dos pais, o tamanho da família e a localização domiciliar.

Por outro lado, ao verificar o perfil, em específico, das crianças atendidas, os dados indicaram que apenas 44% da amostra é formada por indivíduos que trabalhavam antes de entrar no PETI. A outra parte dos beneficiários do PETI é composta por filhos de famílias com histórico de trabalho infantil (como os casos da inserção dos irmãos de crianças que trabalhavam) ou por indivíduos que recebem transferência de renda do PBF, participando das atividades sócio-educativas, sem, necessariamente, estarem em situação de trabalho.

O foco do Programa no município de João Pessoa encontra-se, portanto, mais voltado à prevenção ao trabalho infantil do que à retirada de crianças em atividades

produtivas, realizada por meio de intervenções diretas. Este indicador revela que a ação do PETI municipal, quanto ao cadastramento de beneficiários, não está de acordo com as diretrizes e metas gerais estabelecidas.

Apesar disso, o estudo mostrou que a participação no Programa contribui para a redução da probabilidade de ocorrência do fenômeno, tal como foi verificado para o estado da Paraíba, região Nordeste e Brasil. A frequência escolar e ao serviço sócio-educativo das crianças é obtida, principalmente, através do sistema de respeito às condicionalidades pelos beneficiários.

Não obstante este aspecto positivo, os indicadores educacionais mostraram que metade dos beneficiários do PETI de João Pessoa havia sido reprovada, uma ou mais vezes, após inclusão no Programa. Fato que colaborou diretamente para o aumento do atraso escolar nas idades acima dos 12 anos. Se a maioria das crianças quando adentram ao Programa já registram algum grau de defasagem entre idade e série, esta permanece ou aumenta após um ou dois anos de participação nas ações propostas.

Os fatos revelam que, mesmo com o PETI contribuindo, no curto prazo, para a melhoria da renda da família, e para aumentar as horas voltadas para o estudo e para o lazer das crianças, seriam necessárias ações para melhorar a progressão escolar dos beneficiários do Programa. Nesse sentido, seria fundamental uma maior articulação entre as secretarias de educação e de desenvolvimento social municipal e estadual em promover atividades pedagógicas mais eficientes. Ou mesmo o “redesenho” das ferramentas gerenciais, já que as mesmas foram desenvolvidas apenas para monitorar a frequência escolar e ao serviço sócio-educativo, sem a preocupação efetiva com a progressão escolar dos beneficiários.

Para a Coordenação municipal, a integração PETI-PBF gerou uma evasão no Programa, sendo um dos fatores que dificultam o cumprimento da meta de atendimento. Isto ocorreu porque grande parte dos usuários do programa do PETI ao migrar para o Bolsa Família teve o valor do benefício reduzido. Com a redução do benefício, o incentivo para permanecer ao programa diminuiu, pois, conforme a Coordenação, a verdadeira razão para muitas famílias participarem do Programa é o recebimento da bolsa, e não, a retirada dos filhos do trabalho.

O PETI de João Pessoa além de sofrer com a contração de recursos federais, uma tendência nacional que vem ocorrendo nos últimos anos, possui problemas de não-cumprimento de metas de atendimento, juntamente com a insuficiência de atendimento.

O Sispeti informou a presença de 2.422 beneficiários, sabendo que a meta do município é de 3.112 indivíduos cadastrados.

Além de uma cobertura insuficiente, a atual distribuição espacial dos centros do PETI está deixando a descoberto o atendimento a algumas áreas da cidade, como a zona Oeste, a qual é composta pelos maiores percentuais de domicílios com baixa renda e com indivíduos na infância ou adolescência, ou as comunidades circunvizinhas aos bairros da zona Leste. Nessas áreas, o número de núcleos é muito pequeno ou é inexistente.

Apesar das deficiências e fragilidades encontradas no funcionamento do PETI em João Pessoa, elas não são suficientes para descaracterizar a importância social do Programa como uma contribuição importante para a melhoria das condições de vida das crianças atendidas. Apesar de sua denominação, não se pode exigir do Programa aquilo que ele não é capaz de operar: a erradicação do trabalho infantil. Como ficou bastante evidenciado no estudo, esta erradicação definitiva só ocorrerá com a redução dos níveis da pobreza que afeta uma parcela significativa da população.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, M.F.P.; ARAÚJO, A.J.S. O significado do trabalho precoce urbano. In: ALBERTO, M.F.P. (Org.) **Crianças e adolescentes que trabalham**: cenas de uma realidade negada. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003. P.67-82.

BANCO MUNDIAL. **Brazil: eradicating child labor in Brazil**. Human Development Department, 2001. Disponível em: <<http://www-wds.worldbank.org/external/lac>> Acesso em: 23 de jun. 2008.

BARROS P. B; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A Estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 8 de agosto. 2008.

BASU, K. **Child Labor**: cause, consequence and cure, with remarks on international labor standards. 1998. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=604927>. Acesso em: 23 de jun. 2008.

BASU, K.; TZANNATOS, Z. **The global child labor problem**: what do we know and what can we do? 2003. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/etools/docs/library/230099/basuand%20tzannatos%202003.pdf>> Acesso em: 23 de jun. 2008.

BECKER, Gary S. **Human Capital**: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education. 2 ed. New York: Columbia University Press, 1975.

BEHRMAN, J.R.; WOLFE, B.L. The socioeconomic impact of schooling in a developing country. **The Review of Economics and Statistics**, v.66, n.2, p.296-303, May 1984.

BRASIL. Presidência da República. **Trabalho infantil no Brasil**: questões e políticas. Brasília: Presidência da República, 1998.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L4320.htm>> Acesso em: 14 mai. 2009.

_____. Casa Civil da Presidência da República. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm> Acesso em: 14 nov. 2008.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 20 jun. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Portaria nº 458 de 4 de outubro de 2001**. Estabelece Diretrizes e Normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social->

especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantilpeti/ PORTARIA -458_01%20-.doc.>. Acesso 4 dez. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Portaria Nº 666 de 28 de dezembro de 2005**. Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecaosocial-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti/legislacao>> Acesso em: 14 nov. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Portaria Nº 431, de 03 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre a expansão e alteração do co-financiamento federal dos serviços de Proteção Social Especial, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Disponível em: < <http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/PORTARIA-431-dezembro-de-2008.pdf>> Acesso em: 14 de nov. 2008.

CACCIAMALI, M.C.; TATEI, F. Trabalho infantil e o status ocupacional dos pais. **Revista de Economia Política**, v. 28, p. 269-290, 2008.

CACCIAMALI, M. C. ; TATEI, F. ; FERREIRA-BATISTA, N. Impactos do Programa Bolsa Família Federal sobre o Trabalho Infantil e a Frequência Escolar. In: **Anais I Prêmio Nacional de Estudos sobre o Bolsa Família**, 2008, Brasília, DF.

CAMPOS, M.M. Educação e políticas de combate à pobreza. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, p.183-191, 2003.

CARDOSO, E.; SOUZA, A.P. **The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil**, 2004. Disponível em:< <http://ideas.repec.org/p/van/wpaper/0407.html>> Acesso em: 29 de abr 2009.

CARVALHO, I.M.M. Algumas lições do programa de erradicação do trabalho infantil. **São Paulo em Perspectiva**, vol.18, p.50-61, Oct./Dec. 2004.

CASTELLS, M. **Fim de milênio: A era da informação – economia, sociedade e cultura**. 3v. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência**. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br/>> Acesso em: 09 jan. 2009.

COSTA, L.C. **Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. Ponta Grossa, SP: Cortez, 2006.

COUTINHO, L., BALTAR, P., CAMARGO, F. Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In: POSTHUMA, A.C. (Org.) **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**. Brasília: OIT; São Paulo: Editora 34, 1999. P. 61-85.

DI GIOVANNI, G. **Aspectos qualitativos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília: OIT, 2004.

DINIZ, A.J.E. **Harmonização das variáveis de domicílios dos censos demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2005. 41p.

DOMINGOS, M.S.S.R; SILVA, R.M.P; TEIXEIRA, D.M. Impactos do PETI na realidade de trabalho de crianças e adolescentes de João Pessoa. In: ALBERTO, M.F.P. (Org.) **Crianças e adolescentes que trabalham**: cenas de uma realidade negada. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003. p.277-288.

FARIAS, M.L.M. Aspectos jurídicos e sociais do trabalho infantil. In: ALBERTO, M.F.P. (Org.) **Crianças e adolescentes que trabalham**: cenas de uma realidade negada. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003. p.55-66

FERNANDES, R.; SOUSA, A.P. **A redução do trabalho infantil e o aumento da frequência a escola**: uma análise de decomposição para o Brasil dos anos 90. 2003. Disponível em: < <http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos/portela.pdf> >. Acesso em: 12 de jul. 2008.

FERRO, A. R.; KASSOUF, A.L. Avaliação do impacto dos programas de Bolsa Escola sobre o trabalho infantil no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.35, p.417-437, dezembro, 2005.

FONSECA, J.S.; MARTINS, G.A. **Curso de Estatística**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006

FORASTIERI, V. **Children at work**: health and safety risks. Geneva: ILO, 1997.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Análise Situacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília, 2004.

GONÇALVES, R. O trabalho infantil e a agenda social. **Revista do BNDES**, v.4, n.7. 1992.

GUJARATI, D. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HABERMAS, J. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Loyola, São Paulo, 1993. p. 115-184.

HENSCHER, B. **Child Labour Related Programmes: A Review of Impact Evaluations**, 2002. Disponível em: < http://www-wds.worldbank.org/servlet/main?menuPK=64187510&pagePK&piPK=64187937&theSitePK=523679&entityID=000333037_20080527000142 > Acesso em: 09 jul. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de amostra por domicílios**: 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

_____. **Censo Demográfico:**
2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. **Contagem da População:** 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

ILAHÍ, N; ORAZEM, P.F.; SEDLACEK, G. **The Implications of Child Labor for Adult Wages, Income and Poverty:** Retrospective Evidence from Brazil. 2001. Disponível em: <http://www.grade.org.pe/Eventos/nip_conference/private/sedlacek%20child_labor%20retros.pdf> Acesso em: 9 de julho. 2008.

KASSOUF, A.L. Returns to education and training program in the brazilian urban and rural sectors. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.35, n.2, p.60-76, abr./jun. 1997.

_____. Trabalho Infantil. In: LISBOA, M.B.; MENEZES-FILHO, N.A. (Orgs). **Microeconomia e sociedade no Brasil**. São Paulo: Contra-cap, 2001. p. 117-150.

_____. **O efeito do trabalho infantil para os rendimentos dos jovens, controlando o background familiar.** 2002. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/texto.pdf>>. Acesso em: 18 de jun. 2008.

_____. (Coord.) **O trabalho de crianças e adolescentes no Nordeste do Brasil**. Brasília: OIT, 2004.

_____. **Trabalho Infantil:** causas e conseqüências. 2005. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/texto.pdf>>. Acesso em: 18 de jun. 2008.

KEYNES, J.M. **A teoria do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2000.

LANE, F.C. **Profits from power:** readings in protection rent and violence-controlling enterprises. Albany: State University of New York Press, 1979. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=OC2FafuwmCQC&oi=fnd&pg=PA1&dq=Profits+from+power:readings+in+protection+rent+and+violence-controlling+enterprises&ots=JzUYVWGQbb&sig=Po4NcStefpsC22SEpNIy6wq8Kag#v=onepage&q=&f=false>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

LAVINAS, L; VARSANO, R. Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza. **Textos para discussão IPEA**, Rio de Janeiro, n. 534, dez. 1997. Disponível em: < www.ipea.gov.br/pub/td/td0534.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2008.

LOTTA G.; MARTINS R. Estudo de continuidade dos projetos educacionais no município de Icapuí. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 26, p. 1-55, julho, 2003.

MARIÓ, E. G.; WOOLCOCK, M.; BULOW, M. Overview: Assessing Social Exclusion and Mobility. In: MARIÓ, E. G.; WOOLCOCK, M. (Edits.) **Social Exclusion and Mobility in Brazil**. Washington: World Bank, 2007. p. 22-34.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Catálogo de indicadores de monitoramento dos programas do MDS**. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007.

_____. 2008. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicao-do-trabalho-infantil-peti>>. Acesso em: 18 de jul. 2008.

NORTH, D. **Structure and Change in Economic History**, Norton, New York, 1981.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. 2001. **Água e Saúde**. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/sistema/fotos/agua.PDF>> Acesso em: 6 de junho 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. 1996. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/intpol/pub2.htm>> Acesso em: 18 de jul. 2008.

_____. **Combatendo o trabalho infantil**. Brasília: IPEC, 2000.

_____. **Boas práticas de combate ao trabalho infantil**: os 10 anos do IPEC no Brasil. Brasília: OIT, 2003.

PEREIRA, A; OLIVEIRA, P. **Combate ao trabalho infanto-juvenil**: avanços e desafios. Brasília: OIT, 2001.

PIGNATA, F.E.S.; ALBERTO, M.F.P. O impacto do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – na vida das crianças trabalhadoras precoce no município de João Pessoa: a ação da jornada ampliada. In: ALBERTO, M.F.P.(Org.) **Crianças e adolescentes trabalhando?** Uma estratégia de sobrevivência que atravessa gerações. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007. P.215-230.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Editora Boitempo, 2001.

PRZEWORSKY, A. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ROCHA, S. Trabalho precoce: realidade social e desafio de política pública. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v.13, n.2, p.61-80, julho/dezembro. 2003.

_____. **Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda**, 2004. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/anp/en2004/137.html>> Acesso em: 25 de agosto, 2008.

_____. Pobreza e indigência no Brasil – algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v.16, n.2 maio/ago. 2006. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010363512006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 de ago. 2008.

RUA, M.G. **Avaliação da integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ao Programa Bolsa-Família (PBF)**. 2007. Disponível em: <http://white.oit.org.pe/ipecc/documentos/artigo_peti_port.pdf> Acesso em: 6 de maio. 2008.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano**: Investimentos em educação e em pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA JUNIOR, L.H. **Pobreza na população rural nordestina**: análise de suas características durante os anos noventa. Revista do BNDES, v. 13, p. 275-290, 2006.

SOARES, A.M.; TEIXEIRA, D.M.; WANDERLEI, M.A.P. Trabalho infantil nas pedreiras: uma experiência avaliativa do PETI no município de Junco do Seridó-PB.. In: ALBERTO, M.F.P. (Org.) **Crianças e adolescentes que trabalham**: cenas de uma realidade negada. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003. P.267-275.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de monitoramento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**. 2005. Disponível em: <http://www2.tcu.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/TCU/CONTROLE_EXTERNO/FISCALIZACAO/AVALICAO_PROGRAMAS_GOVERNO/RELATORIOS/PETI_IMPACTO.PDF>Acesso em: 9 de julho. 2008.

VAZ, T.S. (Coord.) **O trabalho infantil doméstico em João Pessoa - PB**: um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil. João Pessoa: OIT, 2005. 84 p.

WORLD BANK. **Brazil Eradicating Child Labor in Brazil**. 2001. Disponível em: <http://www.wds.worldbank.org/servlet/main?menuPK=64187510&pagePK=64193027&piPK=64187937&theSitePK=523679&entityID=000094946_01122809560220> Acesso em: 9 de julho. 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A -QUESTIONÁRIO VOLTADO AOS BENEFICIÁRIOS (CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRE 7 A 15 ANOS)

DADOS INICIAIS

Data da entrevista: ____/____/____

Núcleo: _____

Nome: _____

I – Dados individuais

1. Idade: _____. Data de nascimento: ____/____/____

2. Sexo: 2() masculino 4() feminino

3. Cor ou raça:

1() Branca 2() Preta 3() Amarela 4() Parda 5() Indígena 6() Não sabe dizer

4. Bairro:

Cód.	Bairro	Cód	Bairro	Cód	Bairro
1	Água Fria	25	Distrito Industrial	49	Oitizeiro
2	Aeroclube	26	Ernani Sátiro	50	Padre Zé
3	Altiplano	27	Expedicionários	51	Paratibe
4	Alto do Céu	28	Funcionários	52	Penha
5	Alto do Mateus	29	Geisel	53	Pedro Gondim
6	Anatólia	30	Gervásio Maia	54	Planalto da Boa Esperança
7	Bairro dos Estados	31	Gramame	56	Ponta do Seixas
8	Bairro das Indústrias	32	Grotão	57	Portal do Sol
9	Bairro dos Ipês	33	Ilha do Bispo	58	Rangel
10	Bancários	34	Jaguaribe	59	Renascer
11	Bessa	35	João Paulo II	60	Roger
12	Barra de Gramame	36	João Agripino	61	São José
13	Brisamar	37	José Américo	62	Sítio Mumbaba
14	Cabo Branco	38	Jardim Cidade Universit	63	Tambaú
15	Castelo Branco	39	Jardim Mangueira	64	Tambiá
16	Centro	40	Jardim Oceania	65	Tambauzinho
17	Cidade verde	41	Jardim São Paulo	66	Treze de Maio
18	Colibris	42	Jardim Veneza	67	Torre
19	Colinas do sul	43	Manaíra	68	Trincheiras
20	Costa do Sol	44	Mandacaru	69	Varjão
21	Costa e Silva	45	Mangabeira	70	Valentina
22	Cristo	46	Maria do Nazaré (Func III)	71	Varadouro
23	Cruz das Armas	47	Miramar	72	Timbó
24	Cuiá	48	Muçumagro		

5. Responsável pela criança/adolescente?

1	Mãe/responsável legal	6	Avô/Avó	11	Primo(a)	16	Padrasto/Madrasta
2	Espos(a)	7	Irmão/Irmã	12	Sogro(a)	17	Enteado(a)
3	Companheiro(a)	8	Cunhado(a)	13	Neto(a)	18	Bisneto(a)
4	Filho(a)	9	Genro/Nora	14	Tio(a)	19	Sem parentesco
5	Pai	10	Sobrinho(a)	15	Adotivo(a)	20	Outro

6. Número de irmãos: _____.

II – Forma de inserção e participação ao PETI

7. Ano de entrada ao Programa:

1() 2000	2() 2001	3() 2002	4() 2003
5() 2004	6() 2005	7() 2006	8() 2007
			9() 2008

8. Número de irmãos cadastrados ao PETI: _____.

9. Participa de outro projeto social?

- 1 Programa Bolsa Família
- 2 Pro-jovem
- 3 EJA (Seduc)
- 4 Pão e leite
- 5 Se ligue (Seduc)
- 6 Nenhum
- 7 Outros

10. Em que são gastos os valores recebidos pela bolsa do PETI?

_____.

III – Dados referentes ao trabalho

11. Tipo de trabalho que realizava antes de ingressar no PETI:

- 1() Lixão
- 2() Catador de lixo
- 3() Reciclagem
- 4() Comércio em feira e ambulante
- 5() Frete nas feiras e mercados
- 6() Flanelinha (guardador de carros)
- 7() Malabares em sinais de trânsito
- 8() Limpador de carros em sinais de trânsito
- 9() Trabalho doméstico
- 10() Corte de abacaxi
- 11() Corte de cana
- 12() Agricultura, lavoura, roça
- 13() Catador de caranguejo
- 14() Exploração sexual
- 15() Comércio de drogas
- 16() Plantio de drogas (narcoplantio)
- 17() Outros: _____.
- 18() N.S.A

12. Onde o trabalho era realizado:

- 1() Centro de João Pessoa
- 2() Praias
- 3() Mercado central
- 4() Mercados públicos
- 5() Feiras livres
- 6() Rodoviária
- 7() Santa Rita
- 8() Bayeux
- 9() Cabedelo
- 10() Conde
- 11() No bairro
- 12() Outro (s): _____.
- 13() Outro município: _____.
- 14() N.S.A

13. Onde o trabalho doméstico era realizado:

- 1() em casa 2() casa de outras pessoas 3() Não se aplica

14. Recebia remuneração pelo trabalho?

1(☐) Sim 2(☐) Não 3(☐) Não se aplica

15. Forma de remuneração:

1(☐) Dinheiro 2(☐) Comida 3(☐) Roupas 4(☐) Outros: _____.

5(☐) N.S.A

16. Se em dinheiro, quanto ganhava: _____.

(☐) N.S.A

17. Dava dinheiro para os pais ou responsáveis?

1(☐) Sim 2(☐) Não 3(☐) N.S.A

18. Atividade era realizada com quem?

1(☐) Sozinho

2(☐) Pais

3(☐) Parentes

4(☐) Vizinhos

5(☐) Pessoas fora da família

6(☐) Outros: _____.

7(☐) N.S.A

19. Quantas horas trabalhava por dia:

1(☐) 1h a 4h

2(☐) 4h a 8h

3(☐) 9h a 12h

4(☐) Acima de 12h 5(☐) N.S.A

20. Horário de trabalho:

1(☐) Manhã

2(☐) Tarde

3(☐) Noite

4(☐) Madrugada

5(☐) N.S.A

21. Condição do trabalho:

1(☐) Empregado com Carteira assinada

2(☐) Empregado sem carteira de trabalho

3(☐) Conta própria

4(☐) Empregador

5(☐) Trabalho domiciliar

6(☐) N.S.A

22. Antes do PETI, estudava?

1(☐) Sim

2(☐) Não

3(☐) N.S.A

23. Frequentava normalmente a escola?

1(☐) Sim

2(☐) Não

3(☐) N.S.A

IV – Dados referentes à educação

24. Série que cursava ao entrar no PETI: _____.

25. Série atual: _____.

26. Horário da escola?

1(☐) Manhã

2(☐) Tarde

3() Noite

27. Durante o período em que entrou no PETI foi reprovado na escola:

1() Sim 3() N.S.A.

2() Não

28. Caso sim, qual a principal (is) causa(s)?

1() Dificuldade de aprendizagem

2() Não gosta da escola

3() Ajuda nos afazeres domésticos

4() Cuidava dos irmãos mais novos

5() Trabalha ou procura trabalho

6() Falta de transporte

7() Falta de material escolar, uniforme, calçados, outros.

8() Prefere brincar

9() Não gosta de estudar

10() Outros: _____.

11() N.S.A

29. Quantas horas estuda por dia em casa? _____.

30. Durante o período no PETI saiu da escola?

1() Sim 2() Não

31. Em caso de saída da escola, diga qual a principal (is) causa(s)?

1() Dificuldade de aprendizagem

2() Não gosta da escola

3() Ajuda nos afazeres domésticos

4() Cuida dos irmãos mais novos

5() Trabalha ou procura trabalho

6() Falta de transporte

7() Falta de material escolar, uniforme, calçados, outros.

8() Prefere brincar

9() Não gosta de estudar

10() Outros: _____.

11() N.S.A

V – Dados referentes às atividades sócio-educativas (Jornada Ampliada)

32. Quantas vezes por semana vai ao centro de atendimento do Jornada?

1() Cinco dias por semana.

2() Quatro dias por semana.

3() Três dias por semana.

4() Dois dias por semana.

5() 1 vez por semana.

6() Nenhuma vez

33. O que é oferecido pelo Jornada Ampliada:

1() Alimentação

2() Materiais escolares

3() Materiais esportivos

4() Uniformes

5() Brinquedos

6() Computadores

7() Médico

8() Dentista

9() Encaminhamento a serviços de saúde

10() Outros: _____.

11() N.S.A.

34. Quais as atividades são desenvolvidas na Jornada:
- 1() Reforço escolar
 - 2() Atividades culturais/ artísticas
 - 3() Atividades esportivas
 - 4() Acesso à informática
 - 5() Iniciação ao trabalho (desenvolvimento de habilidades, profissionalização)
 - 6() Passeios
 - 7() Outros: _____.
 - 8() N.S.A.

35. Quantas horas por dia você fica no Jornada Ampliada:
- 1() 2h
 - 2() 3h
 - 3() 4h
 - 4() Acima de 4h

36. Você gosta de participar da Jornada ampliada?
- 1() Sim 2() Não 3() Não se aplica

37. Caso sim, por quê?
- 1() Gosta das atividades realizadas.
 - 2() Gosta dos monitores do PETI.
 - 3() Gosta dos colegas.
 - 4() Por causa do lanche.
 - 5() Não preciso trabalhar.
 - 6() Porque não precisa ajudar nos afazeres domésticos.
 - 7() Outros: _____.
 - 8() N.S.A.

38. Se não, por quê?
- 1() Não gosta das atividades realizadas.
 - 2() Não gosta dos monitores do PETI.
 - 3() Não gosta dos colegas.
 - 4() Prefere trabalhar.
 - 5() Outros: _____.
 - 6() N.S.A.

39. Durante o período em que entrou no PETI saiu alguma vez do Programa:
- 1() Sim 2() Não

40. Caso sim, qual a principal (is) causa(s)?
-

41. Em que a participação no PETI tem ajudado?

1() Melhoria na escola
2() Melhoria da condição financeira da família
3() Fim do trabalho
4() Diminuição das horas de trabalho
5() Outros
6() Não sabe

42. Do que você não gosta do PETI?
- 1() Jornada ampliada não interessante.
 - 2() O valor da bolsa não é suficiente.
 - 3() Atraso das bolsas.
 - 4() As atividades para as famílias são insuficientes ou inexistem.
 - 5() Educadores não são qualificados.
 - 6() Equipe de educadores muda constantemente.
 - 7() Lugares não são apropriados para realizar as atividades do Jornada Ampliada.

8() Outros: _____.

9() Não sabe

43. Coloque uma sugestão para melhoria do PETI.

ANEXOS

1 - Dados de controle

101 - Tipo Doc

0 2

102 - Número de ordem da pessoa

103 - Modalidade

1 - Inclusão
2 - Alteração

Código domiciliar

2 - Identificação da pessoa

201 - Nome completo da pessoa sem abreviações. Caso necessário abreviar, vide instruções.

202 - Data de nascimento

203 - Sexo

1 - Masculino
2 - Feminino

204 - Nacionalidade

1 - Brasileira
2 - Brasileiro naturalizado
3- Estrangeira

205 - País de origem (se estrangeiro)

206 - Data de chegada ao Brasil

207 - Cód. IBGE munic.nasc.

208 - UF munic. nasc.

209 - Nome do município de nascimento

210 - Nome completo do pai (sem abreviações)

211 - Nome completo da mãe (sem abreviações)

212 - Estado civil

1 - Solteiro(a)
2 - Casado(a)
3 - Divorciado(a)
4 - Separado(a)
5 - Viúvo(a)

213 - Se o(a) esposo(a) ou o(a) companheiro(a) reside no domicílio, informar o nº de ordem correspondente, se não reside, informar 99

214 - Tipo de deficiência (assinalar com "X")

☐ Cegueira ☐ Mudez ☐ Surdez ☐ Mental ☐ Física ☐ Nenhuma ☐ Outro

215 - Raça/Cor

1 - Branca
2 - Negra
3 - Parda
4 - Amarela
5 - Indígena

Documentos

216 - Número de Identificação Social - NIS

217 - Certidão civil tipo

91 - Nascimento
92 - Casamento

218 - Número termo

219 - Livro

220 - Folha

221 - Data de emissão

222 - UF

223 - Nome do cartório (órgão emissor)

Documento de identidade

224 - Número

225 - Complemento

226 - Data de emissão

227 - UF

228 - Sigla do órgão emissor

Carteira de Trabalho e Previdência Social

229 - Número

230 - Série

231 - Data de emissão

232 - UF

233 - CPF

Título de eleitor

234 - Número

235 - Zona

236 - Seção

Qualificação escolar

237 - Frequente escola

- ☐ 1 - Pública municipal
☐ 2 - Pública estadual
☐ 3 - Pública federal
☐ 4 - Particular
☐ 5 - Outra
☐ 6 - Não frequenta

238 - Grau de instrução

- ☐ 1 - Analfabeto
☐ 2 - Até 4ª série incompleta do ensino fundamental
☐ 3 - Com 4ª série completa do ensino fundamental
☐ 4 - De 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental
☐ 5 - Ensino fundamental completo
☐ 6 - Ensino médio incompleto

- ☐ 7 - Ensino médio completo
☐ 8 - Superior incompleto
☐ 9 - Superior completo
☐ 10 - Especialização
☐ 11 - Mestrado
☐ 12 - Doutorado

239 - Série escolar

- ☐ 1 - Maternal I
☐ 2 - Maternal II
☐ 3 - Maternal III
☐ 4 - Jardim I
☐ 5 - Jardim II
☐ 6 - Jardim III
☐ 7 - CA (alfabetização)
☐ 8 - 1ª série do ensino fundamental
☐ 9 - 2ª série do ensino fundamental
☐ 10 - 3ª série do ensino fundamental
☐ 11 - 4ª série do ensino fundamental
☐ 12 - 5ª série do ensino fundamental
☐ 13 - 6ª série do ensino fundamental
☐ 14 - 7ª série do ensino fundamental
☐ 15 - 8ª série do ensino fundamental

- ☐ 16 - 1ª série do ensino médio
☐ 17 - 2ª série do ensino médio
☐ 18 - 3ª série do ensino médio

240 - Nome da Escola

241 - Código censo INEP

Qualificação profissional

242 - Situação no mercado de trabalho

- ☐ 1 - Empregador
☐ 2 - Assalariado com carteira de trabalho
☐ 3 - Assalariado sem carteira de trabalho
☐ 4 - Autônomo com previdência social
☐ 5 - Autônomo sem previdência social
☐ 6 - Aposentado/Pensionista
☐ 7 - Trabalhador rural
☐ 8 - Empregador rural
☐ 9 - Não trabalha
☐ 10 - Outra

243 - Nome da empresa em que trabalha, se desempregado, último emprego

244 - CNPJ/CEI da empresa

245 - Data de admissão

246 - Ocupação

247 - Remuneração deste emprego

248 - Renda de aposentadoria/pensão

R\$

249 - Renda de Seguro-Desemprego

R\$

250 - Renda de pensão alimentícia

R\$

251 - Outras rendas

R\$

Características da família

252 - Tempo de moradia

(Ano(s)) (Mês(es))

Despesas mensais da família (preencher somente para a mãe/responsável legal da família)

253 - Aluguel

R\$

254 - Prestação habitacional

R\$

255 - Alimentação

R\$

256 - Água

R\$

257 - Luz

R\$

258 - Transporte

R\$

259 - Medicamentos

R\$

260 - Gás

R\$

261 - Outras despesas

R\$

262 - Número de pessoas que vivem da renda desta família

Relação familiar

263 - Nº de ordem da mãe/responsável legal da família.

264 - Parentesco em relação a mãe/responsável legal da família, se o próprio, informar 01

265 - Se reside com o pai informar o número de ordem do pai, se não, informar 99.

Parentescos

- 01 - Mãe/responsável legal
02 - Esposo(a)
03 - Companheiro(a)
04 - Filho(a)
05 - Pai
06 - Avô/Avó
07 - Irmão/Irmã
08 - Cunhado(a)
09 - Genro/Nora
10 - Sobrinho(a)
11 - Primo(a)
12 - Sogro(a)
13 - Neto(a)
14 - Tio(a)
15 - Adotivo(a)
16 - Padrasto/Madrasta
17 - Enteado(a)
18 - Bisneto(a)
19 - Sem parentesco
20 - Outro

266 - Se reside com a mãe informar o número de ordem da mãe, se não, informar 99.

267 - Se criança de 0 a 6 anos, com quem fica?

- ☐ 1 - Pai/Mãe
☐ 2 - Irmão/Irmã
☐ 3 - Avô/Avó
☐ 4 - Sozinho
☐ 5 - Creche
☐ 6 - Outro

268 - Se grávida, informar mês de gestação

269 - Amamentando

- ☐ 1 - Sim
☐ 2 - Não

270 - Participa de algum programa do Governo Federal ou recebe algum benefício social? (assinalar com "X")

- ☐ Bolsa Criança Cidadã - PETI
Data de inclusão / /
☐ Agente Jovem
Data de inclusão / /
☐ Bolsa Escola
☐ Bolsa Alimentação
☐ Nenhum
Tipo de benefício ☐ 1 - Rural
☐ 2 - Urbano
☐ LOAS/BPC
☐ Previdência Rural
☐ PRONAF
☐ PROGER
Data de início de participação / /
Valor do benefício - R\$
☐ Outro

271 - Beneficiário prioritário para o Programa Bolsa Alimentação ☐ 1 - Sim
☐ 2 - Não

Governo do Estado da Paraíba
Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETRAS
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

Dados do Responsável:

Ficha Nº: 31919 Nome do Responsável: MARINES AMARAL DE SANTANA

Endereço: CONJUNTO RENASCER Número: 79 Bairro: VARADOURO

Nis: 20422506693

Cartão: SIM

DataNasc: 03/03/1948

Grau de Instrução: 1º GRAU INCOMPLETE

Profissão:

CPF: 065.605.304-69

UF: PB CEP: 58000-000

Cidade: JOAO PESSOA

Orgão Expedidor RG: SSP/PB

Data Emissão RG: 09/11/2001

Salário R\$: R\$ 0,00

Número RG: 2.954.755

Local Trabalho:

Trabalhando:

Data Emissão CTPS:

Número CTPS:

Dados do Cônjuge

Nome do Cônjuge:

DataNasc:

Profissão:

Grau de Instrução: 20422506693

NúmeroRG:

Orgão Expedidor RG:

Data EmissãoRG:

NúmeroCTPS:

Data EmissãoCTP:

Trabalhando:

Local Trabalho2:

Salário em R\$: R\$ 0,00

Dados do Dependente

registro	Datanasc	Inativo	Sex	Nis	ParentesRegNasc	Série	Escola	Nucleo
319198	10/04/1994		F	16169105292	NETA	4120	6ª SÉRIE E.M. DAMÁSIO BA	CM.MULHER MA

[Voltar ao Menu Principal](#)

Governo do Estado da Paraíba
Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETRAS
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

Data inclusão

Dados do Responsável

Ficha Nº: 31966 Nome do Responsável: INACIO JOSE DOS SANTOS Certão: SIM
 DataNasc: 10/09/1955 CPF: 576.232.364-15
 Endereço: MONSENHOR VALFREDO LEAL Número: 330 Bairro: ROGER UF: PB CEP: 58020540
 Complemento: TAMBIA Cidade: JOAO PESSOA Data Emissão RG: 01/01/1975
 Número RG: 1198705 Orgão Expedidor RG: SSP/PB Salário R\$: R\$ 380,00
 Nis: 10855499157 Local Trabalho: Trabalhando

Dados do Cônjuge

Nome do Cônjuge: LUCIA ANGELITA DOS SANTOS DataNasc: 23024 Profissão: Grau de Instrução: FUND.IMCOPLE NúmeroRG: 002863646 Orgão Expedidor RG: SSP/PB Data EmissãoRG: 36971
 NúmeroCTPS: Data EmissãoCTP: Local Trabalho2: Salário em R\$: R\$ 0,00

Dados do Dependente

registro	Filho	Datanasc	Inativo	Obs
319668	ADRIANO INACIO DOS SANTOS	10/02/1994		
319668	ZIDRO INACIO DOS SANTOS	28/10/1992		
319668	NOALDO INACIO DOS SANTOS	28/08/1991	✓	DESIGADO POR IDADE
319668	JOAO PAULO DOS SANTOS	30/04/1990	✓	DESIGADO POR IDADE

[Voltar ao Menu Principal](#)